

ANAEL PINHEIRO DE ULHÔA CINTRA

**ESPAÇOS RURAIS NO PARANÁ: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES
CAMPO-CIDADE NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS**

CURITIBA

2007

ANAEL PINHEIRO DE ULHÔA CINTRA

**ESPAÇOS RURAIS NO PARANÁ: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES
CAMPO-CIDADE NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Linha: Ruralidades, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

CURITIBA

2007




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) candidato(a) **Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "ESPAÇOS RURAIS NO PARANÁ: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS PARANAENSES", é de parecer favorável à APROVAÇÃO do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Sociologia, linha de pesquisa "Ruralidades, Meio Ambiente e Desenvolvimento" da área de concentração Trabalho e Ruralidades. Curitiba, 29 de outubro de 2007.


Dr Osvaldo Heller da Silva


Drª Marília Gomes de Carvalho


Dr Álfio Brandenburg
(Orientador e presidente da banca examinadora)

*Dando em vista a relevância do trabalho
a banca recomenda a sua publicação*

Nenhuma investigação humana deve se chamar verdadeiramente ciência se não passar pelo cadinho das demonstrações matemáticas.

Leonardo da Vinci (1452-1519)

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai que, nas suas migrações, do interior do Estado de São Paulo para a capital do Paraná, e da capital do Estado para o interior do Paraná, me possibilitou uma singular experiência a partir das relações sociais que se desenvolvem entre os habitantes do campo e da cidade, no espaço rural compreendido pelos municípios de Paranacity e Cruzeiro do Sul, no noroeste do Estado do Paraná.

Aos professores das disciplinas de Sociologia Rural e Extensão Rural, do curso de Agronomia da Universidade Federal do Paraná, Osvaldo Heller da Silva e Luciano de Almeida, pelos ensinamentos, acerca do meio rural, em especial, dos agricultores.

Ao DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, que no período entre 2000 e 2005, propiciou outra experiência singular, o contato com os agricultores familiares da Região Sul do Brasil. Agradeço em especial, a oportunidade de estudar, desenvolver e aperfeiçoar todas as técnicas de pesquisa quantitativa utilizadas neste estudo, a partir de pesquisas relacionadas ao universo da agricultura familiar, e aos municípios rurais habitados por agricultores.

Ao professor José Eli da Veiga por compartilhar e disseminar o conhecimento acerca do mundo rural para além da academia (nas colunas de jornais e em seu site pessoal) há mais de oito anos. Agradeço ainda pelo incentivo à pesquisa manifestado em breves contatos por ocasião de participação em eventos, ou mesmo, em contatos via e-mail.

Ao professor Alfio Brandenburg, agradeço a oportunidade de desenvolver este estudo sob a sua orientação, bem como, através da sua obra, ter contato com os autores e obras clássicos da sociologia rural e com a historiografia paranaense. Estendo os agradecimentos aos professores Osvaldo Heller da Silva e Marília Gomes de Carvalho por ocasião das contribuições no momento da qualificação. Novamente aos professores Alfio e Osvaldo pelos conhecimentos apreendidos na disciplina de Sociologia Rural do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, e às professoras Liliana Porto e Christine Chaves pela oportunidade de ter participado da disciplina de Antropologia Rural, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná.

Aos amigos e colegas do mestrado, Sidemar Presotto e Angelita Bazotti cujas trajetórias se cruzam no passado e no presente.

Às colegas do Núcleo de Estudos Populacionais do IPARDES - Instituto Paranaense de

Desenvolvimento Econômico e Social, Ana Ribas, Débora Werneck, Maria Kleinke, Marisa Magalhães, Marley Deschamps e Nádia Raggio, pela acolhida durante o desenrolar deste estudo, bem como aos demais colegas que sempre se interessaram em acompanhar o andamento deste estudo, e às bibliotecárias, sempre atenciosas em relação às consultas demandadas. À Eliane Mandu pela valiosa contribuição na normatização tabular. À Diretora do Centro de Pesquisa, Maria Lúcia de Paula Urban, pela cessão do uso dos microdados do Censo Demográfico 2000, e à Diretora do Centro de Treinamento, Thais Kornin, por conceder um breve período de afastamento para a finalização deste estudo.

Ao João Torrens, Ângela Damasceno e Luciano Almeida pelo empréstimos de muitos livros – quase sempre raros, utilizados neste estudo, e que fizeram parte desta trajetória.

À Maria Kleinke, Nádia Raggio e Vanessa Fleischfresser pelas atenciosas leituras e críticas aos originais desta dissertação, e à Marisa Magalhães e ao João Rusczyk que além das leituras críticas, me incentivaram intensamente nos meses finais deste trabalho.

Muito obrigado aos amigos João e Jovânia, Germano e Stephanie, Marlene e Kido, Marcelo, Jean e Thiago que tornaram o convívio nestes dois últimos anos mais agradável.

Aos familiares que há muitos anos cobram pela ausência dedicada aos estudos, Rosala, Atamis, Sumakê, Rhadail, Antônio e Glória.

À minha querida esposa Erica, pelo incentivo constante, por compartilhar o gosto pelo estudo, pelos livros, pela compreensão da ausência em vários momentos familiares, e por tornar este caminho não algo passageiro, mas permanente. E principalmente, pela insistência de que é preciso ir além da paixão pelas tecnologias e análises estatísticas que tanto tem ocupado minhas atividades profissionais. Obrigado por ter freado meu foco tecnológico, e através da sua trajetória acadêmica que admiro – com dedicação pela pesquisa e pelo ensino - ter me incentivado a escrever este estudo.

Para meus pais

IVAN PINHEIRO DE ULHÔA CINTRA

MARIAN GARZUZE DE ULHÔA CINTRA (*in memoriam*)

Para minha esposa

ERICA PIOVAM DE ULHÔA CINTRA

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE MAPAS.....	xi
LISTA DE QUADROS	xi
RESUMO.....	xii
RÉSUMÉ	xiii
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – ABORDAGENS DO MUNDO RURAL: DOS ESTUDOS DE COMUNIDADE ÀS MULTIPLAS RURALIDADES	20
1.1 - AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE EM DIFERENTES TENDÊNCIAS INTERPRETATIVAS	20
1.2 - “NOVAS” E OU MÚLTIPLAS RURALIDADES?.....	32
1.3 - A ABORDAGEM TERRITORIAL DO RURAL E DO URBANO.....	35
CAPÍTULO II – IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS PARANAENSES: AMPLIANDO CRITÉRIOS DO RURAL E DO URBANO	38
2.1 - O CONCEITO DE RURAL. PARA MUNICÍPIOS DISTINTOS, DIFERENTES ABORDAGENS.....	38
2.2 - PARANÁ: UM OLHAR SOBRE O TAMANHO E A DENSIDADE POPULACIONAL DE SEUS MUNICÍPIOS.....	44
2.3 - OS PEQUENOS MUNICÍPIOS RURAIS NO PARANÁ.....	48
2.4 - A LOCALIZAÇÃO DA MORADIA (URBANA OU RURAL) NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS RURAIS PARANAENSES	52
2.5 - TRABALHO: A OCUPAÇÃO NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS RURAIS PARANAENSES	55
2.5.1 - SEÇÕES DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL	55
2.5.2 - OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS	57

CAPÍTULO III – VERÊ (PARANÁ): “UM SINGULAR ESPAÇO DE VIDA E DE TRABALHO”	65
3.1 - A LOCALIZAÇÃO DA MORADIA: TERRA COMO “MORADA DA VIDA”	68
3.2 – TRABALHO: TERRA COMO “TERRA DE TRABALHO”	73
CONCLUSÃO.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
ANEXOS	95

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 1970/2000	40
TABELA 2 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000	41
TABELA 3 – MUNICÍPIOS, SEGUNDO CLASSES DE PERCENTUAL DE POPULAÇÃO RESIDENTE EM DOMICÍLIOS RURAIS E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ – 2000.....	42
TABELA 4 – MUNICÍPIOS, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO POPULACIONAL E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000	45
TABELA 5 – NÚMERO DE MUNICÍPIOS E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO POR CLASSES DE TAMANHO POPULACIONAL, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000	46
TABELA 6 – ÁREA TOTAL DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO POPULACIONAL E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ– 2000.....	47
TABELA 7 – MUNICÍPIOS E DENSIDADE POPULACIONAL, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO POPULACIONAL E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000	48
TABELA 8 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM MUNICÍPIOS RURAIS, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ – 2000.....	52
TABELA 9 – MUNICÍPIOS RURAIS, SEGUNDO CLASSES DE PERCENTUAL DE POPULAÇÃO RESIDENTE EM DOMICÍLIOS RURAIS E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ – 2000.....	53
TABELA 10 – PESSOAS OCUPADAS EM MUNICÍPIOS RURAIS, SEGUNDO GRUPOS DE OCUPAÇÃO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ – 2000	59
TABELA 11 – PESSOAS OCUPADAS EM OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS NOS MUNICÍPIOS RURAIS, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E MESORREGIÕES - PARANÁ – 2000.....	60

TABELA 12 – POPULAÇÃO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO SETOR CENSITÁRIO, NO MUNICÍPIO DE VERÊ - PARANÁ – 2000.....	68
TABELA 13 – POPULAÇÃO, SEGUNDO OS DISTRITOS E SETORES CENSITÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE VERÊ - PARANÁ – 2000.....	69
TABELA 14 - PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL, NO MUNICÍPIO DE VERÊ - PARANÁ – 2000	73
TABELA 15 - PESSOAS OCUPADAS EM OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE VERÊ - PARANÁ – 2000	74

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – DIVISÃO DO ESTADO DO PARANÁ SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	18
MAPA 2 – MUNICÍPIOS RURAIS – PARANÁ - 2000	51
MAPA 3 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NOS MUNICÍPIOS RURAIS - PARANÁ - 2000	54
MAPA 4 – DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS OCUPADAS EM OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS, NOS MUNICÍPIOS RURAIS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – PARANÁ – 2000....	61
MAPA 5 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VERÊ – PARANÁ – 2000	67
MAPA 6 – POPULAÇÃO SEGUNDO OS SETORES CENSITÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE VERÊ – PARANÁ – 2000	70
MAPA 7 – INFRA-ESTRUTURA DE BASE COMUNITÁRIA, NO MUNICÍPIO VERÊ – PARANÁ - 2000	72

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - MUNICÍPIOS SEGUNDO CRITÉRIOS DE CORTE POPULACIONAL E TIPOLOGIA ANALÍTICA - PARANÁ – 2000	50
---	----

RESUMO

O mundo rural paranaense tem presenciado hoje uma ambigüidade de interpretações tanto no debate acadêmico como no âmbito das políticas públicas. De um lado, a valorização do agricultor familiar como um ator social e a revalorização do mundo rural como um meio rural constituído sobretudo por agricultores. De outro, as interpretações advindas do fim do rural, em especial, àquelas decorrentes dos resultados do Censo Demográfico 2000. No meio deste debate, procura-se dar visibilidade aqui a um aspecto pouco abordado que consiste em caracterizar alguns atributos das relações sociais dos pequenos municípios paranaenses - aqui entendido como ruralidade - a fim de evidenciar as particularidades regionais existentes no Estado. E pensar, se estes espaços rurais seriam ainda um local de vida e de trabalho, em especial, dos agricultores, e se estaria se pronunciando aí um forte distanciamento entre o rural e o agrícola como apresentam ainda outras tendências sobre o mundo rural contemporâneo. O que se observa no presente estudo é a existência de ruralidades distintas nos pequenos municípios das mesorregiões paranaenses estudadas, cujas distinções não são observadas quando se consideram dados e indicadores acerca da ruralidade para o Estado como um todo. Para chegar a esta compreensão, o percurso do presente estudo considerou um breve resgate dos estudos clássicos sobre as relações sociais entre o campo e a cidade; procurou questionar as ambíguas interpretações advindas dos Censos, em especial, da taxa de urbanização; e, destacou algumas particularidades das relações sociais resultantes da interpenetração entre a população do campo e da cidade dos pequenos municípios paranaenses. Analisar as características da ruralidade dos pequenos municípios do Estado do Paraná, tendo como referência, sobretudo, os dados censitários da ocupação e do local de moradia como aspectos centrais para se compreender a dinâmica da vida social, é o objetivo do presente trabalho.

Palavras-chaves: ruralidades, espaço rural, pequenos municípios paranaenses

RÉSUMÉ

Le monde rural du Paraná se voit confronté aujourd'hui à des interprétations ambiguës, tant au niveau du débat académique qu'à celui des politiques publiques. D'une part, la valorisation de l'agriculteur familial en tant qu'acteur social et la revalorisation du monde rural comme milieu rural, constitué surtout d'agriculteurs. De l'autre, les interprétations nées de la fin du monde rural, en particulier, celles qui sont dues aux résultats du recensement démographique de l'an 2000. Au coeur de ce débat, on essaie de montrer ici un aspect peu abordé qui consiste à caractériser certaines qualités des relations sociales des petites communes de l'État du Paraná – comprises ici comme ruralité – dans le but de mettre en évidence les particularités régionales qui existent dans l'Etat. On essaie également de réfléchir à la question des espaces ruraux afin de savoir si ces derniers sont encore un local de vie, de travail, en particulier, des agriculteurs, et si on n'assiste pas à l'occurrence d'une forte séparation entre le rural et l'agricole comme le confirment également d'autres tendances du monde rural contemporain. On observe dans cette étude l'existence de ruralités différentes dans les petites communes des mésorégions étudiées de l'État du Paraná, dont les distinctions ne sont pas observées lorsque l'on prend en considération des données et des chiffres portant sur la ruralité de l'ensemble de l'État. Pour en arriver à cette compréhension, cette étude prend en compte un bref relevé des études classiques sur les relations sociales entre les zones rurale et urbaine, remet en question les interprétations ambiguës originaires des recensements, en particulier, celle du taux d'urbanisation; et met en avant quelques particularités des relations sociales dues à l'interpénétration entre la population des zones rurale et urbaine des petites communes de l'État du Paraná. Ce travail a pour objectif d'analyser les caractéristiques de la ruralité des petites communes de l'État du Paraná, se référant, en particulier, aux données recensées sur l'occupation et sur le lieu de vie en tant qu' aspects centraux pour la compréhension de la dynamique de la vie sociale.

Mots-clés: ruralités, espace rural, petites communes de l'État du Paraná

INTRODUÇÃO

A entrada no século XXI trouxe para os estudiosos do mundo rural uma indagação inquietante: os estudos da ruralidade estariam com os seus dias contados? Pelo menos é o que se entendia, à primeira vista, das interpretações oriundas dos dados do Censo Demográfico 2000 que ocupavam as manchetes dos jornais daquele tempo. Era o impacto da taxa de urbanização do país que profetizava o “fim do rural”. No caso paranaense, o valor de mais de 80% da taxa de urbanização apresentava para a sociedade local um estado definitivamente urbano. Mas o que isso significava? Seria mesmo o fim do rural? Ou a sugestão para novos critérios analíticos para interpretar essa distorcida realidade em constante transformação?

O ‘novo tempo’ também trouxe mudanças para as Ciências Sociais que observavam as transformações ocorridas nos países capitalistas. Logo, pensava-se a ruralidade brasileira a partir de termos como “novas ruralidades, renascimento do rural, reconstrução da ruralidade, novo rural, emergência de novos atores sociais rurais, espaços rurais como territórios do futuro.”¹ Segundo Ferreira, os países europeus permitiam novas análises do rural contemporâneo e evidenciavam características e tendências diferenciadas do que até então se entendia por rural, tais como: um rural com revitalização demográfica; um rural dissociado do agrícola, um rural que é também residência dos trabalhadores urbanos e aposentados em ocupações urbanas – um lugar residencial e não de trabalho; um rural que é agrícola e que abriga famílias de agricultores crescentemente pluriativas.² Um novo rural em formação.

Essas análises que concentravam os pesquisadores brasileiros sobre o rural contemporâneo caminhavam ao lado daquelas ligadas às teorias do desaparecimento do rural, a *tese do fim do rural* ou da completa urbanização, ou seja, da tão propalada “pouco” representação populacional do meio rural na sociedade brasileira.³ Mas, o que embasaria tais teses? Ainda os mesmos dados anunciados?

¹ FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processos e sentidos do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. *Estudos Sociedade e Agricultura*. RJ, CPDA/UFRRJ, 2002, p.32.

² Id., p.30-37.

³ Segundo Abramovay, “a cada publicação censitária, o resultado é o mesmo: prossegue o esvaziamento do meio rural e, mantendo-se o ritmo observado até aqui [segundo o Censo de 1996], 80% da população brasileira serão urbanos na virada de 2000. [De fato, como menciona o autor, o Censo 2000 anunciava que o Brasil urbano já abrigava 81% de sua população total]. Esta constatação – lamentada como perda ou celebrada como sinal de progresso – é raramente contestada. E contrasta, no entanto, com sinais de vitalidade dificilmente compatíveis com o estado moribundo a que a opinião pública – leiga e especializada – habituou-se a encarar o destino das populações vivendo em áreas não-densamente povoadas no Brasil”. (ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.17).

É nesse sentido, do contraste entre as abordagens dos estudos da ruralidade existentes nos países avançados e no Brasil, somado à tendência interna de mitificar o fim do rural, que originou uma série de estudos que reorientaram as interpretações acerca da ruralidade brasileira. Dentre estes estudos, destacam-se o artigo de Maria de Nazareth Baudel Wanderley, intitulado “Urbanidade e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural - estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco”, publicado em 2001, e o artigo de José Eli da Veiga denominado “Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho Varguista ao zoneamento ecológico-econômico”, também de 2001, bem como seus artigos publicados no jornal *O Estado de São Paulo*, entre 2000 e 2002⁴. Ambos os artigos demarcaram novos rumos para o estudo da ruralidade no Brasil: em um, a atenção para o estudo dos pequenos municípios brasileiros, e, em outro, a crítica que poria em xeque a tese do fim do rural e traria uma nova abordagem – a territorial – para pensar o rural brasileiro.

Assim é que, questionando a tese do fim do rural e aliado a tais perspectivas que reorientam o foco da ruralidade no Brasil, se centra o presente estudo que tem por objetivo apresentar uma análise das características da ruralidade dos pequenos municípios do Estado do Paraná, procurando identificar as ocupações e o local de moradia da população destes municípios, a partir dos dados do Censo Demográfico 2000. O local de moradia e o trabalho dos habitantes dos pequenos municípios paranaenses são as categorias privilegiadas na análise, a fim de entender, no seu limite, as relações sociais aí existentes – os espaços de vida.

Algumas questões orientam o presente estudo e mantém íntima relação com os dados censitários aqui em análise. Estaria a ruralidade dos pequenos municípios paranaenses bem representada pelos indicadores que têm sido freqüentemente divulgados para o Estado do Paraná como um todo? Numa escala de análise mais restrita, essa ruralidade se apresentaria homogênea entre as mesorregiões do próprio Estado? E qual seria a importância do setor agrícola na ruralidade destes pequenos municípios já que há teses que dissociam o rural do agrícola entendendo isso como característica do novo rural?

Como se vê a questão sobre os censos – que são operações de levantamento de dados fundamentais para a formulação de políticas públicas e para a tomada de decisões de investimentos privados e governamentais⁵ e se constituem na principal fonte de dados para construção de indicadores sociais para formulação de políticas públicas no Brasil, sobretudo

⁴ Os artigos encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico <<http://www.fea.usp.br/professores/zeeli>>

⁵ Cf.: IBGE. A importância do Censo 2000. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/censo/importancia.shtm>>. Acesso em 20 jul. 2006.

no âmbito municipal⁶ -, leva a pensar sobre a interpretação destes dados. Poderiam estes dados estarem induzindo a formulação de políticas públicas inadequadas para os pequenos municípios do Estado do Paraná?

A respeito destas indagações, o presente estudo procurou demonstrar a existência de ruralidades diferentes nos pequenos municípios das mesorregiões estudadas, cujas distinções não são observadas quando se consideram dados e indicadores acerca da ruralidade para o Estado do Paraná como um todo. Neste sentido, foi necessário estabelecer novos critérios de análise para os pequenos municípios. E verificar, ainda, a relação entre a ocupação da população dos pequenos municípios estudados, segundo os resultados do Censo Demográfico 2000, e o papel do setor agrícola no contexto da ruralidade local e contemporânea. Enfim, este dado, contraria ou não as teses que procuram afirmar o declínio cada vez maior da interação entre o rural e o agrícola?

O presente estudo tomou o Censo Demográfico 2000 como base para a pesquisa empírica. O fato de se ter escolhido os dados censitários se justifica em virtude do Censo Demográfico ser:

a única pesquisa domiciliar que produz resultados para o universo da população, independente do nível de desagregação espacial. Tais resultados têm validade para as Unidades da Federação, os Municípios, Distritos e, até, com uma precisão cada vez maior, para os bairros e outros recortes espaciais que podem ser formados pela agregação de setores censitários.⁷

O Censo Demográfico permite verificar as particularidades da ruralidade numa desagregação espacial mais abrangente que a possibilitada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD's). E ainda permite conhecer as características da população total do município e não somente àquelas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, conforme os dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário. Outro fator positivo no uso de censos populacionais para embasar análises empíricas diz respeito aos chamados microdados⁸ da amostra - que aqui também utilizamos - e que apresentam dados sobre a população residente por situação de domicílio, atividade econômica, grupos ocupacionais, posição na

⁶ JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes e aplicações*. Campinas: Editora Alínea, 2004. p.42.

⁷ IBGE. O Censo Demográfico e as políticas públicas. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/censo/censopolitica.shtm>>. Acesso em 20 jul. 2006.

⁸ Microdados consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, na forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações. Os microdados possibilitam aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou softwares de cálculo, criar suas próprias tabelas de dados numéricos. (IBGE. *Metodologia do Censo Demográfico 2000*. Série Relatórios Metodológicos. v.25. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.)

ocupação, entre outros aspectos permitindo a realização de cruzamento das inúmeras e distintas variáveis que compõem o questionário da amostra.⁹

A pesquisa tem como referência empírica o universo composto pelos pequenos municípios do Estado do Paraná, selecionados inicialmente a partir da adaptação da tipologia analítica de Veiga¹⁰, e classificados como *municípios rurais*¹¹. Visando tornar mais clara a interpretação dos resultados, os mesmos são analisados segundo regiões geográficas.

Neste estudo, privilegiou-se o uso da unidade espacial Mesorregião Geográfica, segundo classificação do IBGE adotada no Censo Demográfico 2000.¹² Compõem as mesorregiões paranaenses as *unidades espaciais* denominadas: Noroeste, Centro-Oriental, Norte Central, Norte Pioneiro, Centro-Oriental, Oeste, Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste e Metropolitana de Curitiba, como mostra o mapa 1, a seguir.

A interpretação dos resultados foi realizada tanto para a população total dos *municípios rurais*, quanto para a população situada em domicílios urbanos e rurais conforme a classificação oficial do IBGE para os conceitos de rural (campo) e urbano (cidades, vilas). A inclusão tanto da população situada em domicílio rural, quanto da população em domicílio urbano, está em conformidade com o conceito de *ruralidade* adotado neste estudo, e que engloba todo o espaço (rural e urbano) ocupado pelo município, espaço este aqui considerado como *espaço rural*.

⁹ Este trabalho procura aprofundar as possibilidades de utilização de dados oriundos de recenseamentos populacionais, a exemplo do já realizado por: MARQUES, Lenita Maria. *Ocupações e rendas da população rural e a pluriatividade nas famílias da mesorregião metropolitana de Curitiba, Paraná*. Curitiba, 2005. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná.

¹⁰ VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Territorial do Brasil: do entulho Varguista ao zoneamento ecológico-econômico*. *Bahia Análise & Dados*, v. 10, n 4, p.193-206, mar. 2001.

¹¹ Municípios com população total até 20.000 habitantes, densidade populacional inferior a 80 hab/km² e que não fazem parte de aglomeração metropolitana e aglomeração não-metropolitana. Cf.: Capítulo II onde ainda se realiza uma adaptação ao apresentado para o estudo dos pequenos municípios.

¹² Entende-se por mesorregião uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p.7-8).

MAPA 1 – DIVISÃO DO ESTADO DO PARANÁ SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS



Vale observar que, a despeito da dificuldade de definir com clareza a concepção de ruralidade, para o geógrafo francês Bernard Kayser ela só pode ser entendida “em seu sentido mais imediato, o espaço social”¹³. Em outras palavras, “é uma forma de relação da sociedade ao espaço, que apresenta um caráter dominante: sua inscrição [pertencimento] local.”¹⁴ Ainda segundo Kayser, este *espaço rural* se define como um modo particular de utilização do espaço e da vida social, caracterizado por:

- a) uma fraca densidade de habitantes e de construções, podendo manifestar uma preponderância de paisagens com cobertura vegetal;
- b) um uso econômico predominantemente agro-silvo-pastoril;
- c) um modo de vida de seus habitantes caracterizado por seu pertencimento a coletividades de tamanho limitado e por suas relações particulares com o espaço;
- d) uma identidade e uma representação específicas, fortemente conotadas pela cultura camponesa.¹⁵

A partir deste conceito de espaço rural são trabalhadas e analisadas aqui as informações censitárias do Censo Demográfico 2000 sobre as variáveis relacionadas com o

¹³ KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale*. Paris, Armand Colin, 1990, p.12 (tradução livre)

¹⁴ Id., p.34 (tradução livre)

¹⁵ Ibid.,p.13 (tradução livre)

trabalho (setor de atividade e ocupações agrícolas) e o local de moradia (urbano ou rural) nos municípios pertencentes ao espaço rural paranaense. A sistematização inicial dos dados foi realizada no software de banco de dados relacional Microsoft Access, e a análise estatística descritiva, realizada no software SPSS (Statistical Package for Sciences Sociais)¹⁶ – instrumentos essenciais de suporte para o presente trabalho.

Assim, o presente estudo encontra-se dividido em 3 partes.

No Capítulo 1, **ABORDAGENS DO MUNDO RURAL: DOS ESTUDOS DE COMUNIDADE ÀS MÚLTIPLAS RURALIDADES**: trata-se de um panorama dos estudos sobre o rural, e das relações campo-cidade a partir de autores e obras clássicas da Sociologia Rural do início do século XX, desde os estudos de comunidade, influenciados pela sociologia rural americana, até as discussões atuais sobre as novas ruralidades. Resgata-se o percurso que colaborou para a definição de rumos dos estudos e pesquisas sobre o rural brasileiro.

No Capítulo II, **IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS PARANAENSES: AMPLIANDO CRITÉRIOS DO RURAL E DO URBANO**, procurando-se esboçar os principais aspectos dos *municípios rurais* nas mesorregiões do estado do Paraná. A abordagem é feita inicialmente a partir de um olhar geral sobre a população total do município, prosseguindo em seguida, à uma abordagem dos habitantes do meio rural paranaense. Identifica-se aqui os municípios que apresentam características “mais rurais” ou “mais urbanas”, relativizando a classificação urbano e rural (teses dicotômicas) tendo por base os seguintes indicadores para análise: a) tamanho e densidade da população; b) local de moradia (situação de domicílio); e, c) trabalho (ocupação).

No Capítulo III, **VERÊ (PARANÁ): “UM SINGULAR ESPAÇO DE VIDA E DE TRABALHO”** procura-se detalhar os aspectos do local de moradia, do trabalho e da organização social no meio rural paranaense em um município preponderantemente rural, situado na mesorregião Sudoeste Paranaense, com ênfase nas estruturas sociais da vida comunitária.¹⁷

¹⁶ O autor agradece à José Germano Batista Rodrigues pela possibilidade de utilização do referido software, sem o qual não seria possível realizar a análise estatística deste trabalho.

¹⁷ A escolha do município se deu a partir dos seguintes critérios: a) maior população absoluta residente no rural entre os municípios em estudo; b) ano de criação do município anterior à década de 1990; c) inexistência de predomínio de população oriunda de assentamentos e reservas indígenas; d) predominância da população rural em relação à população total do município; e) existência de mapa censitário rural em 2000.

CAPÍTULO I - ABORDAGENS DO MUNDO RURAL: DOS ESTUDOS DE COMUNIDADE ÀS MULTIPLAS RURALIDADES

1.1 - AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE EM DIFERENTES TENDÊNCIAS INTERPRETATIVAS

A história da sociologia rural, em especial, a história da origem da diferenciação entre o rural e o urbano pode ser encontrada na obra clássica de Pitirim A. Sorokin, Carlo A. Zimmerman e Charles J. Galpin, intitulada *A Systematic Source Book in Rural Sociology*, publicada em 1930.¹ Segundo os autores:

diferenciação rural-urbano parece originar-se e crescer ou progredir como uma função parabólica: começa gradualmente, aumenta com o tempo, a ritmos cada vez mais altos, e a diferenciação da cidade-campo torna-se grande; então diminui até a absorção da cidade pelo campo ou do campo pela cidade, ou a fusão mútua entre campo e cidade².

A abordagem desta diferenciação é realizada a partir da definição do conceito de cidade, de sua origem, bem como de suas características mais importantes, que permitem uma consideração sobre os estágios iniciais da diferenciação entre o rural e urbano. Estes autores enfatizam que a “definição sociológica dos universos do campo e da cidade não deve ser descrita em termos de *uma* característica, seja esta tamanho da comunidade, densidade populacional, nomenclatura administrativa, composição ocupacional da população ou outros elementos semelhantes.” Para eles, a combinação sociológica destes universos requer uma combinação de vários traços típicos, ou seja, uma “definição composta”.³

Esta definição composta seria formada a partir das características diferenciais de oito traços típicos:

- (1) diferenças ocupacionais;
- (2) diferenças ambientais;
- (3) diferenças no tamanho das comunidades;

¹ SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J.. *A systematic source book in Rural Sociology*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1930. vol I. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/systematicsource014430mbp>> Acesso em: 22 abr. 2007.

² Id., p.147 (tradução livre).

³ SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (Org). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986, p.90.

- (4) diferenças na densidade populacional;
- (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações;
- (6) diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social;
- (7) diferenças na mobilidade social;
- (8) diferenças na direção da migração.

Estes critérios de diferenciação entre o rural e o urbano, no final da década de 1920, foram utilizados na Antropologia Norte Americana, em especial na Antropologia Social, nos estudos das chamadas sociedades avançadas, a partir de adaptações feitas nos métodos utilizados nos estudos das sociedades primitivas – *estudos de comunidades*. Tais estudos, segundo o antropólogo Oracy Nogueira, eram entendidos como:

levantamentos de dados sobre a vida social em seu conjunto, relativos a uma área cujo âmbito é determinado pela distância a que se situam nas várias direções, os moradores mais afastados do centro local de maior densidade demográfica, havendo entre os moradores do núcleo central e os da zona circunjacente, assim delimitada, uma interdependência direta para a satisfação de, pelo menos, parte de suas necessidades fundamentais.⁴

Estes estudos tiveram como marco o trabalho de Robert Lynd e Helen Lynd, que, em 1929, empreenderam uma pesquisa em uma pequena cidade de 30 mil habitantes no estado de Missouri/EUA, que recebeu o nome fictício de Middletown⁵. Uma das contribuições fundamentais deste estudo, enfatizada por alguns autores⁶, foi o trabalho com dados e a interpretação de censos para analisar as transformações em curso na época.

Os primeiros trabalhos publicados nos Estados Unidos sobre as chamadas comunidades avançadas (municípios em transição) teve um papel importante nos estudos das relações campo-cidade no Brasil, em especial, a partir de Emílio Willems. Este autor, antropólogo, professor da cadeira de Antropologia da Universidade de São Paulo⁷, em seu trabalho publicado em 1947, denominado *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural*

⁴ NOGUEIRA, Oracy. Os estudos de comunidade no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 3, n. 2, dez. 1955, p.95.

⁵ LYND, Robert S.; LYND, Helen Merrell. *Middletown: a study in american culture*. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1956.

⁶ Veja: CASTRO, Elisa Gomes de. "Estudos de comunidade": reflexividade e etnografia em Marvin Harris. *Rev. Univ. Rural*, série Ciências Humanas, v.23, n.2, 2001, p.196.

⁷ Sobre a implantação da cadeira de Antropologia na Universidade de São Paulo, cf.: JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/Fapesp, 2002. Veja também: CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. *Tempo soc.*, São Paulo, v.18, n. 1, p.271-301, 2006.

do Brasil⁸, se tornou um dos precursores dos estudos de comunidades rurais no Brasil. Nesses estudos, Willems utilizou recursos metodológicos oriundos de estudos de comunidades modernas, em especial os que resultaram nas publicações: *Middletown* (Robert Lynd e Helen Lynd, 1929), *Yankee City Series* (W. Lloyd e Paul Warner, 1941), *The Folk Culture of Yucatan* (Robert Redfield, 1941) entre outros.⁹

Dentre as obras citadas, uma das que influenciou significativamente os estudos das relações campo-cidade no Brasil, como afirma Jackson, foi a obra de Robert Redfield, *The Folk culture of Yucatan* (1941).¹⁰ Nesta, Redfield procurou estudar as diferenças existentes entre o rural (cultura de *folk*) e o urbano (civilização), através da abordagem comparativa dos estudos de quatro comunidades na península de Yucatan, no México, ao analisar uma *aldeia tribal* (Tusik), uma *povoação* (Chan Kom), uma *vila* (Dzitas) e um *centro urbano* (Mérida). Segundo o autor, “o método empregado neste estudo contém uma inovação, é que se investigou quase simultaneamente uma série de comunidades contemporâneas que diferem entre si principalmente com respeito ao grau em que cada uma delas foi afetada pela comunicação com um único centro importante de influência modificadora [a civilização urbana]”.¹¹

Além de ter certamente norteado os estudos de Emilio Willens, Robert Redfield influenciou também alguns estudos de Donald Pierson, que durante muitos anos foi professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo na cadeira de Sociologia e Antropologia Social.¹² Pierson publicou em 1951 o estudo de uma pequena vila do interior paulista denominado *Cruz das Almas: a Brazilian village*, no qual procurou realizar um “quadro fiel e realista da vida dos habitantes de uma comunidade rural paulista”, a vila de Cruz das Almas.¹³

No período em que Redfield realizava seus estudos no México, e publicava seu livro sobre o Yucatan (1941), Charles Wagley, outro pesquisador das relações campo-cidade, visitava a Amazônia Brasileira nos idos de 1939: “era uma das várias regiões do mundo que

⁸ WILLEMS, Emílio. *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1947.

⁹ LYND, Robert S.; LYND, Helen Merrell. *Middletown...*, op.cit.; REDFIELD, Robert. *Civilização e cultura de Folk*. São Paulo: Livraria Martins, 1949; LLOYD, W.; WARNER, Paul S. Lunt. *Yankee City Series*. New Haven: Yale University Press, 1941.

¹⁰ JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida...*, op.cit., 2002, p.87-88.

¹¹ REDFIELD, Robert. *Civilização ...*, op.cit., 1949, p.346.

¹² MENDOZA, Edgar S. G. Donald Pierson e a Escola Sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). *Sociologias*, n.14, p.440-470, dez.2005.

¹³ PIERSON, Donald. *Cruz das Almas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1966, p.xi (Prefácio).

se poderiam escolher para um estudo do homem primitivo”¹⁴. Na década seguinte, Wagley realizou um estudo de comunidade sobre a pequena cidade de Ita, no Vale Amazônico. Seus estudos realizados sobre esta região faziam “referências surpreendentemente escassas ao homem e às questões humanas” e a referida cidade parecia-lhe “ser o local ideal para um estudo desta natureza”.¹⁵ Foi ali que Wagley explorou aspectos como a base ecológica – habitat, população, técnicas de subsistência; a sociedade e cultura – isolamento e contato, linguagem, etiqueta, relações de família e compadrio, *status* e papel da mulher, ritual, cerimônia e crença, comportamento político, relações raciais, conflito, solidariedade e controle social, mudança e desorganização social, provérbios e outros ditos comuns. Enfim, um estudo minucioso de uma pequena comunidade brasileira.

Além destes autores, muitos outros¹⁶ contribuíram para o estudo das relações campo-cidade no Brasil, através dos chamados estudos de comunidade, que dependendo do estudo, era delimitado pela *aldeia tribal*, pela *pequena comunidade*, pelas *vilas*, *idades tradicionais* e também pelas *idades modernas*.¹⁷ Todos estes autores são, ainda hoje, fundamentais para o entendimento da diversidade dos espaços rurais no Brasil, como já destacado por Wanderley.¹⁸ Todos eles chamam a atenção para a necessidade de conhecer profundamente, em seus mínimos detalhes, as comunidades objeto de estudo.

Sobre isso, Nogueira entende que um conhecimento mais aprofundado e mais minucioso da realidade nacional era a finalidade prática dos estudos de comunidades, permitindo uma “eficiência maior ao trabalho de todos aqueles técnicos que, pelo caráter de suas atividades, são, ao mesmo tempo, agentes de mudança social e cultural: o agrônomo, o médico, especialmente o sanitário, o educador e outros.”¹⁹ E mais:

Os estudos de comunidade oferecerão ao administrador, ao político, ao homem de gabinete, aos habitantes das capitais e das grandes cidades, um quadro realista da vida dos pequenos e rústicos aglomerados do interior da população rural, mostrando o seu lado dramático e humano, seus problemas e suas dificuldades, suas condições reais e suas aspirações, seus recursos e sua experiência. [...] à medida em que se multiplicarem, em que se divulgarem seus resultados e se obtiver, através de sua síntese, uma visão panorâmica mais

¹⁴ WAGLEY, Charles. *Uma comunidade Amazônica: estudo do homem dos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p.13-14.

¹⁵ Id.

¹⁶ Confira uma seleção destes autores, em: MELATTI, Julio Cesar. *A antropologia no Brasil: um roteiro*. Brasília: UnB, 1983. (série Antropologia, 38).

¹⁷ Cf.: FERNANDES, Florestan. *Comunidade e Sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

¹⁸ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Olhares sobre o rural brasileiro*. Recife, 1999 (mimeo).

¹⁹ NOGUEIRA, Oracy. *Os estudos...*, op. cit., p.98.

adequada da realidade nacional, os estudos de comunidade poderão contribuir para uma correção parcial da tendência político-administrativa de se concentrarem os recursos disponíveis na solução dos problemas que afetam as populações dos centros de maior densidade, em detrimento dos que afetam a população rural e a dos menores e mais afastados núcleos demográficos.²⁰

Então realizar um estudo de comunidade seria não só um grande desafio a quem se dispusesse realizar tal empreitada – uma vez que, não raro, os estudiosos ficavam meses em contato direto com as comunidades recolhendo o maior número e detalhamento das informações possíveis para obter uma “visão panorâmica” da realidade estudada-, como também significaria um compromisso político, social, não só na compreensão da realidade local como também da “realidade nacional” que permitisse “ao administrador, ao político, ao homem de gabinete”, tomar as decisões mais acertadas que alcançassem os pequenos municípios. Era também uma chamada de atenção para a concentração dos recursos públicos nos centros de maior densidade populacional em detrimento daqueles com pequena densidade populacional. Para reverter este cenário era preciso então conhecer a fundo e até mesmo vivenciar, a fim de tornar inteligível, a situação e condições de vida das aldeias, vilas e pequenas comunidades. Foi o que fez, por exemplo, Emilio Willems.

A comunidade rural estudada por Willems era o pequeno município de Cunha, de 27 mil habitantes, no Estado de São Paulo, e que numa reedição de sua obra, recebeu o nome fictício de Itaipava²¹. Na pesquisa realizada em 1945, Willems apresenta um estudo detalhado do espaço territorial do município, com destaque para a localização dos bairros rurais, as aglomerações populacionais, as igrejas, escolas, a situação demográfica, a história, a estrutura social, a economia, a cultura, etc. Tal como o feito por outros estudiosos de comunidade do seu tempo.

Willems então se utiliza de um mapa administrativo organizado em observância ao Decreto-Lei nº 311 de 2 de março de 1938, no qual pode-se observar, nas convenções, a localização da *Cidade* (Sede municipal), da *Vila* (Sede distrito) “Campos de Cunha” e da Vila de Lagoinha. O mapa permite acompanhar a narrativa da paisagem feita pelo autor a partir de uma viagem entre a sede do município vizinho de Guaratinguetá até a sede do município de Cunha. Numa dessas passagens, o relato a partir da divisa do município localizado na Serra Quebra-Cangalha até a sede do município de Cunha, Willems observa que não se encontram

²⁰ NOGUEIRA, Oracy. *Os estudos...*, op. cit., p.99.

²¹ Cf.: WILLEMS, Emilio. *Uma vila brasileira: tradição e transição*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961. (Reedição com prefácio de Nelson Werneck Sodré).

ali, habitações completamente isoladas. Um pouco desse cenário:

Predominam grupos de duas, três e quatro casas, das quais uma é, em geral, venda [pequeno comércio]. A distância média entre os sítios é de 265 metros aproximadamente, de modo que nunca o observador tem a impressão de estar atravessando uma região deserta. Ao contrário, o trajeto todo, com suas cento e treze casas habitadas, entre os quilômetros 230 e 260, adquiriu quase o caráter de uma única comunidade, embora se divida em bairros com denominações locais.²²

A exemplo do descrito nos quilômetros 230 e 260, a obra de Willems descreve várias características deste espaço, inclusive traz uma outra nomenclatura, a de bairros, às vezes denominado povoado, que são comparadas com bairros mais distantes ou mais próximos da sede, e entre bairros e a sede do município de Cunha. Entre algumas destas características encontram-se o “aspecto das casas” que segundo o autor “é variável refletindo mudanças incisivas na cultura local”, e “outros indícios de mudança nesta zona [bairros distantes da sede do município] outrora tão isolada”, tais como “vasilhames de leite à beira da estrada, pequenas plantações de eucalipto, um rebanho de carneiros, um moinho de água cuidadosamente construído, mas sobretudo os veículos a motor que [...] vieram acrescentar-se aos meios mais primitivos de comunicação, o cavalo, o cargueiro e o carro de boi.”²³ É a exposição de aspectos que perfazem o meio rural que predomina na narrativa de Willems.

Para Wanderley, Willems descreve até uma série de melhoramentos que teriam favorecido a integração dos povoados ou bairros rurais com a sede do município – integração essa, entre o campo e a cidade, o rural e o urbano, que muito se aproxima do visto outrora por Robert Redfield. Para a autora:

Willems registrou, um meio rural bastante povoado (...) e que vencera o isolamento com a construção da estrada e a instalação de um serviço de transporte coletivo, entre os bairros rurais e destes com a cidade de Cunha. A introdução destes melhoramentos favoreceu a integração da população do campo à cidade, estimulando uma identidade local que se forma pela dupla referência, ao município em seu conjunto, e ao pequeno povoado rural.²⁴

Outras características destacadas por Wanderley na obra de Willems estão relacionadas às diferenciações no interior do meio rural do município, bem como às relações dos habitantes da sede municipal com o meio rural:

²² WILLEMS, Emilio. *Cunha...*, op. cit., p.7.

²³ Id.

²⁴ WANDERLEY, *Olhares...*, op.cit., p.10.

Alguns bairros rurais agrupavam um muito pequeno número de casas; outros eram maiores e situados mais próximos do núcleo urbano, assumindo funções de integração entre as duas áreas. Por sua vez, a sede municipal de Cunha era, sem dúvida, um núcleo urbano. No entanto, isto não impedia que a cidade guardasse um cunho rústico, fruto de uma certa “simplicidade” de costumes e que mantivesse estreitas relações com o seu meio rural. Ela abrigava parcela importante de indivíduos e famílias, que mantinham vínculos de trabalho com o setor rural.²⁵

Através da análise da situação demográfica, a partir de dados censitários, Willems observa que a população do município de Cunha, segundo o recenseamento realizado em 1943, apresentava de modo geral cerca de 27 mil habitantes, dos quais apenas 1.485 moravam na cidade (zona urbana) de Cunha, e a grande maioria, ou seja, 94,5% morava fora da cidade, caracterizando uma concentração da população num espaço predominantemente rural.²⁶ Willems, ainda, em seu estudo, destaca que a vida de seus quase 30 mil moradores estava ligada a interesses agrícolas e pecuários, não podendo receber a denominação de urbana, mesmo porquê a cidade, considerada o núcleo urbano, não abrigava mais do que 5,5% da população total do município. Além disso, dentre esta população da cidade de Cunha, segundo sua ocupação, aproximadamente 30% das pessoas ali ocupadas estavam em atividades que não possuíam nenhum caráter urbano, por exemplo: “entre os 321 chefes de família e moradores independentes residentes na “cidade” de Cunha, há 14 fazendeiros, 16 sitiantes e 64 arrendatários e meeiros, além de 42 trabalhadores braçais ocupados, na maioria, na lavoura.”²⁷

Willems chega a destacar, ainda, o reduzido número de oportunidades profissionais de caráter urbano em Cunha, uma vez que existia ali apenas quatro principais atividades (rurais e urbanas): a agricultura e pecuária, o comércio, o funcionalismo público e o artesanato. A obra de Willems se destaca, portanto, por sua originalidade nos estudos das relações campo-cidade, no início dos anos 1940 no Brasil, contribuindo para a difusão dos estudos de comunidades preponderantemente rurais. Certamente, exerceu grande influência para o estudo do caipira brasileiro e dos bairros rurais que o sucederiam em meados do século XX.

É o caso de Antonio Candido em *Os parceiros do Rio Bonito*, obra publicada pela

²⁵ WANDERLEY, *Olhares...*, op.cit., p.21.

²⁶ É nos dados censitários, em especial, no Censo Nacional de 1940, que Willems aprofunda algumas características demográficas da população do município de Cunha, destacando, por exemplo, as ocupações de homens e mulheres: 80% dos homens estavam ocupados em atividades relacionadas à agricultura, pecuária e silvicultura, enquanto que 78% das mulheres estavam ocupadas em atividades domésticas e escolares. Aprofundar tais questões exigirá novos esforços investigativos.

²⁷ WILLEMS, Emilio. *Cunha...*, op. cit., p.18.

primeira vez em 1964, e que se destaca dentre os estudos das relações entre o meio urbano e o meio rural.²⁸ Uma das principais contribuições teóricas da obra de Antonio Candido, segundo Jackson, é a definição do bairro rural como unidade mínima da sociabilidade. Em depoimento concedido a Jackson em junho de 1996, Antonio Candido fez uma crítica ao que ele considerava ser uma excessiva generalidade do conceito de comunidade, já que “a comunidade de Willems é uma cidadezinha e seu território administrativo – seu município; a de Pierson, um povoado e seus arredores rurais; a de Wagley uma cidade com os povoados que dela dependem, assim como uma área bastante vasta e população dispersa”.²⁹ Então, a defesa de Candido era que nos estudos sobre a sociedade caipira, a unidade básica de análise, deveria se limitar aos bairros.

Mesmo que Antonio Candido tenha alterado a unidade mínima de análise nos estudos de comunidade (o bairro), ela se ampliaria nos estudos seguintes. Essa ampliação se daria devido a várias críticas recebidas pelos estudos de comunidade, ou nas palavras de Florestan Fernandes, “certas idéias falsas sobre as limitações e as possibilidades do estudo de comunidade na sociologia.”³⁰ Essas críticas estavam relacionadas às preocupações teóricas, problemas de ordem metodológica, problemas da representatividade regional ou nacional das comunidades estudadas, entre outros.³¹ Era preciso que os estudos de comunidade fossem além das análises de um único bairro, para estudos mais abrangentes, como, por exemplo, estudos comparativos de bairros entre diversas regiões. Seria a nova contribuição de Wagley.

Para Charles Wagley, citado por Queiroz, “todas as variações do cenário brasileiro não podem ser estudadas pelo método de estudos de comunidades, sem que seja efetuado um número enorme de estudos locais sobre cada tipo possível, em cada uma das distintas regiões do país”³². O autor, segundo Queiroz, “aconselhava a escolha das ‘variações mais significativas e mais importantes da cultura nacional’, que seriam analisados a fim de se poder

²⁸ CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2001.

²⁹ CANDIDO, Antonio. L'état actuel et les problèmes les plus importants des études sur les sociétés rurales du Brésil". CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 31, São Paulo, 1955. *Anais...*, p.330 *apud* QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *Bairros Rurais Paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas cidades, 1973, p.1.

³⁰ FERNANDES, Florestan. (Org.). *Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. vol. 34. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1973, p.161.

³¹ Cf.: IANNI, Octavio. Estudo de comunidade e conhecimento científico. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 9, ns. 1 e 2, jun. e dez. 1961; MOREIRA, Maria Sylvia Franco. O Estudo sociológico de comunidades. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 11, ns. 1 e 2, jun. e dez. 1963.

³² WAGLEY, Charles. Brazilian Community Studies: a methodological evaluation. CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 31, São Paulo, 1955. *Anais...*, *apud* QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *Bairros Rurais Paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. SP: Duas Cidades, 1973, p.11.

chegar à comparação dos traços de vida comunitária mais habituais no país. Em suma, as comunidades rurais pertencem sempre a determinadas regiões, e só dentro delas é que podem ser compreendidas.”³³ Para Queiroz:

toda comunidade, por mais isolada, existe sempre dentro de uma região cuja organização social é mais vasta do que a daquela, e com a qual se relaciona. Se isolada, suas relações serão de afastamento; se entrosada na sociedade regional, o grau de integração determina a proximidade maior ou menor em que ambas se encontram. Num e noutro caso, é imprescindível determinar as relações entre a unidade formada pelo bairro rural, e a sociedade mais ampla, que o circunda e engloba e que podemos chamar de ‘sociedade global’, utilizando a definição de Georges Gurvitch. (...) nosso intuito é estudar bairros rurais em sua composição interna, mas também nas relações que mantém com todo o meio social circundante formado pela sede do município a que o bairro pertence, pela região em que ele se encontra engastado, e pelas cidades grandes com que porventura se relacione.³⁴

A partir deste momento, nos anos 1960, os estudos coordenados pela socióloga da Universidade de São Paulo e coordenadora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos – Ceru, Maria Isaura Pereira de Queiroz, se afastaram da abordagem de estudos de comunidade e suas “monografias de comunidade”, e introduziram a abordagem das chamadas técnicas de “monografias regionais”, “aplicadas pelos geógrafos franceses, e que derivam do reconhecimento da homogeneidade de uma vasta área geográfica, - homogeneidade sócio-econômica e cultural.”³⁵ As técnicas de “monografias regionais” originadas da geografia clássica francesa, em especial da escola de Vidal de La Blache³⁶, eram “análises circunscritas à área enfocada, que buscam chegar a um conhecimento cada vez mais profundo dela, pela descrição e observação dos fenômenos e elementos presentes, no limite tendendo à exaustão.”³⁷ De certo modo, era um aprofundamento ainda maior na direção dos estudos de comunidade e não sua oposição.

No Brasil, na geografia, foi Pierre Monbeig um dos pioneiros na implantação dessas técnicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade de São Paulo, entre os anos 1935-1946. Essas técnicas de pesquisa se deram primeiramente na geografia humana, a partir de uma mesclagem entre o conhecimento da Escola de Chicago e a geografia francesa. Segundo Ab' Saber, antigo aluno de Monbeig:

³³ WAGLEY, Charles. op.cit., 1973, p.11.

³⁴ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros Rurais Paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973, p.12-13.

³⁵ Id.

³⁶ VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos, 1956.

³⁷ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1981, p.78.

à medida em que foi tomando consciência sobre as cidades do interior paulista e norte-paranaense — nascidas e crescidas ao saber do ciclo do café - Monbeig incentivou alunos e ex-alunos a realizarem monografias sobre os núcleos urbanos que melhor conheciam (...). Tínhamos uma vantagem em terrenos de épocas culturais dos anos 40 em São Paulo: recebemos os ensinamentos de Monbeig sobre as abordagens geográficas para estudar uma cidade e podíamos incorporar a elas os princípios e fundamentos criados pelos sociólogos da Escola de Chicago, introduzidos em boa hora por Donald Pearson [Pierson] em suas aulas e livros na Escola de Sociologia e Política [de São Paulo]. A fusão sobre esses dois feixes de metodologias foi um trabalho à parte, feito por nós mesmos, com grande enriquecimento para a compreensão da organização interna dos organismos urbanos.³⁸

As pesquisas relacionadas às relações campo-cidade na sociologia, em especial, no âmbito do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, da Universidade de São Paulo, a partir dos anos 1960, utilizavam como perspectiva metodológica, uma perspectiva que Queiroz chamava de “global” da Sociologia Rural³⁹, uma vez que a Sociologia Rural deveria ser encarada não apenas como disciplina isolada, mas como uma disciplina que se associa a Sociologia Urbana, e que não “pode ser destacada de uma realidade concreta”. Realidade essa formada de maneira abstrata, numa tipologia em que se distingue três formas principais de estrutura e organização social: sociedade tribal, sociedade agrária e sociedade urbana.⁴⁰

As transformações sociais em curso entre as três formas de sociedade se dão de forma diferente entre os países desenvolvidos e em outros países, entre eles o Brasil, a ponto de ainda coexistir [década de 70 do século XX] as três formas de sociedade descritas anteriormente, todas em processo de transformação⁴¹. A partir de uma miríade de possibilidades entre as relações sociais campo-cidade, “o problema da sociologia rural adquire nova dimensão; o meio rural não pode nunca ser estudado em si mesmo, mas deve ser

³⁸ AB' SÁBER, Aziz. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.8, n.22, p.221-232, set./dez. 1994.

³⁹ QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. Introdução: Por que uma sociologia dos grupos rurais? In: MENDRAS, Henri; GURVITCH, Georges; COURTIN, P.; BOSE, S.P. *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, p.9-10.

⁴⁰ “a) “sociedade tribal”, em que inexiste a divergência rural-urbana, em que os grupos sociais são de pequena envergadura, em que a divisão do trabalho é fraca e em que não existe a concentração urbana; b) “sociedade agrária”, na qual já existe a cidade como centro político-administrativo que organiza e domina o meio rural, sendo, porém, por outro lado inteiramente dominada e delimitada por este, já que dele depende estreitamente no que toca ao abastecimento; não podendo ultrapassar demograficamente os limites por este impostos, a cidade é essencialmente consumidora dos produtos do campo, e este é verdadeiramente o setor produtor; c) a “sociedade urbana”, em que, devido ao desenvolvimento cada vez maior da tecnologia, a cidade se liberou do meio rural no que toca à produção em geral, e se tornou produtora por excelência, reorganizando o trabalho agrário através das máquinas, impondo ao meio rural seu gênero de vida e sua estratificação social de base econômica; a cidade pode então crescer demograficamente de maneira por assim dizer ilimitada, pois seu abastecimento depende antes de mais nada do desenvolvimento tecnológico.” (QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In SZMRECSÁNYI, Tamás e QUEDA, Oriowaldo (Orgs.). *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, p. 200-201).

⁴¹ QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *Introdução...*, op. cit., p.15.

encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade”. Ao se estudar processos e equilíbrios de regiões e de sociedades globais, deve-se partir da perspectiva da predominância de grupos agrários ou de grupos urbanos, e não da perspectiva de oposição entre os dois grupos.⁴² Queiroz “afirma que um dos quadros sociológicos mais importantes a ser traçado atualmente para o Brasil (década de 70, século XX) seria o dos tipos de cidades brasileiras, de suas funções regionais, de sua dependência ou não com relação ao meio circundante”.

Essa tipologia esboçada por Queiroz poderia indicar municípios que apresentam a predominância de grupos rurais e ou grupos urbanos:

tal quadro permitiria afirmar com maior certeza o caráter mais ou menos urbanizado da sociedade global brasileira, já que não é apenas o fato da população habitar em concentrações urbanas que dá ao país o caráter de urbanização. Este depende da amplitude das funções desempenhadas pelas cidades, por um lado e, mais ainda, pela independência destas em relação ao meio rural, que decorre da importância de suas atividades produtivas, - isto é, de seu grau de industrialização.⁴³

Só que, nos anos 60, os principais autores filiados a Universidade de São Paulo e que estudavam o meio rural brasileiro, migravam para outras abordagens de análise e de pesquisa, em especial, para aquelas que procuravam “compreender a especificidade do processo de formação da sociedade capitalista no Brasil”.⁴⁴ O que acontece no Brasil após os estudos de comunidade é um interesse na necessidade de compreensão do processo de formação da sociedade capitalista no país, que estava ligada à conjuntura internacional do pós-guerra, o debate das idéias sobre a “realidade” do país, as condições do seu atraso e também a sua superação. A transformação do campo era vista então como condição indispensável do desenvolvimento capitalista e através da abertura do mercado interno, teria início a transformação da agricultura, possibilitando a expansão do capitalismo no Brasil.⁴⁵

A reorientação do pacto político, em 1964, sob nova forma de equilíbrio, permitiu acentuar a estratégia do desenvolvimento capitalista, com novas linhas de orientação: a limitação da intervenção estatal na economia, o fim das restrições à participação do capital estrangeiro, a abolição de mecanismos reguladores de preços, a intensificação da penetração do capitalismo na agricultura, como um caminho para a transformação do campo sem a reforma

⁴² QUEIROZ, *Do rural e do urbano...*, op. cit., p.203-204.

⁴³ Id., p.205-206.

⁴⁴ JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida...*, op.cit., 2002, p.94.

⁴⁵ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos T. da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.38-40.

agrária defendida no momento anterior como o único meio de viabilizar o desenvolvimento capitalista do país.⁴⁶

Foi nesse clima político que os estudos do meio rural e em especial, a sociologia rural, tomaram novos rumos. Nos Estados Unidos, visando atender às novas demandas do pós-guerra, bem como às transformações sociais e econômicas que sofrera aquela estrutura agrária, a Sociologia Rural abandona os chamados estudos de comunidade, para “ocupar-se com a elaboração de estudos sobre a difusão/inação das novas tecnologias bem como seus impactos psico-comportamentais sobre os indivíduos”⁴⁷, para posteriormente tornar-se “sociologia da agricultura”. E quais seriam as mudanças daí decorrentes? Vejamos.

Entre meados dos anos 1960 a 1970, conforme os estudos de Ferreira, a abordagem metodológica do mundo rural possuía um enfoque classificatório, influenciando os estudos de tipologia agrícola, caracterização social, funcional e econômica da agricultura, uso da terra e organização agrária, sendo este o momento do desenvolvimento urbano-industrial no Brasil com os primeiros indícios de introdução do processo de modernização da agricultura. Entre 1975 e 1995 os estudos se baseiam em temáticas relacionadas às transformações do espaço rural, modernização da agricultura, desenvolvimento rural, desequilíbrios regionais, pequena produção, produção familiar e agroindústria existentes na agricultura com ampla utilização de equipamentos e novas tecnologias.⁴⁸ Eram amplas mudanças em curso.

Todos estes períodos, tratados até aqui, trazem questões interessantes para discussão nos meios acadêmicos sobre o rural. Um destes momentos chama a atenção de Wanderley, ao identificar que a partir da década de 1970 os cientistas sociais brasileiros tenderam a “abandonar” os estudos do mundo rural, entendendo que o fim do rural seria “um resultado normal, previsível e mesmo desejável da modernização da sociedade”.⁴⁹ A autora questiona se o êxodo da população do campo para as cidades teria esvaziado o meio rural a ponto de

⁴⁶ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos T. da. *História da agricultura brasileira...*, op.cit., p.41.

⁴⁷ SCHNEIDER, Sergio. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v.14, n.2, mai/ago 1997, p.225-226.

⁴⁸ FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. *Mundo Rural e Geografia – Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990*. São Paulo: Unesp, 2001. E veja também: LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira...*, op.cit.; SOTO, William Héctor Gómez. *A produção do conhecimento sobre o ‘mundo rural’ no Brasil: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002; FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba: Livraria do Chaim: CONCITEC, IPARDES, 1988.

⁴⁹ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O “lugar” dos rurais; o meio rural no Brasil moderno. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 30, 1997, Natal - RN. *Anais...* Natal: SOBER, 1997, p.1.

desqualificá-lo como objeto de estudo, e também se houve uma homogeneização do meio rural e das experiências da vida social a ponto de anular as diferenças entre o homem que mora no campo e na cidade. É uma questão que se mantém nas décadas seguintes, quando então surgem novas abordagens a respeito do “novo” rural.

1.2 - “NOVAS” E OU MÚLTIPLAS RURALIDADES?

As alterações decorrentes dos impactos da modernização agrícola desde os anos 1970 têm sido o foco das principais influências teóricas nos trabalhos de sociologia rural a partir da década de 1990. Grande parte dos trabalhos tem adotado a abordagem diacrônica (análise temporal das transformações ocorridas entre dois censos, por exemplo) do meio rural, no sentido de explicitar muito costumeiramente o “esvaziamento”, o “declínio” e outras qualidades mais - sempre negativas - sobre as transformações em curso no rural. Mas outros estudos trouxeram outras interpretações sobre o rural.

Ao analisar as recentes transformações nas relações urbano-rural, o *Projeto Rurbano: Caracterização do Novo Rural Brasileiro*⁵⁰ procurou contribuir para derrubar alguns velhos mitos sobre o mundo rural brasileiro, entre os quais: “o rural é sinônimo de atraso; o rural é sinônimo de agrícola; o êxodo rural é inexorável; o desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento rural; a gestão das pequenas e médias propriedades rurais é essencialmente familiar”⁵¹ Mitos esses interpretados sob o intenso processo de industrialização e urbanização ocorrido nas décadas anteriores.

Segundo os autores do Projeto Rurbano, a partir da década de 80 do século XX estaria surgindo uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorria nos países desenvolvidos. Esse “novo rural”, seria composto basicamente por três grandes grupos de atividades: uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intensamente ligada às agroindústrias; um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercado.⁵² Em outras palavras, afirmava-se o distanciamento entre o rural e o agrícola nesse período.

⁵⁰ Cf.: Projeto Rurbano, Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/rurbanw.html>> Acesso em: 10 nov. 2006.

⁵¹ SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. “O que há de realmente novo no rural brasileiro”. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília: Embrapa, v.19, n.1, pp. 37-67, jan-abr. 2002.

⁵² Id., p.39.

Certamente houveram mudanças, mas onde e com que intensidade? Os dados obtidos pelo projeto Rurbano, através das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios – PNADS, não permitem obter maiores detalhamentos sobre o novo rural nas pequenas comunidades, vilas, pequenos municípios, nem nas mesorregiões, pois apresentam limitações no aprofundamento dos níveis territoriais. São informações disponibilizadas apenas para os cortes: estadual (Unidades da Federação), região metropolitana e fora da região metropolitana. A PNAD é um bom indicativo para inferir sobre tendências estaduais, no entanto, questiona-se essas tendências por estarem aparentemente homogeneizando as particularidades inerentes aos pequenos municípios dentro do Estado. Assim concordamos com os questionamentos de Lima, ao afirmar que:

Tendo por supostos as enormes diferenças entre os processos que estão ocorrendo nos países desenvolvidos e aqueles dados, por exemplo, no Brasil, um país de terceiro mundo, de qualquer forma é também necessário se ter em conta que as tentativas de perceber a emergência de situações “novas” no meio rural, sem dúvida nenhuma da mais expressiva importância, trazendo novos conceitos ou modelos de entendimento, podem incorrer em generalizações precipitadas⁵³

Kageyama, a partir de pesquisas realizadas com os microdados do Censo Demográfico 2000⁵⁴, que em relação a PNAD permite um maior detalhamento nos níveis territoriais de análise, expôs instigantes resultados para o Estado de São Paulo. Segundo seu estudo, que converge com as pesquisas de Graziano et al. no Projeto Rurbano, a população ocupada na agricultura no Estado de São Paulo, reside em sua maioria nas áreas urbanas; os residentes em domicílios rurais estão ocupados principalmente em atividades não-agrícolas; e principalmente, de acordo com as formas de ocupação, estaria ocorrendo um distanciamento entre o rural e o agrícola naquele estado. Em outros estados brasileiros seriam observados os mesmos resultados? Não é o que parece ocorrer na região Nordeste do Brasil, em especial em Pernambuco, conforme os estudos de Wanderley⁵⁵. Longe do “novo rural” que modificou o Estado de São Paulo, os pequenos municípios de Pernambuco, no início do século XXI, ainda se enquadravam nas conhecidas características míticas do rural, em especial, duas: o rural é sinônimo de agrícola; e o desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento rural.

⁵³ LIMA, Eli Napoleão. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In: MOREIRA, José (Org.): *Identidades Sociais: Ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005, p.62.

⁵⁴ KAGEYAMA, Ângela. Os Rurais e os agrícolas de São Paulo no Censo de 2000. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 413-451, set./dez., 2003.

⁵⁵ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Urbanização e Ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural*: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife, 2001. (mimeo)

Com isso, é possível afirmar que no Brasil ainda existem diversas configurações a serem identificadas no meio rural, como já alertou para isso Wanderley chamando a atenção para a retomada dos estudos rurais⁵⁶, não podendo os resultados de pesquisas de um Estado da Federação serem utilizados como base para homogeneizações para os outros Estados. Neste sentido, para evitar generalizações a respeito das diversas matizes de relações sociais fundantes da cultura brasileira, deve-se considerar a importância dos estudos relacionados às relações campo-cidade, no sentido de observar e compreender os diferentes tipos de espaços rurais na sociedade brasileira sejam eles aldeias, pequenas comunidades, vilas, ou até pequenos municípios. Espaços estes que “mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba.”⁵⁷

Este mundo rural se move em um espaço específico, o espaço rural, entendido em sua dupla face. Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional). Trata-se neste caso, de considerar os agentes sociais que o configuram em sua diversidade e que são responsáveis por sua transformação. Estes agentes sociais podem ser enumerados, em função das relações particulares que estabelecem com o meio rural, a saber: os personagens que povoam o mundo rural, isto é que fazem do meio rural um lugar de vida e de trabalho; a principal referência, neste caso é aos agricultores familiares e aos trabalhadores rurais, ainda residentes no campo.⁵⁸

Qual seria então esse modo particular do espaço rural nos municípios paranaenses? Seria ele delimitado pelas normativas administrativas e jurídicas vigentes que dividem o município em áreas rurais e urbanas, ou, de acordo com outras abordagens, englobaria todo o município como espaço rural incorporando as particularidades das relações campo-cidade? É o que veremos a seguir.

⁵⁶ Wanderley com a proposta de entender a dinâmica da vida social do meio rural e as relações tradicionais que se estabelecem entre o mundo rural e o mundo urbano, resgata vários estudos clássicos, muitos dos quais já citados anteriormente, que têm revelado a “dupla face do meio rural”, cf.: *Olhares...*, op. cit.

⁵⁷ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Olhares ...*, op. cit., p.23.

⁵⁸ Id., p.24.

1.3 - A ABORDAGEM TERRITORIAL DO RURAL E DO URBANO

No início do século XXI, o debate sobre as questões pertinentes aos conceitos de rural, urbano e cidades, ultrapassou os meios acadêmicos a partir de uma série de artigos publicados pelo economista José Eli da Veiga, no jornal *O Estado de São Paulo*, e que posteriormente originou o livro *Cidades Imaginárias*.⁵⁹ Tal livro tem como “propósito de mostrar a necessidade de uma renovação do pensamento brasileiro sobre as tendências da urbanização e de suas implicações sobre as políticas de desenvolvimento que o Brasil deve adotar.”⁶⁰

Num dos artigos, sugestivamente intitulado *Ilusão de um país urbano*, Veiga traz ao debate uma série de questões levantadas a partir dos resultados do Censo Demográfico 2000, em especial a informação de que 82% da população do Brasil é urbana. Para o autor, “quase todo mundo parece estar feliz com essa ilusão, talvez porque ela transmita confortável sensação de modernidade. Mas não passa de mera ficção estatística, cuja origem é uma convenção que atropela qualquer critério de geografia humana, para não dizer de bom senso.”⁶¹ A convenção à que se refere o autor é a do Decreto-Lei 311, de 2 de março de 1938. Esse decreto “fez com que todas as sedes municipais existentes virassem cidades, independentemente de quaisquer características estruturais ou funcionais. Foram consideradas urbanas todas essas sedes, mesmo que não passassem de ínfimos vilarejos ou povoados.”⁶²

Nesse entendimento, todas as pessoas que residem em sedes, inclusive as pequenas sedes distritais, são oficialmente contadas como sendo urbanas. Para Martine, “o caráter político-administrativo da definição oficial, ao incluir todas as sedes de municípios e distritos, independente do seu tamanho, torna-a excessivamente abrangente.”⁶³ Observando o que apontam tais autores fica a questão: Não seria o caso então de adotar outras definições além da oficial e que até então tem colaborado para a disseminação de interpretações generalizantes do caráter urbano dos pequenos municípios?

Nesse sentido, como observa Veiga, muitos estudiosos⁶⁴, procuraram adotar outros

⁵⁹ VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias*. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002. Os artigos do jornal podem ser acessados no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.fea.usp.br/professores/zeeli>>

⁶⁰ Id., p.31.

⁶¹ VEIGA, José Eli da. *Ilusão de um País urbano*. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 dez. 2000.

⁶² VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Territorial do Brasil: do entulho Varguista ao zoneamento ecológico-econômico*. *Bahia Análise & Dados*, v. 10, n 4, p.193-206, mar. 2001.

⁶³ MARTINE, George; CAMARGO, Lísio. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, vol. 1, n.1/2, p.99-144, jan/dez. 1984.

⁶⁴ Entre os estudiosos, destacam-se Maria do Livramento de Miranda Clementino, Vilmar Faria, George Martine,

critérios para definir as populações urbanas a fim de se obter uma definição mais restritiva do urbano, uma vez que as pequenas cidades e as ínfimas sedes distritais possuem o mesmo “estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais”⁶⁵. Segundo esse critério:

para efeitos analíticos, não se deveriam considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20 mil habitantes. Por tal convenção, que vem sendo usada desde os anos 50, seria rural a população dos 4.024 municípios [brasileiros] que tinham menos de 20 mil habitantes em 2000, o que por si só já derrubaria o grau de urbanização do Brasil para 70%.⁶⁶

No entanto, Veiga chama a atenção para a existência de

municípios com menos de 20 mil habitantes que têm altas densidades demográficas, e uma parte deles pertence a regiões metropolitanas e outras aglomerações. Dois indicadores dos que melhor caracterizam o fenômeno urbano. Ou seja, para que a análise da configuração territorial possa de fato evitar a ilusão [do grau de urbanização] imposta pela norma legal, é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização.⁶⁷

Diversos países utilizam os critérios de tamanho populacional e densidade demográfica de formas diferentes. As diversas definições encontradas em outros países a respeito das fronteiras entre rural e urbano já foram expostas por Abramovay em *O futuro das regiões rurais*⁶⁸, onde é possível verificar os diferentes critérios e tipologias para conceituar o rural. Para o autor, na literatura internacional, as características mais gerais do meio rural convergem em torno de três aspectos básicos: a relação com a natureza, a importância das áreas não-densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. E essa convergência não é fundamentalmente estatística, diz ele:

A maneira como se quantifica o meio rural responde a tradições nacionais que, muitas vezes, remontam a séculos. Antes de se estudar os procedimentos estatísticos e sua tradução empírica em cada situação nacional, o importante é saber exatamente o que se entende por “espaço rural”: não só a maneira como ele se exprime estatisticamente, mas, sobretudo, o significado da ruralidade nas sociedades contemporâneas.⁶⁹

Ana Amélia Camarano, Speridião Faisol, entre outros. Cf.: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Urbanização...*, op.cit.

⁶⁵ VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias...*, op.cit., p.32.

⁶⁶ Id.

⁶⁷ Ibid., p.32-33.

⁶⁸ Cf.: ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.17-56.

⁶⁹ Id., p.25.

Nesse sentido, a fim de observar a diversidade da ruralidade no espaço rural paranaense, adota-se aqui a abordagem territorial do rural e do urbano a partir dos critérios adotados na tipologia analítica de Veiga (tamanho populacional, densidade demográfica e localização), a fim de identificar os espaços rurais paranaenses que serão objetos de análise. Este é o esforço do próximo capítulo.

Vale lembrar que a abordagem territorial aqui utilizada está relacionada a níveis territoriais de análise, como por exemplo Unidades da Federação (Estados), mesorregiões geográficas, microrregiões geográficas, municípios, bairros ou setores censitários, conforme delimitação administrativa vigente à época do Censo Demográfico 2000. Neste trabalho não serão abordadas as linhas teóricas acerca dos diversos conceitos de “território” em voga entre os estudiosos do rural.⁷⁰

⁷⁰ A este respeito, consultar: FAVARETTO, Arilson da Silva. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo.

CAPÍTULO II - IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS PARANAENSES: AMPLIANDO CRITÉRIOS DO RURAL E DO URBANO

2.1 - O CONCEITO DE RURAL. PARA MUNICÍPIOS DISTINTOS, DIFERENTES ABORDAGENS

O conceito de rural mais amplamente difundido no país é aquele definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e empregado nas pesquisas censitárias, no qual a área rural é definida pelas áreas consideradas fora dos limites da área urbana. Por sua vez, as áreas urbanas são aquelas “áreas urbanizadas ou não, correspondentes às *idades* (sedes municipais), às *vilas* (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas”¹; em outras palavras, se refere à “área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal.”² Este conceito dicotômico de rural e de urbano parte de uma delimitação administrativa, determinada através do Decreto nº 311, de 2 de março de 1938.³ Este decreto criado durante o Estado Novo, no Governo Vargas, ainda em vigor, como afirma Veiga (2002), considera, como áreas urbanas toda sede de município, como cidade, e toda sede de distrito, como vila.⁴ O rural, então, simplesmente se refere O rural então é definido por exclusão, porque os critérios demarcam, administrativamente, o que é urbano, ou seja, se refere à “área externa ao perímetro urbano”.⁵

Esta delimitação que transforma qualquer município em cidade, acaba por desconsiderar algumas características na definição dessas cidades, como por exemplo, sua “função, dimensão, ou situação.”⁶ Em relação à dimensão das cidades ditas urbanas, por exemplo, é possível encontrar cidades de milhares de habitantes, como São Paulo (SP) (10,4 milhões, em 2000), Rio de Janeiro (RJ) (5,9 milhões), Curitiba (PR) (1,6 milhões) até cidades

¹ IBGE. *Censo demográfico 2000: características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001, p.12. CD-ROM(*grifos nossos*)

² IBGE. *Metodologia do Censo Demográfico 2000*. Série Relatórios Metodológicos. v.25. Rio de Janeiro: IBGE, 2003, p.224.

³ O histórico da criação desta delimitação administrativa pode ser consultado em: BLUME, Roni. *Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural*. Porto Alegre, 2004. 182f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; TAVARES, Luis Almeida. *A dimensão sócio-espacial do rural brasileiro: os camponeses da microrregião de Cerro Azul, na Região Metropolitana de Curitiba – PR*. Curitiba, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná.

⁴ VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

⁵ IBGE. *Metodologia...*, op. cit. p.224.

⁶ VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias...*, op.cit., p.63.

com populações abaixo de 2.000 habitantes como Nova Aliança do Ivaí (1,3 mil), Jardim Olinda (1,5 mil), e Miraselva (116 hab.), todas no Paraná.⁷

Sobre isso, Abramovay, entende que a definição de rural oriunda do Decreto nº 311/1938 é devida em parte “ao arbítrio dos poderes públicos municipais, nos quais as conseqüências fiscais da definição acabam sendo mais importantes que seus aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais.”⁸ Isto permite dizer que, grosso modo, as interpretações resultantes dos dados estatísticos oficiais têm, de longa data, mascarado realidades sociais distintas entre os pequenos municípios e as médias e grandes cidades, como, por exemplo, as interpretações decorrentes da taxa de urbanização.

Esta taxa é resultado da divisão entre a população considerada urbana (cidade e vilas) e a soma da população total (urbana somada ao “restante” considerada rural), e serve de base para o planejamento político-administrativo. Assim é que a cada novo recenseamento realizado no país, enfatiza-se o crescimento das cidades e o contínuo “desaparecimento” do rural. Vejamos o caso paranaense. Os dados do Censo Demográfico de 2000 apresentam uma “taxa de urbanização” para o Paraná de mais de 80 %, induzindo a pensar que o Paraná, como um todo, é mais urbano que rural. Mas esta seria uma realidade para cada um de seus 399 municípios – em especial os pequenos municípios? Contudo, trata-se de uma ilusão como já alertou Veiga. Há nesta ilusão uma lógica que conseqüentemente traz sérias implicações para o planejamento do desenvolvimento das regiões rurais mascaradas pelo *mito das médias*.⁹

No sentido de desconstruir o mito das médias, em especial no entendimento da realidade dos municípios paranaenses, o presente trabalho converge com as linhas teóricas defendidas por Wanderley (2000, 2001), Veiga (2001) e Kayser (1990), alternativas metodológicas para compreender o rural e o urbano, a partir dos dados oficiais do IBGE. Nesta perspectiva, interessa trabalhar e sistematizar o que os dados populacionais oficiais revelam, sobre a diversidade populacional existente entre os municípios do Estado do Paraná. Vejamos, por exemplo, a evolução da taxa de urbanização, com a metodologia tradicional, no período compreendido entre 1970 a 2000:

⁷ IBGE. *Censo demográfico 2000: características da população e dos domicílios - resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

⁸ ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.22.

⁹ Cf.: THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.39.

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 1970/2000

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	Número			%		
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
1970	6.929.821	2.504.253	4.425.568	100,0	36,1	63,9
1980	7.629.849	4.472.506	3.157.343	100,0	58,6	41,4
1991	8.448.713	6.197.953	2.250.760	100,0	73,4	26,6
2000	9.563.458	7.786.084	1.777.374	100,0	81,4	18,6

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

NOTA: Dados extraídos do Banco de Dados Agregados - IBGE

De um modo geral, os dados apresentados pela tabela 1, e no que dizem respeito a população rural do Estado do Paraná, apresentam, segundo os dados censitários, um decréscimo na *taxa de ruralização*, sua participação em relação à população total alterou-se de 63,9 % em 1970 para 18,6%, em 2000. Relativamente, segundo a definição oficial de urbano, houve um acréscimo na *taxa de urbanização* de 36, 1% em 1970 para mais de 80% em 2000. No entanto, esta taxa de urbanização (população urbana/população total) não é homogênea, isto é, não representa o ocorrido na ampla maioria dos municípios do Paraná, uma vez que o dado reflete o comportamento de uma metrópole – Curitiba, e outros centros urbanos do Estado, que influenciam o resultado dos dados observados. Então, o valor da taxa de urbanização do Estado, de 81,41%, em 2000, é ela mesma uma ilusão numérica, que mais se aproxima do entendimento prático de mito das médias. E uma análise mais detalhada das taxas de urbanização dos municípios paranaenses, a partir de suas mesorregiões geográficas colabora para desconstruir esta aparente ilusão:

TABELA 2 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	Número			%		
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
Sudeste	377.274	202.084	175.190	100,0	53,6	46,4
Sudoeste	472.626	283.044	189.582	100,0	59,9	40,1
Centro-Sul	533.317	324.571	208.746	100,0	60,9	39,1
Centro-Occidental	346.648	251.525	95.123	100,0	72,6	27,4
Norte Pioneiro	548.190	411.731	136.459	100,0	75,1	24,9
Noroeste	641.084	495.342	145.742	100,0	77,3	22,7
Centro-Oriental	623.356	506.227	117.129	100,0	81,2	18,8
Oeste	1.138.582	929.092	209.490	100,0	81,6	18,4
Norte Central	1.829.068	1.617.547	211.521	100,0	88,4	11,6
Metropolitana de Curitiba	3.053.313	2.764.921	288.392	100,0	90,6	9,5
TOTAL	9.563.458	7.786.084	1.777.374	100,0	81,4	18,6

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados extraídos do Banco de Dados Agregados - IBGE

Os dados da tabela 2 permitem observar as diferenças territoriais: as quatro mesorregiões mais ruralizadas no Paraná - Sudeste, Sudoeste, Centro-Sul e o Centro-Occidental - apresentam uma participação da população rural bem acima da média estadual de 18,6%. Nessas mesorregiões, mesmo com o predomínio da população urbana, as proporções de população rural são muito significativas. Outras quatro mesorregiões paranaenses têm um comportamento próximo à média estadual - Norte Pioneiro, Noroeste, Centro-Oriental e Oeste. E as menores proporções de população rural são encontradas nas mesorregiões Norte Central e Metropolitana de Curitiba onde sozinhas, acumulam mais de 4,3 milhões de pessoas na área urbana.

Assim, a tabela 2 revela um panorama do estado do Paraná diferente daquele apresentado na tabela 1, já que a distribuição da população paranaense por mesorregiões permite considerar os diferentes comportamentos do rural e do urbano paranaense, bem como, localizá-los territorialmente. Em consequência, é que se pode definir não o estado do Paraná genericamente urbano, mas as mesorregiões que melhor correspondem a este perfil, bem como ao perfil do Paraná rural, cuja participação em alguns casos como nas mesorregiões Sudeste (46%) ou ainda na Sudoeste (40%) passam bem longe da média de decréscimo da população residente no rural apontada pela taxa de urbanização em 2000 de 18%. A desconstrução deste dado ajuda a pensar melhor as diferenças regionais e municipais do estado do Paraná.

Outro parâmetro ajuda no entendimento dessas questões ao permitir observar a diversidade existente entre os municípios que compreendem uma mesorregião ou microrregião, os dados se mostram ainda diferentes, como por exemplo, o que ocorre na mesorregião Metropolitana de Curitiba. Na tabela 2 visualiza-se uma taxa de ruralização de 9,5%, mas ao esmiuçar essa mesorregião é possível encontrar outros resultados:

TABELA 3 – MUNICÍPIOS, SEGUNDO CLASSES DE PERCENTUAL DE POPULAÇÃO RESIDENTE EM DOMICÍLIOS RURAIS E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ – 2000

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	MUNICÍPIOS									
	TOTAL		Classes de % de população em domicílios rurais							
			Até 25,0%		+25,0 a 50,0%		+50,0 a 75,0%		+75,0%	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sudeste	21	100,0	2	9,5	5	23,8	11	52,4	3	14,3
Sudoeste	37	100,0	2	5,4	16	43,2	12	32,4	7	18,9
Centro-Sul	29	100,0	4	13,8	5	17,2	9	31,0	11	37,9
Centro-Occidental	25	100,0	7	28,0	13	52,0	5	20,0	-	-
Norte Pioneiro	46	100,0	16	34,8	26	56,5	4	8,7	-	-
Noroeste	61	100,0	24	39,3	28	45,9	9	14,8	-	-
Centro-Oriental	14	100,0	4	28,6	8	57,1	2	14,3	-	-
Oeste	50	100,0	12	24,0	25	50,0	13	26,0	-	-
Norte Central	79	100,0	47	59,5	19	24,1	10	12,7	3	3,8
Metropolitana de Curitiba ⁽¹⁾	36	100,0	16	44,4	4	11,1	9	25,0	7	19,4
TOTAL ⁽¹⁾	398	100,0	134	33,7	149	37,4	84	21,1	31	7,8

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

(1): A mesorregião geográfica Metropolitana de Curitiba é formada por 37 municípios, estando ausente o município de Curitiba, que não possuía população residente em domicílio rural.

A tabela 3 apresenta um detalhamento do número e percentual de municípios no interior de cada mesorregião paranaense, segundo a participação da população rural sobre a população total (taxa de ruralização). Retomando o caso da mesorregião Metropolitana de Curitiba¹⁰, verifica-se que a taxa de ruralização de 9,5% , à primeira vista, demonstra uma ruralização incipiente. No entanto, a tabela 3 sugere outra leitura. Dos 36 municípios da mesorregião Metropolitana de Curitiba, 44,4% (16 municípios) apresentam taxas de ruralização superior à 50%, e dentre esses, quase 20% dos municípios (7) apresentam uma taxa de ruralização de 75% ou mais. Isso quer dizer que, separando os municípios de cada

¹⁰ Esta mesorregião, segundo a classificação divulgada pelo Censo Demográfico 2000, é formada por 37 municípios. No presente caso (tabela 3), constam apenas os municípios que apresentavam população rural no período em análise (2000), sendo excluído, portanto, o município de Curitiba, considerado 100% urbano. Tal comportamento só se observa neste caso, ele não se verifica em nenhuma outra mesorregião paranaense.

mesorregião tendo como corte a participação da população rural, os dados não se aproximam do valor sugerido na tabela 2. Tomando novamente a taxa de ruralização de apenas 9,4% (tabela 2) da mesorregião Metropolitana de Curitiba, verifica-se que esta taxa mascara municípios que apresentam taxas que vão desde menos de 25% a mais de 75% de ruralização (tabela 3). O mesmo raciocínio se aplica à taxa de ruralização do Estado de 18,5% - é o que provoca a tabela 3.

As informações da tabela 3 indicam, ainda, a existência de três grupos de mesorregiões de acordo com a predominância do número de municípios mais rurais. No primeiro grupo, encontram-se as mesorregiões Sudeste, Sudoeste e Centro-Sul com mais de 50% dos municípios com população rural superior a 50% da população total. No segundo grupo, está a mesorregião Metropolitana de Curitiba, em que o número de municípios que apresentam população rural superior a 50% é de 44%. No terceiro grupo encontram-se as mesorregiões Centro-Occidental, Norte Pioneiro, Noroeste, Centro-Oriental, Oeste e Norte Central, onde mais de 70% dos municípios possuem população rural inferior a 50%, significando que essas mesorregiões apresentam o maior número de municípios com população preponderantemente urbana. É importante destacar, ainda, que na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, apesar da taxa de urbanização ser de mais de 90% (tabela 2), esse valor é devido principalmente à magnitude da população concentrada em Curitiba, capital do Estado. Entretanto, nesta mesma mesorregião, 44% do total de municípios (16 municípios), tem população rural superior a 50%.

O exposto revela que os agregados encobrem as diferenças entre os municípios dos estados. Essas diferenças, são mascaradas pela homogeneização das médias estaduais. Isso quer dizer que mesmo com a utilização do conceito de rural oriundo de uma delimitação administrativa, sobressaem as significativas diferenças encontradas entre as mesorregiões do Estado.

Deve-se destacar, ainda, que o número de municípios paranaenses com predomínio da população rural apresenta uma distribuição geográfica bastante peculiar. Segundo os dados da tabela 3, os municípios paranaenses cuja população rural é preponderante predominam nas mesorregiões Sudeste, Sudoeste e Centro-Sul, enquanto que nas mesorregiões Noroeste, Centro-Oriental e Norte Central, o número de municípios com preponderância de população rural é menos significativo. Tais particularidades regionais que sugerem uma divisão geográfica entre o *norte* e o *sul* do Estado do Paraná certamente confluem com parte da teoria

da historiografia regional sobre os *três Paranás*, confirmando que os processos de ocupação e colonização do estado moldaram diferentes tipos de sociedades no território do Paraná, como mostra Balhana. A formação dos *três Paranás*, ou seja, de três comunidades regionais que constituíram a história do Paraná, pode ser assim descrita:

do *Paraná tradicional* que se esboçou no século XVII, com a mineração do ouro, e estruturou-se no século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado, e, mais tarde, nas atividades extrativistas e comércio da erva-mate e da madeira, e as do *Paraná moderno, a do Norte*, da agricultura do café que, pela origem e interesses históricos, ficou a princípio mais diretamente ligada a São Paulo, e a do *Sudoeste e Oeste*, dos criadores de suínos e plantadores de cereais que, pela origem e interesses históricos, ficou a princípio mais intimamente ligada ao Rio Grande do Sul. Cada uma dessas ondas de povoamento criou o seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou as suas próprias cidades.¹¹

Neste entendimento, os dados do Censo Demográfico 2000, analisados no nível territorial de municípios, permitem confirmar traços da permanência desta dinâmica diferenciada observada entre os municípios, especialmente se considerarmos os dois conjuntos de mesorregiões destacadas. Um *norte e sul* paranaense que se comunica com os estados vizinhos. O processo histórico de ocupação e colonização do Paraná, como também nos mostra Padis, que ocorre em períodos econômicos distintos dando origem à cidades que cresceram à vários ritmos, por vezes, espantosos como nos narra Lévi-Strauss a respeito da ocupação do Norte do Paraná.¹² Veremos a seguir as diferenças dos tamanhos populacionais.

2.2 - PARANÁ: UM OLHAR SOBRE O TAMANHO E A DENSIDADE POPULACIONAL DE SEUS MUNICÍPIOS

A partir da definição vigente de rural e urbano, buscou-se apoio nos dados censitários para observar as variações existentes entre os municípios do Estado do Paraná no tocante a uma maior ou menor concentração de população rural, procurando desconstruir o “mito das médias”. (ver tabelas 1, 2 e 3). Aqui, volta-se o olhar para observar o tamanho populacional nos municípios que compõem as diversas mesorregiões paranaenses, a fim de verificar se há

¹¹ BALHANA, Altiva Pilati. Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná Moderno [1976], v2. In: WESTPHALEN, Cecília Maria. (Org.). *Um Mazzolino de Fiori*. Curitiba: Imprensa Oficial, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, 2003, p.137 (*grifos no original*)

¹² PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. Curitiba: IPARDES, 2006; LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

alguma homogeneidade no tamanho dos mesmos.

Os dados do Censo Demográfico 2000 permitem observar o comportamento da distribuição dos municípios segundo o tamanho populacional. De acordo com a tabela 4, o número de municípios paranaenses com população até 20 mil habitantes é bem expressivo, correspondendo a aproximadamente 80% dos municípios do Estado do Paraná, como se observa a seguir:

TABELA 4 – MUNICÍPIOS, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO POPULACIONAL E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	MUNICÍPIOS									
	TOTAL		Classes de tamanho populacional							
			Até 20 mil		+20 a 50 mil		+50 a 100 mil		+ 100 mil	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sudeste	21	100,0	16	76,2	4	19,0	1	4,8	-	-
Sudoeste	37	100,0	32	86,5	3	8,1	2	5,4	-	-
Centro-Sul	29	100,0	23	79,3	5	17,2	-	-	1	3,4
Centro-Occidental	25	100,0	22	88,0	2	8,0	1	4,0	-	-
Norte Pioneiro	46	100,0	39	84,8	7	15,2	-	-	-	-
Noroeste	61	100,0	57	93,4	1	1,6	3	4,9	-	-
Centro-Oriental	14	100,0	5	35,7	6	42,9	2	14,3	1	7,1
Oeste	50	100,0	40	80,0	7	14,0	1	2,0	2	4,0
Norte Central	79	100,0	64	81,0	9	11,4	3	3,8	3	3,8
Metropolitana de Curitiba	37	100,0	20	54,1	7	18,9	5	13,5	5	13,5
TOTAL	399	100,0	318	79,7	51	12,8	18	4,5	12	3,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

A observação do predomínio de municípios paranaenses até 20 mil habitantes não é em vão. Alguns estudiosos, como veremos a seguir, defendem que a análise e até mesmo outras formas de definição do conceito de rural e de urbano devem levar em conta a diferença de tamanho populacional e também de densidade demográfica. Esta seria uma alternativa bastante razoável para definir o rural e o urbano no Estado do Paraná

Podemos observar que, em cada mesorregião, a população paranaense está ora concentrada nos pequenos municípios ora nos médios e grandes. Nas mesorregiões cujos municípios, de acordo com a definição oficial de urbano e rural, apresentam uma predominância da população rural, a população está concentrada nos pequenos municípios. Por outro lado, nas mesorregiões em que há um predomínio da população urbana, esta está concentrada em médios e grandes municípios, como é possível observar na tabela 5:

TABELA 5 – NÚMERO DE MUNICÍPIOS E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO POR CLASSES DE TAMANHO POPULACIONAL, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	MUNICÍPIOS E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO									
	TOTAL		Classes de tamanho populacional							
			Até 20 mil		+20 a 50 mil		+50 a 100 mil		+ 100 mil	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sudeste	21	100,0	16	44,8	4	41,3	1	13,9	-	-
Sudoeste	37	100,0	32	56,6	3	16,0	2	27,4	-	-
Centro-Sul	29	100,0	23	41,6	5	29,3	-	-	1	29,1
Centro Ocidental	25	100,0	22	61,7	2	15,1	1	23,2	-	-
Norte Pioneiro	46	100,0	39	57,9	7	42,1	-	-	-	-
Noroeste	61	100,0	57	61,9	1	3,2	3	34,9	-	-
Centro Oriental	14	100,0	5	11,0	6	25,1	2	20,0	1	43,9
Oeste	50	100,0	40	28,5	7	18,6	1	8,6	2	44,3
Norte Central	79	100,0	64	24,9	9	15,6	3	13,4	3	46,1
Metropolitana de Curitiba	37	100,0	20	7,6	7	6,8	5	13,5	5	72,2
TOTAL	399	100,0	318	27,9	51	16,2	18	14,3	12	41,6

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Contudo os dados nos revelam outra questão. Um número reduzido de municípios, de mais de 100 mil habitantes, das mesorregiões Centro-Oriental, Oeste, Norte Central e Metropolitana de Curitiba, representam mais de 40% da população das respectivas mesorregiões, conforme observado na tabela 5. Da mesma forma, verifica-se que apenas 12 municípios (+ de 100 mil habitantes) do Estado representam 41,6% da população total do Estado. Nessa linha, embora o número de municípios paranaenses com população abaixo de 20 mil habitantes seja bastante expressivo, a participação da sua população em relação à população total do Estado, não chega a 30%. Devido às suas particularidades, a pesquisa relacionada aos pequenos municípios, como chama a atenção Wanderley, ainda “parece permanecer à margem do interesse dos pesquisadores, sem que se formule sobre eles uma reflexão mais sistemática”.¹³ Observando a tabela 5, é significativo o número de mesorregiões, que apresentam mais de 50% de sua população residindo em municípios com até 20 mil habitantes – caso do Sudoeste, Centro-Ocidental, Norte Pioneiro e Noroeste Paranaense.

Por outro lado, a área ocupada pelos municípios com população até 20 mil habitantes,

¹³ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Urbanização e Ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rura: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco*. Recife, 2001, p.3.

é bastante significativa. Os pequenos municípios paranaenses ocupam 64,3% do território paranaense enquanto que os municípios mais populosos (acima de 100 mil habitantes) ocupam apenas 6,6% da área total do Estado.

TABELA 6 – ÁREA TOTAL DOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO POPULACIONAL E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	ÁREA TOTAL									
	TOTAL		Classes de tamanho populacional							
			Até 20 mil		+20 a 50 mil		+50 a 100 mil		+ 100 mil	
	km ²	%	km ²	%	km ²	%	km ²	%	km ²	%
Noroeste	24.489	100,0	20.462	83,6	779	3,2	3.247	13,3	-	-
Centro-Occidental	11.937	100,0	9.963	83,5	1.217	10,2	757	6,3	-	-
Norte Central	24.556	100,0	17.465	71,1	3.415	13,9	979	4,0	2.697	11
Norte Pioneiro	15.727	100,0	11.820	75,2	3.907	24,8	-	-	-	-
Centro-Oriental	21.850	100,0	6.216	28,4	9.809	44,9	3.757	17,2	2.068	9,5
Oeste	22.851	100,0	14.069	61,6	4.868	21,3	1.197	5,2	2.718	11,9
Sudoeste	11.652	100,0	8.315	71,4	2.062	17,7	1.274	10,9	-	-
Centro-Sul	26.410	100,0	16.569	62,7	6.725	25,5	-	-	3.115	11,8
Sudeste	17.021	100,0	10.894	64,0	5.127	30,1	1.000	5,9	-	-
Metropolitana de Curitiba	22.824	100,0	12.378	54,2	5.722	25,1	2.258	9,9	2.466	10,8
TOTAL	199.315	100,0	128.151	64,3	43.631	21,9	14.469	7,3	13.064	6,6

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Na tabela 6, observa-se que os pequenos municípios ocupam um espaço considerável do território total paranaense, onde se desenvolvem atividades agropecuárias de grande importância para a economia paranaense. Além disso, a população que reside nesses municípios são depositárias de um saber-fazer tradicional, provavelmente oriundo do processo de ocupação e colonização. Estes agricultores, “pela diversidade cultural de seu meio de vida, dos valores que emanam e o patrimônio que preservam, são os portadores de uma parte muito significativa da memória coletiva” do meio rural.¹⁴

A área ocupada pelos pequenos municípios paranaenses são também caracterizadas por uma baixa densidade populacional, diferente dos espaços ocupados por municípios mais populosos, caracterizando-se certamente como espaços singulares de relações sociais diferentes daquelas existentes em espaços altamente povoados. Aqui remetemos à importância

¹⁴ Sobre a valorização do meio rural e da memória coletiva dos camponeses, ver: QUÉBEC (Gouvernement du). Des communautés rurales innovantes pour une occupation dynamique du territoire québécois: politique nationale de la ruralité. Québec, Ministère des Régions, 2001. Disponível em: <<http://www.mreg.gouv.qc.ca>> Acesso em: 03 abr. 2005.

dos clássicos, em especial da obra de Sorokim, em procurar estudar estes espaços como diferenciados entre si, e não como opostos, ou como um *continuum* como procuram interpretar alguns autores.¹⁵ Esta diferenciação pode ser observada através da variação da densidade populacional existentes entre as classes de tamanho populacional. É possível observar, por exemplo, na tabela 7, que os pequenos municípios até 20 mil habitantes possuem densidade de 20,8 hab/km², enquanto que nos municípios acima de 100 mil habitantes, essa densidade é de 304,8 hab/km².

TABELA 7 – MUNICÍPIOS E DENSIDADE POPULACIONAL, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO POPULACIONAL E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	MUNICÍPIOS E DENSIDADE POPULACIONAL									
	TOTAL		Classes de tamanho populacional							
			Até 20 mil		+20 a 50 mil		+50 a 100 mil		+ 100 mil	
	Nº	hab/ km ²	Nº	hab/ km ²	Nº	hab/ km ²	Nº	hab/ km ²	Nº	hab/ km ²
Noroeste	61	6,2	20.462	83,6	779	3,2	3.247	13,3	-	-
Centro-Occidental	25	9,0	9.963	83,5	1.217	10,2	757	6,3	-	-
Norte Central	79	4,5	17.465	71,1	3.415	13,9	979	4,0	2.697	11
Norte Pioneiro	46	4,9	11.820	75,2	3.907	24,8	-	-	-	-
Centro-Oriental	14	8,5	6.216	28,4	9.809	44,9	3.757	17,2	2.068	9,5
Oeste	50	9,8	14.069	61,6	4.868	21,3	1.197	5,2	2.718	11,9
Sudoeste	37	0,6	8.315	71,4	2.062	17,7	1.274	10,9	-	-
Centro-Sul	29	0,2	16.569	62,7	6.725	25,5	-	-	3.115	11,8
Sudeste	21	2,2	10.894	64	5.127	30,1	1.000	5,9	-	-
Metropolitana de Curitiba	37	33,8	12.378	54,2	5.722	25,1	2.258	9,9	2.466	10,8
TOTAL	399	48,0	128.151	64,3	43.631	21,9	14.469	7,3	13.064	6,6

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

2.3 OS PEQUENOS MUNICÍPIOS RURAIS NO PARANÁ

Uma definição alternativa em contraposição à definição normativa oficial de rural do IBGE para definição dos conceitos de rural e urbano, pode ser obtida a partir do tamanho e densidade populacional que é uma defesa de Veiga¹⁶ através de sua *tipologia analítica* feita com base no Censo Demográfico 2000 e na pesquisa *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*.¹⁷

¹⁵ Cf. MARTINS, José de Souza (Org). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.

¹⁶ VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Territorial do Brasil: do entulho Varguista ao zoneamento ecológico-econômico*. *Bahia Análise & Dados*, v. 10, n 4, p.193-206, mar. 2001.

¹⁷ IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. Campinas: IE-

Segundo a tipologia proposta por Veiga, identificam-se os municípios já classificados como urbanos na pesquisa *Caracterização...*, cujos critérios confluem com aqueles que Sorokin, Zimmerman e Galpin definiram em *Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano*¹⁸. Segundo a *Caracterização*, são considerados urbanos, no Paraná, os seguintes municípios: 16 municípios inseridos na Aglomeração Metropolitana de Curitiba, 14 nas Aglomerações Não-Metropolitanas de Londrina, de Maringá e de Cascavel; e 4 municípios classificados como Centros Urbanos. Enquanto os municípios urbanos já haviam sido caracterizados pela pesquisa citada, a caracterização dos municípios rurais foi o objeto de Veiga a partir de estudos em curso em outros países, em especial os estudos veiculados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE.¹⁹

Agora, voltando para os municípios paranaenses, para construir uma tipologia dos 365 municípios restantes que em 2000 não pertenciam a aglomerações metropolitanas e não-metropolitanas e nem eram considerados centros urbanos, Veiga adota cortes de tamanho populacional e de densidade demográfica para caracterizar o rural no Brasil. Na tipologia de Veiga, foram classificados como: *urbanos* os 34 municípios anteriormente mencionados, *ambivalentes* todos os municípios que apresentavam população total entre 50 mil e 100 mil habitantes, ou aqueles que apresentavam população total menor que 50 mil habitantes e densidade maior que 80 hab/km²; e *rurais*, aqueles que apresentavam população inferior a 50 mil habitantes e densidade inferior a 80 (hab/km²). Segundo tais critérios, para o Estado do Paraná, dos 365 municípios que não foram classificados como urbanos na *Caracterização...*, 14 municípios foram classificados como *ambivalentes*, e o grande número de 351 municípios como *rurais*.

Contudo, entende-se importante realizar ainda outro corte no tamanho populacional nos municípios rurais classificados por Veiga, em 20 mil habitantes, e não em 50 mil, uma vez que aquele (20 mil) já vinha sendo utilizado, pelo menos por organizações não governamentais da agricultura familiar – é o caso do Deser-PR, para caracterizar os pequenos

Unicamp, 2 vols., 1999.

¹⁸ Cf.: SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J.. *Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano*. In: MARTINS, José de Souza (Org). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986; SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.. *Principles of Rural-Urban Sociology*. New York: Henry Holt and Company, 1939. Os critérios adotados foram: tamanho da população, densidade demográfica e ocupação.

¹⁹ ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OCDE. *Territorial Indicators of Employment; Focusing on Rural Development*. Paris: OCDE, 1996; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OCDE. *Creating Rural Indicators for Shaping Territorial Policy*. Paris: OCDE, 1994.

municípios no Estado do Paraná.²⁰ Inclusive essa definição mais restritiva, em 20 mil, era adotada internacionalmente. Segundo Martine, essa definição é “baseada num dos critérios operacionais sugeridos pela ONU (i.e – o ‘urbano’ é constituído pelas localidades de 20 mil ou mais habitantes)”.²¹

Neste sentido, adota-se aqui a referência de 20 mil habitantes para o corte populacional para os pequenos municípios rurais paranaenses resultando em 311 municípios considerados nesta categoria:

QUADRO 1 – MUNICÍPIOS SEGUNDO CRITÉRIOS DE CORTE POPULACIONAL E TIPOLOGIA ANALÍTICA - PARANÁ – 2000

TIPOLOGIA	CRITÉRIOS DE CORTE		MUNICÍPIOS
	POPULAÇÃO	DENSIDADE (hab/km ²)	
Aglomerações e Centros urbanos	-	-	34
Ambivalentes	50.000 – 100.000	-	14
Rurais I	< 50.000	> 80	40
Rurais II	> 20.000 e <=50.000	<80	311
TOTAL	<=20.000	<80	399

FONTE: Censo Demográfico;

NOTA: Dados trabalhados pelo autor, a partir de VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Territorial do Brasil: do entulho Varguista ao zoneamento ecológico-econômico. *Bahia Análise & Dados*, v. 10, n 4, p.193-206, mar. 2001.

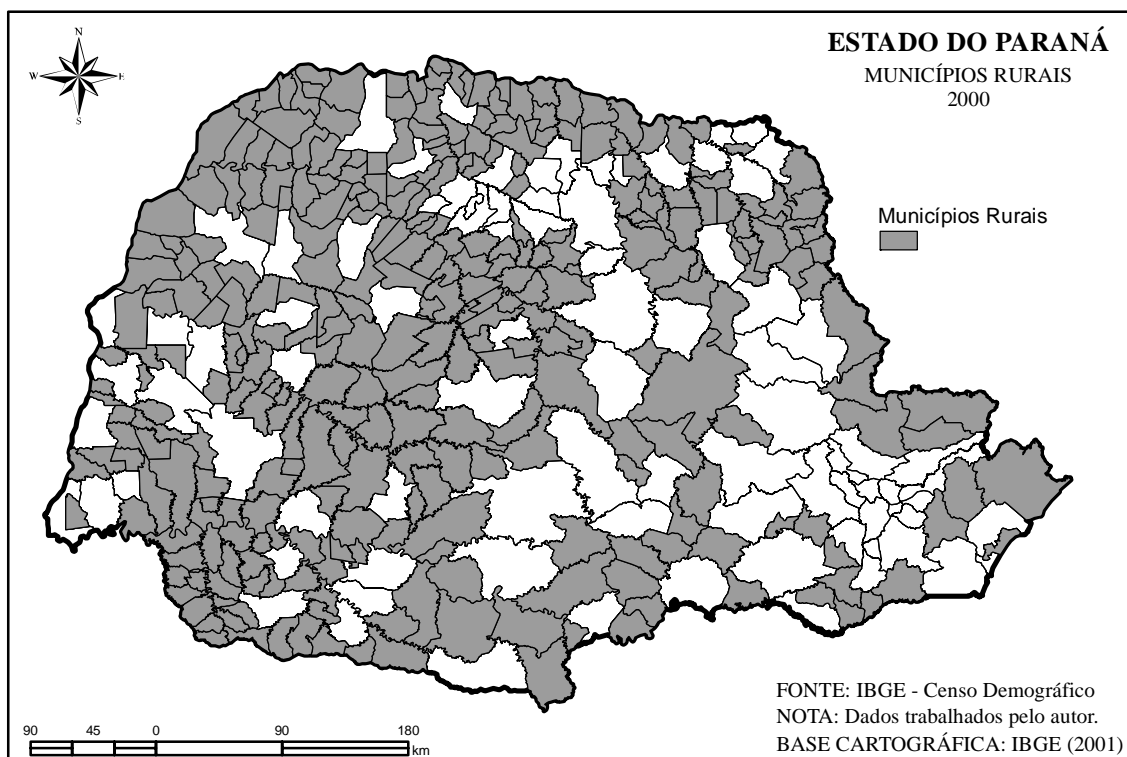
O quadro 1 apresenta os municípios urbanos identificados na pesquisa *Caracterização...* (34 municípios); os ambivalentes (14); os rurais (I e II) a partir da tipologia de Veiga (351), separados aqui no corte de 20 mil habitantes. Com o corte de 20 mil habitantes têm-se 40 municípios com população entre 20 mil e 50 mil; e até 20mil são 311 municípios paranaenses que podem ser considerados como pequenos municípios rurais. Estes

²⁰ BIANCHINI, Valter. Estratégias para o desenvolvimento rural. In: NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL, NEAD. *Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento*. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001, p.90.

²¹ MARTINE, George; CAMARGO, Lísio. Crescimento e distribuição da população Brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, vol. 1, n.1/2, jan/dez. 1984, p.32. Essa definição pode ser encontrada no *Review of United Nations Demographic Yearbook System: Collection and Dissemination of Cities data* publicado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas: “In recent years the United Nations has not attempted to apply any international standard to defining the “urban” population, but has simply reported what countries report according to their individual definitions. These data are valuable, since they reflect local opinion as to what “urban” consists of in that country’s geographical and social context. However, a single definition applied internationally (such as the 20,000+ cutoff adopted at times in the past) would also provide very useful data, and both approaches should be pursued if at all possible.” (UNITED NATIONS SECRETARIAT. *Review of United Nations Demographic Yearbook System: collection and dissemination of cities data*. New York, 2003. Disponível em <http://millenniumindicators.un.org/unsd/demographic/meetings/egm/DYB_1103/docs/no_15.pdf> Acesso em 2 mar. 2007.)

são os pequenos municípios rurais - 311 - tratados no presente estudo. Nos capítulos seguintes, ao serem feitas alusões aos municípios *rurais*, é a esta referência que se faz menção. Com isso, tem-se a seguinte distribuição geográfica destes 311 pequenos municípios rurais no território paranaense:

MAPA 2 – MUNICÍPIOS RURAIS – PARANÁ - 2000



No presente mapa, percebe-se a efetiva predominância dos municípios rurais no território paranaense, ocupando significativamente o espaço estadual, espaço este que aqui consideramos como *espaços rurais* paranaenses. O recorte até 20 mil habitantes para definir os municípios rurais e a sua distribuição geográfica no território paranaense colaboram para questionar a idéia de um Paraná urbano. O mapa sugere refletir que, considerado o espaço territorial, no início do século XXI, o Paraná é mais rural do que urbano. No sentido de aprofundar o olhar sobre estes espaços rurais que também podem apresentar diferenças entre si, consideremos a seguir a local de moradia (situação do domicílio) e o trabalho (ocupação) das populações destes específicos municípios rurais. Seriam estes espaços de vida e de trabalho?

2.4 – A LOCALIZAÇÃO DA MORADIA (URBANA OU RURAL) NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS RURAIS PARANAENSES

Estudar o local de moradia é verificar onde a população dos pequenos municípios paranaenses reside. Seria, em sua maior parte, nas cidades (urbano – segundo os critérios oficiais) ou no campo (rural – segundo os critérios oficiais)? Haveria algum padrão de comportamento na questão da moradia dos habitantes dos pequenos municípios rurais paranaenses? Qual seria?

No ano de 2000, mais de 2,5 milhões de pessoas no Paraná (quase 27% do total da população paranaense) residiam em pequenos municípios rurais (311), sendo que mais de 1 milhão destas (48%) em domicílios situados no campo - em áreas classificadas oficialmente como rurais, e a maioria (52%) em domicílios situados nas cidades - em áreas classificadas oficialmente como urbanas nos pequenos municípios. No entanto, a distribuição dessa população residente no campo e na cidade, na comparação entre as mesorregiões do Estado, ocorre de modo diversificado, como pode ser visto a seguir:

TABELA 8 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM MUNICÍPIOS RURAIS, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ – 2000

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	Número			%		
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
Noroeste	397.021	276.688	120.333	100,0	69,7	30,3
Centro-Occidental	213.829	134.604	79.225	100,0	62,9	37,1
Norte Central	426.081	294.199	131.882	100,0	69,0	31,0
Norte Pioneiro	305.851	205.223	100.628	100,0	67,1	32,9
Centro-Oriental	68.570	44.966	23.604	100,0	65,6	34,4
Oeste	324.966	196.735	128.231	100,0	60,5	39,5
Sudoeste	267.425	123.765	143.660	100,0	46,3	53,7
Centro-Sul	221.679	76.205	145.474	100,0	34,4	65,6
Sudeste	168.989	62.999	105.990	100,0	37,3	62,7
Metropolitana de Curitiba	168.549	72.298	96.251	100,0	42,9	57,1
TOTAL	2.562.960	1.487.682	1.075.278	100,0	58,0	42,0

FONTE: IBGE – Censo Demográfico

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Nas mesorregiões Noroeste, Centro-Occidental, Norte Central, Norte Pioneiro, Centro Oriental e Oeste a população situada nas cidades é superior a 60%. Por outro lado, nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste e Metropolitana de Curitiba, a população situada

no campo é superior a 50%. Isso apresenta aparentemente um padrão de comportamento peculiar existente entre as mesorregiões do *Norte* e do *Sul* do Estado do Paraná que nos remete a tese da diferenciação regional advinda dos processos de ocupação e colonização do Estado.²² Na metade Norte do Paraná uma tendência à moradia e fixação da residência dos habitantes dos pequenos municípios paranaenses na cidade e, na metade sul a fixação e morada da vida é no campo.

E ainda, dentro de cada mesorregião, é possível encontrar uma variação no comportamento de cada um de seus municípios, no que se refere à distribuição da população segundo a situação do domicílio (local de moradia):

TABELA 9 – MUNICÍPIOS RURAIS, SEGUNDO CLASSES DE PERCENTUAL DE POPULAÇÃO RESIDENTE EM DOMICÍLIOS RURAIS E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ – 2000

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	MUNICÍPIOS RURAIS									
	TOTAL		Classes de % de população em domicílios rurais							
			Até 25,0%		+25,0 a 50,0%		+50,0 a 75,0%		+75,0%	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Noroeste	57	100,0	20	35,1	28	49,1	9	15,8	-	-
Centro-Occidental	22	100,0	4	18,2	13	59,1	5	22,7	-	-
Norte Central	62	100,0	31	50,0	19	30,6	9	14,5	3	4,8
Norte Pioneiro	38	100,0	9	23,7	25	65,8	4	10,5	-	-
Centro-Oriental	5	100,0	1	20,0	4	80,0	0	-	-	-
Oeste	40	100,0	4	10,0	24	60,0	12	30,0	-	-
Sudoeste	32	100,0	-	-	13	40,6	12	37,5	7	21,9
Centro-Sul	23	100,0	1	4,3	3	13,0	8	34,8	11	47,8
Sudeste	16	100,0	-	-	3	18,8	10	62,5	3	18,8
Metropolitana de Curitiba	16	100,0	2	12,5	2	12,5	6	37,5	6	37,5
TOTAL	311	100,0	72	23,2	134	43,1	75	24,1	30	9,6

FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2000

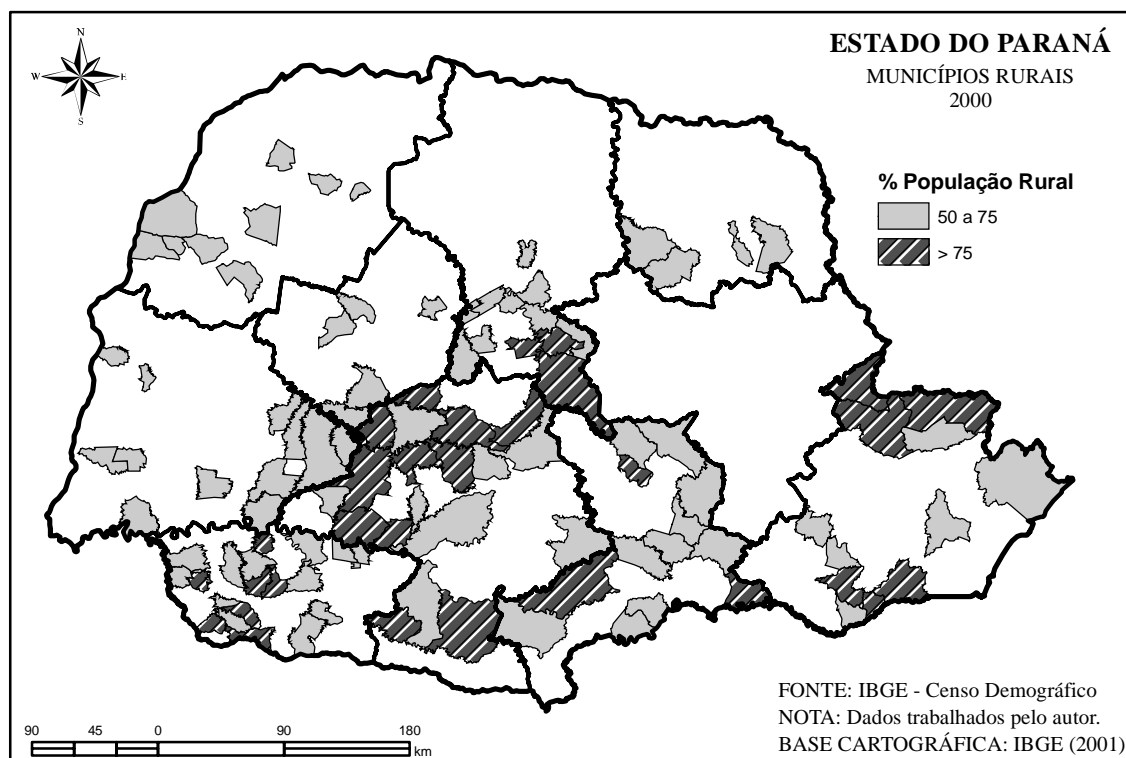
NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Enquanto nas mesorregiões Noroeste, Centro-Occidental, Norte Central, Norte Pioneiro, Centro Oriental, Oeste e Metropolitana de Curitiba predominam municípios em que a distribuição percentual da população rural é inferior a 50%, nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste, ocorre o inverso, predominam nestas mesorregiões, municípios com população rural superior a 50%. Destaca-se que neste último grupo de mesorregiões, encontram-se 27 municípios com população rural superior a 75% , ou seja 90% dos 30

²² Cf.: p.44.

municípios desta faixa. Vejamos a seguir a distribuição geográfica dos municípios em que a população residente no campo é superior a 50% da população total destes municípios rurais no Estado do Paraná, evidenciando-se novamente uma particularidade regional já anunciada.

MAPA 3 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NOS MUNICÍPIOS RURAIS - PARANÁ - 2000



No Paraná, em 2000, sobretudo no grupo das mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste, e tomando de empréstimo o que diz Wanderley, a população aí residente é “preponderantemente rural”. E o mapa permite novamente considerar semelhanças entre as mesorregiões do Norte do Paraná que fazem divisa com o estado de São Paulo, e da mesma forma, entre as mesorregiões do Sul do Paraná que fazem divisa com o estado de Santa Catarina. Na metade Norte, predominam, nos municípios rurais, populações situadas na cidade, enquanto que na metade Sul, como bem destacado no mapa, predominam populações situadas no campo. Isso nos sugere a existência de *redes sociais* distintas nestas regiões, provavelmente construídas desde os primeiros processos de colonização e ocupação do Estado do Paraná. Mas seria o fato de morarem na cidade ou no campo um fator determinante para as funções assumidas na questão do trabalho? E qual seria o papel da agricultura para os habitantes do campo e das cidades nos pequenos municípios paranaenses? O setor agrícola estaria presente? É sobre tais questões que trata o próximo tópico.

2.5 - TRABALHO: A OCUPAÇÃO NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS RURAIS PARANAENSES

2.5.1 - SEÇÕES DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL

Segundo o Censo Demográfico 2000, nos municípios rurais do Estado do Paraná, 73% da população ocupada estava concentrada principalmente em quatro seções de atividade:

- agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (46,7%);
- comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (10,4%);
- indústrias de transformação (10,3%); e
- serviços domésticos (6,5%).

A interação entre estas quatro atividades se dá de forma diferenciada entre as diferentes mesorregiões paranaenses, entretanto, a que mais se destaca é a da agropecuária²³. Das mesorregiões paranaenses, as que apresentam as maiores proporções de pessoas (população total do município) ocupadas na agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, são as Mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste com, respectivamente 54,2%, 59,7% e 60,3% das pessoas ocupadas. Em 2000, a agropecuária constituiu-se como uma atividade importante da vida destes municípios, sendo que nas três mesorregiões citadas acima, teve importância fundamental na oferta e manutenção das ocupações (tabela A.1). Portanto, qualquer influência relacionada ao processo produtivo da agropecuária, como, por exemplo, efeitos climáticos – como a seca, efeitos do mercado – preços agrícolas, mudanças na base produtiva, afetam de forma direta uma significativa parcela da população dos pequenos municípios rurais paranaenses que não deve ser ignorada.

Em relação à ocupação das pessoas, segundo a situação do domicílio, a distribuição da população situada em áreas urbanas não apresenta forte concentração numa única seção de atividade, como ocorre com a população ocupada no rural, sendo distribuída principalmente nas seguintes seções: agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (21,1%); comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (16,3%); indústrias de transformação (14,6%) e serviços domésticos (9,1%). Observa-se ainda que da

²³ A *agropecuária* engloba neste trabalho o setor de atividade relacionado à agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal.

população urbana ocupada nas mesorregiões Noroeste, Centro Ocidental e Norte Pioneiro, aproximadamente 23% estavam ocupados em atividades relacionadas à agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (tabela A.2). Isto quer dizer que uma parcela da população destas mesorregiões que mora na cidade, trabalha em atividades agrícolas.

Já a população domiciliada no rural encontra-se fortemente concentrada em atividades relacionadas à agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, alcançando 78,9% do total das pessoas ocupadas nos pequenos municípios rurais paranaenses em 2000. Em segundo lugar, encontram-se os ocupados em atividades relacionadas às indústrias de transformação (4,8%); seguidos pelas atividades relacionadas aos serviços domésticos (3,3%); e comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (3,0%). Estes dados confirmam que nos municípios rurais do Estado do Paraná a atividade dominante da população domiciliada em situação rural, no limiar do século XXI, é a agropecuária (tabela A.3). Embora existam estudos que demonstram, com base nas PNAD's dos anos 90, que as pessoas domiciliadas no rural no Paraná ocupadas em atividades agrícolas sofreram uma queda no período 1992-1998 com o aumento de ocupados em atividades não-agrícolas²⁴, os dados deste trabalho permitem afirmar que nos pequenos municípios rurais das mesorregiões em estudo, quase 80% das pessoas domiciliadas no rural estavam ocupados em atividades agrícolas (tabela A.3).

A partir da mensuração da população ocupada segundo as seções de atividade do trabalho principal, reitera-se neste trabalho a relevância do setor agropecuário para a dinâmica da vida social dos municípios pesquisados, segundo as suas mesorregiões. Neste sentido, concordamos com Abramovay (1999) de que dado o peso das atividades agropecuárias no meio rural, “elas terão durante muito tempo (...) um peso determinante.”²⁵ Os resultados apontados acima confluem também com os obtidos por Wanderley (2002), que afirma que apesar dos fatores de crise que têm assolado a agricultura nas últimas décadas, como as secas sucessivas e modificações na base produtiva “no Nordeste, como em outras regiões do país, a agricultura será, por muito tempo, a atividade principal, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de

²⁴ Cf.: SOUZA, Marcelino. Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas.

²⁵ ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial*, p.13. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos.htm> Acesso em: 20 nov. 2004.

atividades de transformação e comercialização.”²⁶

Da mesma forma que no Nordeste, a agricultura continua sendo a atividade principal, para os pequenos municípios rurais paranaenses, objetos do presente estudo. Isto não significa dizer que para promover o desenvolvimento de regiões rurais como estas, seja necessário investir somente na produção agrícola, mas, também, como defende Abramovay (1999), investir nas mudanças das formas organizacionais da população ocupada em atividades agropecuárias: “é na **construção de novos mercados** – tanto para os produtos até aqui predominantes, como, sobretudo, para as atividades que apenas começam a se desenvolver – que se concentra o mais importante desafio do desenvolvimento rural”, e ainda, “o desenvolvimento rural passa pela **construção de novos territórios**, isto é, pela capacidade que terão os atores econômicos locais de manejar e valorizar ativos específicos às regiões em que habitam.”²⁷

É preciso aprofundar, analisar e difundir as particularidades das diversas regiões paranaenses, que não são homogêneas. Conforme Brandenburg, Ferreira e Santos (2004):

a modernização da agricultura não levou a um processo de homogeneização do rural no que tange aos seus aspectos sociais, produtivos, técnicos, biológicos, espaciais e cognitivos. Nesse sentido um primeiro aspecto a ser considerado é a heterogeneidade do espaço sócio-geográfico.²⁸

Esta heterogeneidade pode ser encontrada nas mesorregiões em estudo, dentro da própria estrutura do grupo de ocupação agrícola, onde se observa uma diversidade das funções exercidas pelas pessoas ocupadas nos pequenos municípios rurais paranaenses. Essa diversidade apresenta inclusive traços de peculiaridades regionais, como veremos a seguir.

2.5.2 - OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS

A ocupação é considerada como “função, cargo, profissão ou ofício desempenhado por

²⁶ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto. (Org.). *Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, p.39-52.

²⁷ ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura familiar...*, op. cit., p.13; p.17. (*grifos no original*)

²⁸ BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; SANTOS, Leonardo José Cordeiro. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 10, p.119-125, 2004.

uma pessoa numa atividade econômica”.²⁹ Nesta seção são consideradas ocupações agrícolas, aquelas compostas pela categoria de trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca.³⁰

Este grande grupo apresenta quatro subgrupos principais:

- 1) os produtores na exploração agropecuária: produtores agropecuários em geral, produtores agrícolas, produtores em pecuária;
- 2) trabalhadores na exploração agropecuária: supervisores na exploração agropecuária, trabalhadores na exploração agropecuária em geral, trabalhadores agrícolas, trabalhadores na pecuária;
- 3) pescadores, caçadores e extrativistas florestais: supervisores na exploração florestal, caça e pesca, pescadores e caçadores, extrativistas florestais; e
- 4) trabalhador da mecanização agropecuária e florestal: trabalhadores da mecanização agropecuária, trabalhadores da mecanização florestal, trabalhadores da irrigação e drenagem

Interessa-nos aqui compreender algumas particularidades da *posição na ocupação*³¹ agrícola da população ocupada nos pequenos municípios rurais paranaenses. São informações que permitem uma aproximação a respeito das diferentes dinâmicas do processo de trabalho ali encontradas.

Antes disso, vejamos a participação da população paranaense dos pequenos municípios rurais ocupada em ocupações agrícolas e não agrícolas. Em torno de 45,4% (494.970) da população ocupada nesses municípios estava inserida em ocupações agrícolas, sendo que nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste, esta participação supera mais da metade da população total ocupada como pode ser visto na tabela 10, a seguir.

²⁹ Esta estrutura é determinada a partir da Classificação Brasileira de Ocupações para Pesquisas Domiciliares - CBO - Domiciliar (CBO adaptada para as pesquisas domiciliares), cf.: IBGE. *Censo Demográfico 2000: Documentação dos microdados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

³⁰ Grande Grupo Principal de Ocupações, CBO número 6. (Id.).

³¹ “Posição na ocupação” é a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava. (IBGE. *Censo Demográfico 2000: documentação....*, op.cit. p.113).

TABELA 10 – PESSOAS OCUPADAS EM MUNICÍPIOS RURAIS, SEGUNDO GRUPOS DE OCUPAÇÃO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ – 2000

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	PESSOAS OCUPADAS							
	TOTAL		Grupos de ocupação					
			Agrícola		Não-agrícola		Não-especificada	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Noroeste	171.660	100,0	69.189	40,3	101.647	59,2	824	0,5
Centro-Occidental	83.866	100,0	34.795	41,5	48.646	58,0	425	0,5
Norte Central	180.838	100,0	74.645	41,3	104.795	57,9	1.397	0,8
Norte Pioneiro	126.156	100,0	56.996	45,2	68.496	54,3	664	0,5
Centro-Oriental	24.872	100,0	8.185	32,9	16.355	65,8	332	1,3
Oeste	143.328	100,0	59.824	41,7	82.557	57,6	947	0,7
Sudoeste	129.137	100,0	69.221	53,6	59.200	45,8	716	0,6
Centro-Sul	90.625	100,0	51.841	57,2	36.949	40,8	1.836	2,0
Sudeste	72.816	100,0	43.170	59,3	28.934	39,7	712	1,0
Metropolitana de Curitiba	66.327	100,0	27.104	40,9	37.464	56,5	1.759	2,7
TOTAL	1.089.624	100,0	494.970	45,4	585.043	53,7	9.611	0,9

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

A tabela 10 permite observar que as mesorregiões Noroeste, Centro-Occidental, Norte Central, Norte Pioneiro, Centro-Oriental, Oeste e Metropolitana de Curitiba apresentam mais de 50% da população total ocupadas em ocupações não agrícolas. Consideremos o caso da mesorregião Noroeste em que 59,2% das pessoas ocupadas estavam em ocupações não agrícolas. Embora o percentual de ocupados no agrícola no Noroeste seja de 40%, o valor absoluto de mais de 69 mil pessoas é similar ao tamanho populacional de ocupados no agrícola da mesorregião do Sudoeste. Isso chama a atenção para a importância de se considerar não somente os valores percentuais, mas também os valores absolutos/totais da população ocupada na atividade agrícola no interior de cada mesorregião.

Sob outra perspectiva, podemos verificar a participação dos domiciliados no rural e no urbano no cômputo total da população ocupada no agrícola, como pode ser observado na tabela 11 a seguir.

TABELA 11 – PESSOAS OCUPADAS EM OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS NOS MUNICÍPIOS RURAIS, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E MESORREGIÕES - PARANÁ – 2000

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	PESSOAS OCUPADAS EM OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS					
	TOTAL		Urbana		Rural	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Noroeste	69.189	100,0	29.746	43,0	39.444	57,0
Centro-Occidental	34.795	100,0	11.935	34,3	22.860	65,7
Norte Central	74.645	100,0	30.183	40,4	44.462	59,6
Norte Pioneiro	56.996	100,0	22.384	39,3	34.612	60,7
Centro-Oriental	8.185	100,0	1.963	24,0	6.221	76,0
Oeste	59.824	100,0	11.390	19,0	48.433	81,0
Sudoeste	69.221	100,0	5.897	8,5	63.325	91,5
Centro-Sul	51.841	100,0	4.679	9,0	47.162	91,0
Sudeste	43.170	100,0	3.046	7,1	40.125	92,9
Metropolitana de Curitiba	27.104	100,0	3.069	11,3	24.035	88,7
TOTAL	494.970	100,0	124.292	25,1	370.678	74,9

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

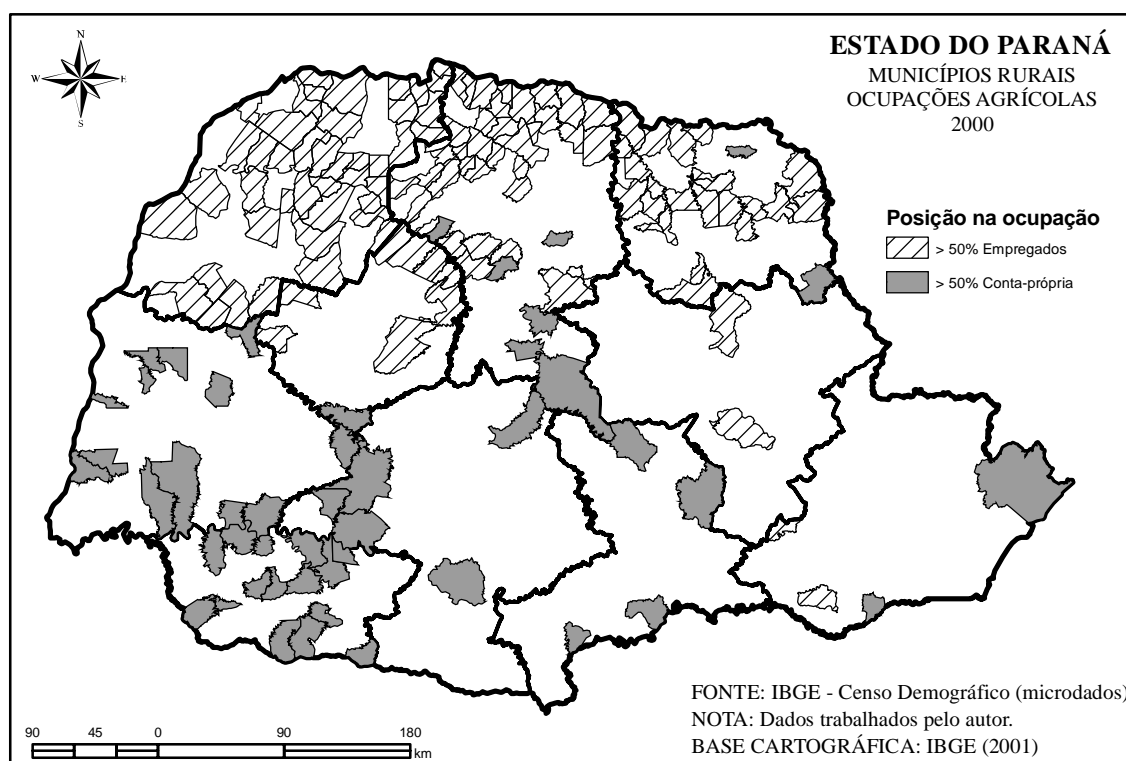
Observa-se na tabela 11 que nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste mais de 90% dos ocupados no agrícola residem no rural. Enquanto que nas mesorregiões Noroeste, Norte Central e Norte Pioneiro há uma participação em torno de 40% de domiciliados no urbano em ocupações agrícolas. Em outras palavras, a participação dos domiciliados no urbano e rural apresentam diferenças entre as mesorregiões do Norte e as do Sul do Paraná. Na mesorregiões do Norte, além da participação de mais de 50% dos moradores do rural nas ocupações agrícolas, há também uma parcela muito significativa dos que residem na cidade nestas ocupações, enquanto que na parte Sul, há um predomínio de residentes do rural nas ocupações agrícolas.

Tendo observado até então a proporção de pessoas ocupadas no agrícola e não-agrícola segundo as mesorregiões, bem como sua distribuição segundo a situação do domicílio, consideremos finalmente a *posição na ocupação* agrícola. Das pessoas ocupadas no agrícola, nos pequenos municípios rurais paranaenses, no ano de 2000, 35% estavam no contingente dos conta-própria; 34,8% no de empregados; e 21,3% no de não remunerado em ajuda a membro do domicílio³² (tabela A.4). Novamente, os dados mostram diferenças

³² *Conta própria* – pessoa que, na semana de referência, trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado, ainda que contando com ajuda de trabalhador não remunerado; *Não-remunerado em ajuda a membro do domicílio* – Pessoa que trabalhou sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda a membro do domicílio que era empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal ou mineral, caça,

significativas entre as mesorregiões. Enquanto que nas mesorregiões Noroeste, Centro-Ocidental, Norte Central e Norte Pioneiro predomina o contingente dos empregados, nas outras mesorregiões predominam as ocupações de conta-própria. Destaca-se ainda que nas mesorregiões Oeste, Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste há uma parcela considerável de pessoas ocupadas no contingente de não remunerado em ajuda a membro do domicílio, enquanto que os trabalhadores na produção para o próprio consumo se destacam dentro das mesorregiões Centro-Oriental, Centro-Sul e Metropolitana de Curitiba. No mapa 4 a seguir é possível ver a distribuição geográfica onde predominam os contingentes de empregados e conta-própria.

MAPA 4 – DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS OCUPADAS EM OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS, NOS MUNICÍPIOS RURAIS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS – PARANÁ – 2000



Essa diversidade encontrada nos pequenos municípios rurais paranaenses em relação às ocupações agrícolas, e em especial, o contraste entre a participação do contingente de

pesca ou piscicultura); ou conta própria ou empregador em qualquer atividade; *Empregado* – pessoa que trabalhava para um empregador – pessoa física ou jurídica – geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios, como: moradia, alimentação, roupas, etc.; *Trabalhador na produção para o próprio consumo* – para pessoa que trabalhou, durante pelo menos uma hora na semana de referência, na produção de bens do ramo que compreende as atividades de agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca ou piscicultura, destinados exclusivamente à alimentação de pelo menos um morador do domicílio. (IBGE. *Metodologia do Censo Demográfico 2000*. Série Relatórios Metodológicos. v.25. Rio de Janeiro: IBGE, 2003, p.250).

empregados nas mesorregiões do Norte do Paraná e os de conta-própria no Sul, pode ser explicado por uma série de fatores. Fatores estes como as características ambientais da região (clima, relevo, solo), bem como, o que se tem insistido até então, os processos de ocupação e colonização ocorridos no território paranaense. E há também as teses dos impactos sociais da modernização agrícola³³ como elemento diferenciador dos dados aqui encontrados.

Quanto a este último aspecto Carnasciali et al., afirma que peculiaridades regionais da agricultura no Paraná denotam que a intensificação do processo de modernização e a adoção de tecnologias foram incorporadas, nas microrregiões do Estado, de forma diferente³⁴. Essas diferenças regionais podem “ser atribuídas à época e à forma de ocupação do Paraná”.³⁵

A ênfase nas particularidades *anteriores* – época e forma de ocupação - aos processos de adoção de novas tecnologias pode também ser encontrada em Fleischfresser. Estudando a adoção e ritmo de incorporação de tecnologias mecânicas, por exemplo, de tratores nas diversas microrregiões do Estado do Paraná entre as décadas de 1970 e 1980, a autora defende a idéia da ocorrência de uma “tendência à homogeneização tecnológica *regional* e que a *época*, o tipo de atividade e o meio ambiente físico são elementos que podem facilitar ou limitar a adoção de tecnologias de produto.”³⁶ Mas que nem todas as regiões do Estado se tecnificaram e, principalmente, se mecanizaram ao mesmo tempo.³⁷

Retomando a discussão das diferenças espaciais entre as mesorregiões do Norte e do Sul do Paraná, Fleischfresser observa diferenças entre os produtores do que ela denomina de “Regiões do Grande Norte” do Paraná e o restante do Estado e que estas estão relacionadas à “postura” destas regiões em relação à atividade produtiva. Enquanto que a postura dos produtores do norte pode ser considerada como empresarial, a dos produtores localizadas nas duas outras regiões (Paraná Antigo e Extremo Oeste)³⁸ não desenvolveram tanto quanto os do norte a lógica da reprodução ampliada ou da rentabilidade do capital investido. Entre os

³³ MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetes/Hucitec, 1987.

³⁴ CARNASCIALI et al.. *Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná* In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. op. cit., 1987, p.125.

³⁵ Id., p.130.

³⁶ FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba: Livraria do Chaim: CONCITEC: IPARDES, 1988, p.55.

³⁷ Id., p.62.

³⁸ Estas três regiões foram definidas ali de acordo com as diferentes épocas e formas de ocupação do Paraná. E, no que tange ao presente estudo, a região do “Grande Norte” englobaria aproximadamente as mesorregiões do Noroeste, Centro-Occidental, Norte Central e Norte Pioneiro; a região do “Oeste e Sudoeste”, as mesorregiões Oeste e Sudoeste; e, a região do “Paraná Antigo” englobaria as demais mesorregiões do Paraná. Cf.: Mapa da subdivisão do estado do Paraná, nas três regiões citadas, em: FLEISCHFRESSER, op.cit., p.44.

principais motivos dessa diferenciação apontam-se a época e as características de suas explorações e o relativo isolamento físico que não possibilitou o contato com essa lógica.³⁹

Ainda, segundo Fleischfresser, os produtores do norte, além do caráter mercantil de sua produção, tiveram contato estreito com São Paulo – centro do desenvolvimento capitalista do país – tanto durante a época de ocupação como posteriormente, que foi de expansão da cafeicultura e efervescência política e econômica, pela manutenção do protecionismo à atividade cafeeira. Esse grau de envolvimento com a economia paulista é um fator inegável para a explicação da evolução diversa da região do “Grande Norte” do Paraná.

Na análise da situação do domicílio, tema do presente capítulo, foi evidenciado modos particulares de ocupação do espaço rural paranaense. Essas ocupações, segundo Westphalen et al. foram resultado, em especial, de dois movimentos expansionistas, diferentes em suas motivações, com objetivos diferenciados de produção, com a cultura do café no Norte do Estado, e no Oeste com a cultura de cereais e a criação de suínos, e cujos centros de dispersão foram situados fora do Paraná.⁴⁰ De um lado temos a ocupação da comunidade paranaense denominada Norte, encabeçada por mineiros e paulistas atraídos pela qualidade das terras e perspectivas de lucro a partir da expansão da cultura cafeeira. De outro lado temos a ocupação da comunidade paranaense do Sudoeste, que não se originou somente através de um atrativo econômico, como a cultura do café, mas, principalmente, devido a questões de ordem demográfica. A ocupação do Sudoeste se deu a partir de deslocamentos de populações oriundas de famílias excedentes de antigas zonas coloniais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse processo se deu em parte através de companhias colonizadoras que adquiriram terras no Sudoeste do Paraná para vender à população de agricultores descendentes dos imigrantes italianos e alemães.

Entre as características marcantes da ocupação do Sudoeste do Paraná destacam-se a colonização de agricultores a partir de pequenas propriedades familiares e a predominância da policultura entre esses agricultores. Estas pequenas propriedades, denominadas de colônias, deram origem a núcleos comunitários e ou povoamentos espalhados por todo o território dos pequenos municípios, sendo que nesta região, desde os primeiros processos de ocupação, o local de moradia se mantém predominantemente no campo e não apenas concentrado na cidade, como ocorre em muitas outras mesorregiões do Estado. Dada às singularidades desta

³⁹ FLEISCHFRESSER, Vanessa. op. cit., p.50.

⁴⁰ WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno. *Boletim da UFPR/DEHIS*. Curitiba, n° 7, p.1-52, 1968.

mesorregião, e à sua importância histórica e cultural de um espaço com dinâmicas sociais distintas baseadas no trabalho da pequena propriedade familiar, iremos abordar no capítulo seguinte, como se distribui pelo território a população de um de seus municípios onde predomina a população residente no campo, bem como a ocupação de seus habitantes.

CAPÍTULO III - VERÊ (PARANÁ): “UM SINGULAR ESPAÇO DE VIDA E DE TRABALHO”

O município de Verê encontra-se no Sudoeste do Paraná, uma mesorregião, que segundo Corrêa¹, apresenta marcantes traços de homogeneidade – condições naturais, povoamento, formas de produção e paisagem – que o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia, sobre as regiões homogêneas do país² colocou em evidência, tendo como característica fundamental, que a distingue de muitas outras regiões do país, a de ser uma região colonial³ de povoamento recente. Essa característica constitui a base da explicação e compreensão das relações existentes entre cidade e região. A ocupação do Sudoeste a partir do movimento migratório de colonos gaúchos e catarinenses começou a se intensificar a partir de 1945, e resulta de questões ligadas às densidades agrárias, à subdivisão fundiária, e ao esgotamento dos solos nas regiões coloniais de povoamento mais antigo. Através de sucessivas migrações, colonos de origem italiana e alemã ocuparam a região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, do Vale do Rio do Peixe e o do Oeste catarinense, penetrando finalmente no Sudoeste paranaense, região então vazia ou esparsamente povoada, em grande parte, por cablocos que viviam da caça e da criação de porcos.⁴

A estrutura fundiária das regiões de emigração - a pequena propriedade familiar – foi transplantada para o Sudoeste. Em 1965, das 43.707 propriedades rurais existentes em toda a região, 74,7% possuíam superfície de até 25 ha, ou seja, o equivalente a até uma colônia. Além desta característica fundiária baseada na pequena propriedade, Corrêa destaca outra característica própria das regiões coloniais, o caráter “policultor da atividade agrícola regional, numa policultura que inclui uma gama variada de produtos como milho, feijão, soja, trigo e fumo, mas também a criação de suínos.” Para o autor, “essas duas características, pequena propriedade familiar e policultura, constituem traços marcantes do Sudoeste paranaense e de outras regiões coloniais, elementos fundamentais para a explicação e

¹ CORRÊA, Roberto Lobato (Coord.). Cidade e região no sudoeste Paranaense. Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 32. n.2, abr./jun. 1970.

² Cf: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. *Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas*. Região Sul, volume 4, 1968 (mimeo).

³ Para Corrêa, o termo colonial é utilizado como sendo referente aos colonos e às suas atividades. “Os colonos são pequenos agricultores de origem européia que se dedicam, via de regra, à policultura. O termo colônia é empregado regionalmente com duplo sentido: refere-se genericamente ao mundo rural e à unidade de área equivalente a 10 alqueires paulistas ou 24,2 hectares (1 colônia).” (CORRÊA, Roberto. *Cidade e região...*, p.6).

⁴ Id., p.4-6.

compreensão das relações entre cidade e região.”⁵

Para Corrêa, “o caráter recente da vida urbana, aliado a uma intensa apropriação da zona rural por agricultores ávidos por uma gleba de 1 ou 2 colônias, não possibilita a dominação fundiária por parte da cidade sobre o mundo rural, o que parece estar de acordo com a tradição colonial.”⁶

Essas características observadas por Corrêa na década de 70, em especial a predominância de moradores no campo, ainda podem ser visualizadas a partir dos dados oriundos do Censo Demográfico 2000. Essa forma de ocupação do campo o conforma como um espaço diferenciado, que nas palavras de Wanderley, pode ser entendido como “um espaço suporte de relações sociais específicas, que se constroem, se reproduzem ou se redefinem sobre este mesmo espaço e que, portanto, o conformam enquanto *um singular espaço de vida*”⁷. Este destaque ao meio rural enquanto espaço singular e, portanto, diferenciado do meio urbano chama a atenção para as relações entre os habitantes do campo e da cidade dos pequenos municípios.

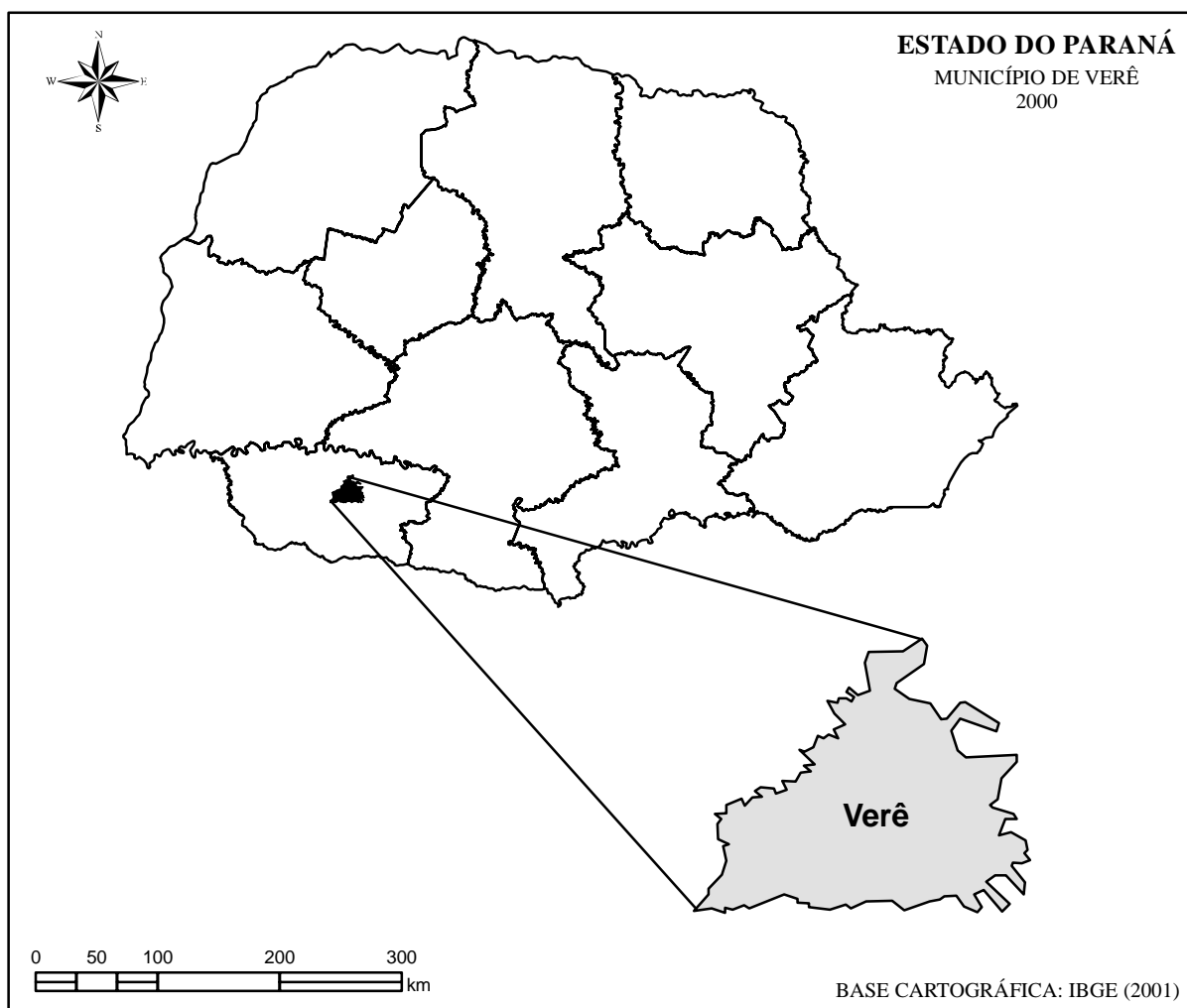
Na mesorregião Sudoeste, como visto no capítulo anterior, ainda é possível observar a inter-relação entre a terra - local de moradia e de trabalho - o trabalho agrícola, e que se configura como “um espaço de vida e de trabalho”. Exemplo disso é o que ocorre no município de Verê, localizado na mesorregião do Sudoeste do Paraná, mapa 5.

⁵ CORRÊA. *Cidade e região...*, op.cit.,p.7-8.

⁶ Id., p.11.

⁷ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n.2. p. 29-37. jul/dez. 2000, p.30.

MAPA 5 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VERÊ – PARANÁ – 2000



Verê foi elevado à categoria de Distrito, em 26 de junho de 1953, através da Lei Municipal nº 26, na qual ficou pertencente ao município de Pato Branco. Mais tarde, decorrente de outras alterações legais, passou a pertencer ao município de Dois Vizinhos. E o município de Verê foi instalado em 26 de outubro de 1963, data em que foi empossado o primeiro prefeito municipal eleito.⁸ Em 2000, além do distrito sede, Verê possuía outros dois distritos: Sede Progresso e Presidente Kennedy.⁹ Na história da criação do município de Verê, encontram-se agricultores migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e também

⁸ BALHANA, Altiva Pilati; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. v. 4. Curitiba: Grafipar, 1969, p.313.

⁹ Uma análise do plano diretor de ocupação e uso do solo de Verê, como instrumento principal das políticas públicas locais pode ser encontrado em: TAVARES, Márcio Miguel. *Políticas públicas e pequenos municípios: uma avaliação no Estado do Paraná*. Curitiba, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná.

imigrantes que se fixavam em núcleos, de acordo com as suas origens. Os de origem italiana, polonesa e outras distribuíram-se em várias localidades do município; por sua vez, os de origem alemã, foram para as regiões de Águas do Verê, Pitangueiras, Bananal, Presidente Kennedy (antigo Baixo), e Alto Alegre. Verê é uma palavra de origem Caingangue – Viry, e o seu significado é “sempre, eternamente, constantemente”.¹⁰

3.1 - A LOCALIZAÇÃO DA MORADIA: TERRA COMO “MORADA DA VIDA”

Como analisado no capítulo anterior, no item relacionado à situação do domicílio, no limiar do século XXI ainda é possível encontrar municípios rurais paranaenses, em que a terra é “*morada da vida*” no sentido que apresenta Heredia, e, que não raro, também ocupa um papel central nos processos de herança, na estrutura familiar camponesa, e em especial na transmissão do patrimônio através de “um costume (ou uma tradição)”.¹¹ Seria o mesmo no município de Verê, no Sudoeste do Paraná?

Segundo o Censo Demográfico 2000, o município de Verê, apresentava uma população de 8.721 habitantes, distribuídos numa área de 324,2 km², apresentando uma densidade de 26,91 hab/km². Os habitantes deste município, estavam localizados preponderantemente na zona rural, em torno de 65% da população total, enquanto que 35% se localizavam na zona urbana como mostra a tabela 12 seguinte.

TABELA 12 – POPULAÇÃO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO SETOR CENSITÁRIO, NO MUNICÍPIO DE VERÊ - PARANÁ – 2000

SITUAÇÃO DO SETOR CENSITÁRIO	POPULAÇÃO	
	Nº	%
Área urbanizada de cidade	2.471	28,3
Área urbanizada de vila	495	5,7
Área urbana isolada	63	0,7
Área urbana total	3.029	34,7
Zona rural	5.692	65,3
TOTAL	8.721	100,0

FONTE: Censo Demográfico (Agregados por setores censitários dos resultados do universo)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Destaca-se que, segundo as definições vigentes dos conceitos de urbano e rural, foram

¹⁰ HISTÓRICO DO MUNICÍPIO, VERÊ. IBGE, Biblioteca Digital (Documentação Territorial do Brasil), 4p. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/vere.pdf> > Acesso em: 10 jun. 2007.

¹¹ Cf. HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; SEYFERTH, Giralda. *Herança e estrutura familiar camponesa*. Rio de Janeiro: Boletim do Museu Nacional, n. 52, p.1-27, 1985.

incluídos em *áreas urbanas* 495 habitantes moradores de vilas e 63 moradores de uma área urbana isolada, sendo que, da população total, 2.471 habitantes (28%) moravam na *sede* do município – a cidade. Conforme pode ser observado a população esta distribuída por todo o território, conforme pode ser observado nos dados constantes da tabela e do mapa a seguir.

TABELA 13 – POPULAÇÃO, SEGUNDO OS DISTRITOS E SETORES CENSITÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE VERÊ - PARANÁ – 2000

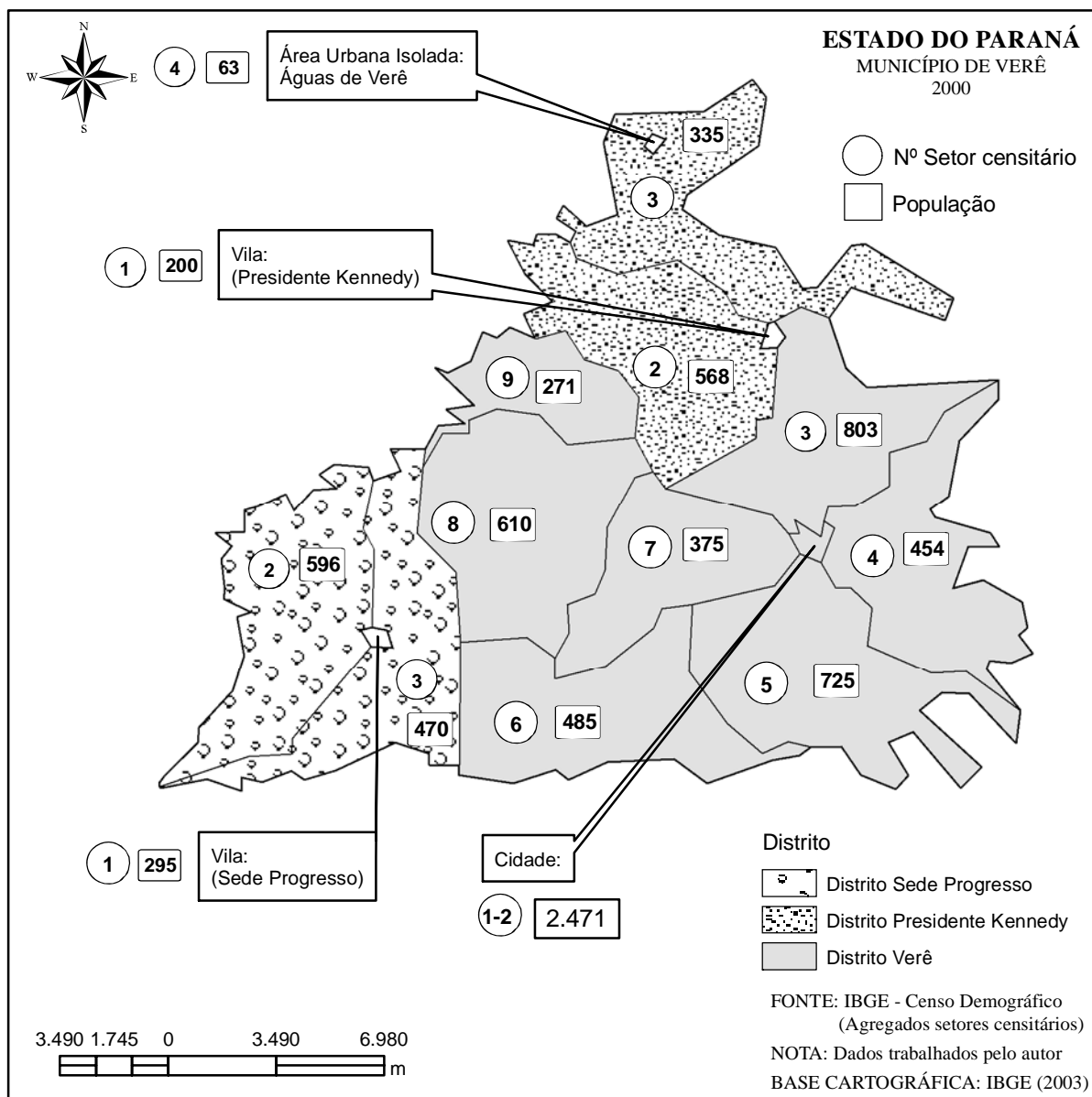
DISTRITO/SETOR	SITUAÇÃO DO SETOR CENSITÁRIO	POPULAÇÃO
Distrito Verê		
1	Área urbanizada de cidade ou vila	1.152
2	Área urbanizada de cidade ou vila	1.319
3	Zona rural	803
4	Zona rural	454
5	Zona rural	725
6	Zona rural	485
7	Zona rural	375
8	Zona rural	610
9	Zona rural	271
Distrito Presidente Kennedy		
1	Área urbanizada de cidade ou vila	200
2	Zona rural	568
3	Zona rural	335
4	Área urbana isolada	63
Distrito Sede Progresso		
1	Área urbanizada de cidade ou vila	295
2	Zona rural	596
3	Zona rural	470

FONTE: Censo Demográfico (Agregados por setores censitários dos resultados do universo)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Dada a dispersão da população pelo território do município de Verê, é possível encontrar três zonas administrativas neste município: o distrito de Verê, cuja sede é a *cidade* de Verê, o distrito de Presidente Kennedy, com sua sede administrativa – a *vila* com 200 habitantes -, e o distrito Sede Progresso, com sua sede administrativa – *vila* de 295 habitantes.

MAPA 6 – POPULAÇÃO SEGUNDO OS SETORES CENSITÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE VERÊ – PARANÁ – 2000



Esse perfil de distribuição espacial da população pode ser explicado em parte pelo processo de ocupação do território, com o estabelecimento da pequena propriedade familiar na forma de colonos ou descendentes de imigrantes, vindos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina ou ainda de outras regiões do Paraná, que como já destacou Brandenburg¹², realizou-se no Sul na última fase da imigração estrangeira para o Brasil.

Neste território, administrado pela cidade e pelas vilas, ainda é possível encontrar

¹² BRANDENBURG, Alfio. Colonos: subserviência e autonomia In: FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio (Orgs.). *Para Pensar Outra Agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, p.71-102, 1998.

outras povoações, cuja denominação recebe nomes muito diversos de um município para outro, tal como *comunidades (núcleos comunitários), linhas, povoados*, etc. Comunidades estas que receberam uma atenção especial na obra de Redfield, Antonio Candido, Willems, Brandenburg, entre outros,¹³ e conforme já pesquisado por Brandenburg, existem ao redor de instituições sociais como a igreja e a escola:

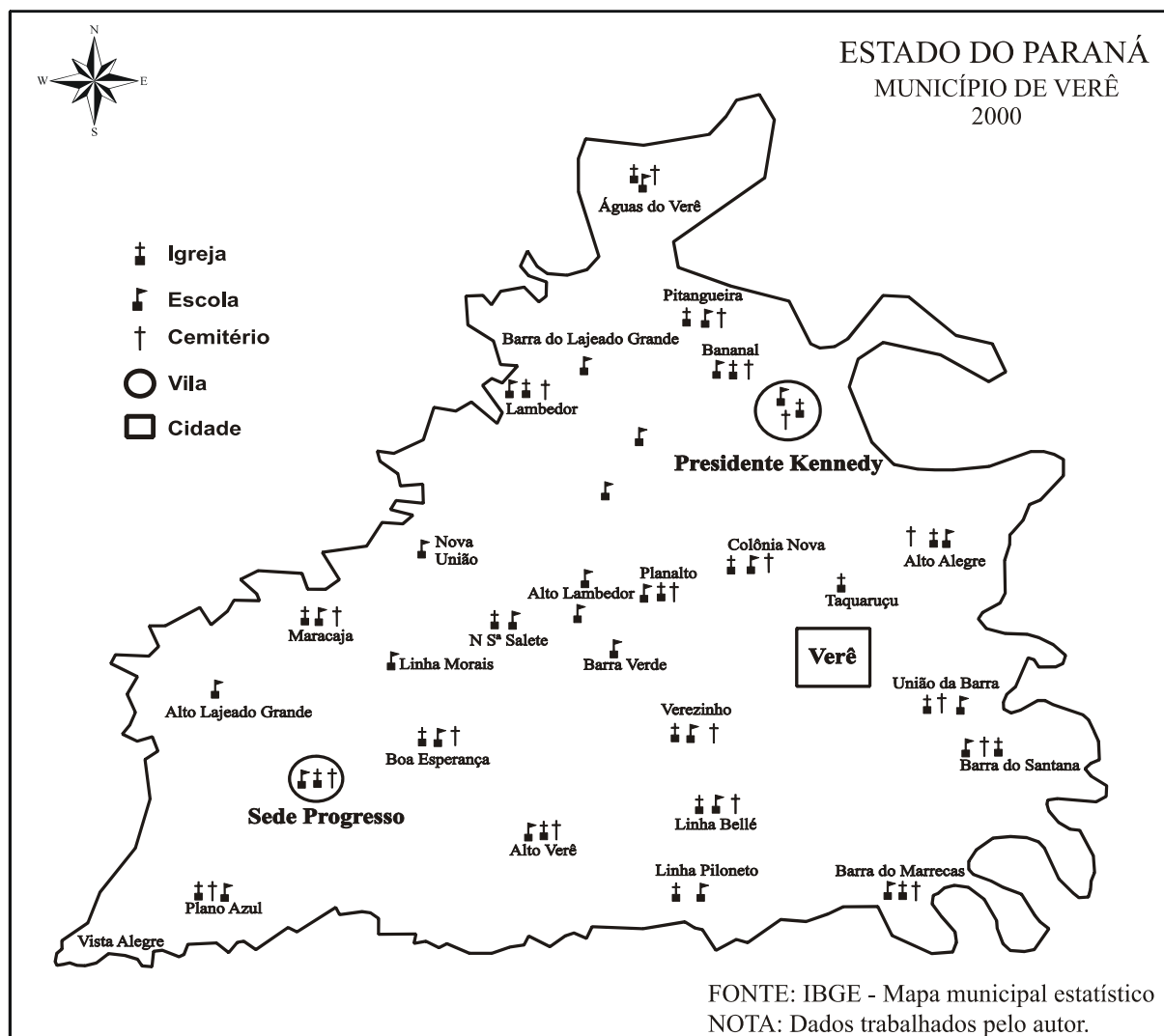
se a base material de moradia e sustentação da vida dos agricultores está localizada no meio rural de forma dispersa, as instituições sociais como igreja, escola e lazer, que dão suporte à reprodução sociocultural e organizam a vida social se encontram nas sedes dos núcleos comunitários.¹⁴

Evidencia-se que neste espaço rural, através do processo de colonização baseado em pequenas propriedades familiares, herdou-se dos imigrantes, e em especial, dos descendentes de imigrantes, um estilo de vida baseado na *vida comunitária*, ou em outros termos, na *vida em comunidade*. Essa vida comunitária pode ser entendida a partir do que Kayser chama de *espaço social*, espaço este, caracterizado por seu pertencimento a *coletividades de tamanho limitado*. Estas coletividades estão estruturadas ao redor das sedes dos núcleos comunitários, compostos em sua maioria por igrejas, escolas, cemitérios, postos de saúde, etc. Um exemplo da infra-estrutura de base comunitária pode ser observado na representação esquemática do mapa do setor censitário rural do município de Verê, mapa 7 a seguir:

¹³ REDFIELD, Robert. *Civilização e Cultura de Folk*. São Paulo: Livraria Martins, 1949; CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2001; WILLEMS, Emílio. *Cunha: tradição e mudança em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1947; BRANDENBURG, Alfio. *Agricultura Familiar, Ongs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

¹⁴ BRANDENBURG, Alfio. *Agricultura familiar...*, op. cit, p.115.

MAPA 7 – INFRA-ESTRUTURA DE BASE COMUNITÁRIA, NO MUNICÍPIO VERÊ – PARANÁ - 2000



Essa forma de organização em comunidades pode ser observada no Paraná, em especial, nos municípios das mesorregiões Oeste, Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste e Metropolitana de Curitiba. Segundo Brandenburg, esse arranjo é típico dos pequenos agricultores familiares denominados colonos, e a partir destes arranjos, se constituem núcleos de povoamento no meio rural, núcleos estes que formam comunidades que se:

expressam através da relação direta entre colonos que reproduzem um modo de vida a partir de uma relação com a natureza que valoriza a terra, de um sentimento de pertencer à comunidade local, de vínculos de solidariedade e de reafirmação de autonomia enquanto trabalhador proprietário.¹⁵

¹⁵ BRANDENBURG, Alfio. *Colonos...* op. cit., p.98.

Esse sentimento de comunidade ou de pertencimento à uma comunidade junto com a *localidade* ou espaço geográfico forma as bases da comunidade, que segundo Maciver e Page é definida como “uma área de vida social assinalada por certo grau de *coesão social*.”¹⁶ Abordaremos a seguir o trabalho em Verê.

3.2 - TRABALHO: TERRA COMO “TERRA DE TRABALHO”

Em relação à ocupação da população rural do município de Verê, em 2000, observa-se uma concentração superior a 80,0% no grupo dos trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca. Estes dados convergem para aqueles vistos para o restante da mesorregião Sudoeste, ou seja, que a população rural esta predominantemente ocupada na agropecuária.

TABELA 14 - PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL, NO MUNICÍPIO DE VERÊ - PARANÁ – 2000

GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL	PESSOAS OCUPADAS					
	TOTAL		Urbana		Rural	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca	2.275	56,1	124	8,7	2.151	81,6
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	626	15,4	451	31,8	175	6,6
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	591	14,6	418	29,4	173	6,5
Trabalhadores de serviços administrativos	143	3,5	108	7,6	35	1,3
Técnicos de nível médio	117	2,9	97	6,9	20	0,8
Profissionais das ciências e das artes	103	2,5	86	6,1	17	0,6
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	83	2,1	76	5,3	8	0,3
Não especificada	59	1,5	12	0,8	47	1,8
Trabalhadores de reparação e manutenção	44	1,1	32	2,3	12	0,5
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	16	0,4	16	1,1	-	-
TOTAL	4.057	100,0	1.421	100,0	2.636	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Na mensuração da população ocupada segundo os grupos de ocupação no trabalho principal, observa-se a relevância do setor agropecuário para a dinâmica da vida social deste município.

Em relação à posição na ocupação das pessoas ocupadas no agrícola, tem-se que, em

¹⁶ MACIVER, R. M.; PAGE, C. H. (1973). Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan. (Org.), *Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1973, p.123.

2000, no município de Verê, 57,5% destas estavam no contingente dos conta-própria, 24,0% inseriam-se no grupo de não remunerado em ajuda a membro do domicílio, e 13,2% no de empregados. Em relação à situação do domicílio, verifica-se que a participação da população ocupada do município de Verê situada em domicílio urbano estava concentrada nos grupos dos conta-própria (48,3%), dos empregados (34,5%) e dos trabalhadores de serviços administrativos (7,6%). Já a população ocupada situada em domicílio rural estava concentrada nos grupos dos conta-própria (57,5%), e de não remunerado em ajuda a membro do domicílio (25,1%).

TABELA 15 - PESSOAS OCUPADAS EM OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE VERÊ - PARANÁ - 2000

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PESSOAS OCUPADAS EM OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS					
	TOTAL		Urbano		Rural	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Conta-própria	1.309	57,5	60	48,3	1.249	58,1
Ajuda a membro do domicílio	547	24,0	7	6,0	539	25,1
Empregado	300	13,2	43	34,5	258	12,0
Produção para o próprio consumo	102	4,5	14	11,3	88	4,1
Aprendiz ou estagiário	17	0,8	-	-	17	0,8
TOTAL	2.275	100,0	124	100,0	2.151	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

A posição na ocupação pode fornecer subsídios para o entendimento das relações de trabalho predominantes nas diversas mesorregiões. No presente caso, em Verê o que se observa é uma participação acentuada dos conta-própria e dos não remunerados em ajuda a membro do domicílio. A categoria de ocupação “não remunerado em ajuda a membro do domicílio” geralmente é observada nos domicílios em que o chefe enquadra-se como *conta-própria*, onde os outros membros da família, como o cônjuge e os filhos realizam a chamada *ajuda*. Importante notar, que em alguns casos, a mulher também é considerada *conta-própria*, sendo a responsável pela atividade que realiza, e geralmente relacionada a atividades ligadas à pecuária.

A diferença entre o conta-própria e o ajuda é que o primeiro é o responsável pelo empreendimento, e aqueles que o ajudam, são considerados como não remunerado em ajuda a membro do domicílio. Estas duas características são típicas da chamada agricultura familiar, o que muito se observa em Verê.

Verifica-se que em Verê a população reside e trabalha preponderantemente no espaço rural, e como visto na posição da ocupação agrícola, são detentores do processo de trabalho que executam, não sendo, portanto, assalariados como predomina no Norte do Paraná. A análise da posição na ocupação, em que predominam os trabalhadores por conta-própria e os que prestam ajuda não remunerada a membro do domicílio -, sugere que a terra neste município, e também naqueles com características similares, seja considerada efetivamente como “*terra de trabalho*”¹⁷. Como observado no estudo de Garcia Jr., a concepção de *trabalho* dos agricultores de Verê “ressalta sua posição de trabalhadores familiares independentes”¹⁸, apresentando uma racionalidade específica, que difere daquela encontrada no Norte do Paraná, devido à importância que assume no seu interior o trabalho familiar.

Pelas especificidades apresentadas, o município de Verê, no seu território como um todo, pode ser considerado como um município rural, cujo *espaço rural*, se configura como um espaço de vida: morada da vida e terra de trabalho. A partir das *relações particulares com o espaço*, seja através da moradia e do trabalho, bem como das relações sociais entre os membros deste mesmo espaço, que o município em análise, pode ser entendido como portador de uma dinâmica social e espacial específica, que tem por base tanto o processo histórico de ocupação e colonização, quanto a forma de produção que se originou destes processos, a agricultura familiar. Nem todas as práticas sociais dos espaços rurais alteraram profundamente o seu caráter frente às influências da modernidade. Mesmo que a ruralidade tenha se transformado com a modernização da agricultura, as particularidades do rural paranaense apresentam-se distintas entre si, e até mesmo evidencia-se a permanência de “situações de um rural tradicional”.¹⁹

¹⁷ Cf.: GARCIA JR, Afrânio Raul. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.29.

¹⁸ Id., p.209

¹⁹ BRANDENBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. *Anais...* 2005. FAFICH/UFMG - Belo Horizonte, MG.

CONCLUSÃO

A partir do estudo dos municípios rurais paranaenses chega-se a conclusão de que há ainda muito por conhecer dos estudos da ruralidade no Brasil, contrapondo-se ao sugerido pelas interpretações dos resultados do Censo Demográfico 2000 no começo do século XXI com as teses do fim do rural. O olhar atento sobre os dados censitários, esforço aqui empreendido, permitiu um outro entendimento sobre o rural paranaense, inclusive repensar o rural brasileiro. A começar pela atenção para o olhar mais específico, regionalizado, dos estudos do rural e não na homogeneização de interpretações a partir de dados agregados referentes ao Estado da Federação. A partir do estudo dos resultados do Censo Demográfico 2000, observa-se que não é possível classificar nas teses atuais do rural brasileiro, os espaços e a diversidade rural observada no caso específico paranaense.

No decorrer do estudo, foi possível observar que a ruralidade dos pequenos municípios paranaenses não está bem representada pelos indicadores que têm sido frequentemente divulgados para o Estado do Paraná como um todo. E que esta ruralidade, numa escala de análise mais restrita, está longe de ser homogênea entre as mesorregiões geográficas do próprio Estado que apresentam características muito distintas entre si, chegando a produzir um quadro que, no limite, identificaria uma parte Norte e uma parte Sul no Paraná – e que tais são explicados por vários fatores, como a que se filia a história da formação do território paranaense. Identificou-se ainda que as ocupações agrícolas são de grande importância na ruralidade destes pequenos municípios paranaenses contrastando com as teses que dissociam o rural das ocupações agrícolas e que entendem tal como característica do novo rural brasileiro. No caso paranaense, isso não acontece.

Nessa mudança de foco sugerida e despertada inclusive pelo novo tempo das mudanças sentidas pelas Ciências Sociais entorno das novas teses da ruralidade brasileira, da taxa de urbanização enfatizou-se aqui uma outra taxa, menos conhecida, ou pouco difundida: a taxa de ruralização. Esta inversão da ótica sobre o estudo do rural apresenta uma ruralidade diversificada e um retrato multifocal do caso paranaense. A pergunta que sobressai dessa análise não é mais se o rural vai acabar, mas como entender essa diversidade rural – territorial e regional - sem homogeneizá-la em interpretações para o rural brasileiro. A mudança de foco no estudos rurais é necessária, sobretudo, para embasar a formulação de políticas públicas mais adequadas às diferentes realidades encontradas nos pequenos municípios, como o visto no caso paranaense.

Foi assim que, aqui, questionando a tese do fim do rural e aliado a perspectivas que reorientam o foco da ruralidade no Brasil, se centrou o presente estudo. O objetivo foi apresentar uma análise das características da ruralidade dos pequenos municípios do Estado do Paraná, a partir das categorias de tamanho populacional, densidade, local de moradia e ocupações da população destes municípios, a fim de entender, no seu limite, as relações sociais aí existentes – os espaços de vida. Para tanto, o presente estudo considerou o Censo Demográfico 2000 como base para a pesquisa empírica ao procurar demonstrar a existência de ruralidades diferentes nos pequenos municípios das mesorregiões estudadas, cujas distinções não são observadas quando se consideram dados e indicadores acerca da ruralidade para o Estado do Paraná como um todo. Ao trabalhar com os microdados do Censo Demográfico, privilegamos os dados sobre as variáveis relacionadas com o trabalho (setor de atividade e ocupações agrícolas) e o local de moradia (urbana ou rural) nos municípios pertencentes ao espaço rural paranaense, analisando-os em níveis territoriais mais detalhados.

Assim foi possível visualizar uma ruralidade bastante diversificada entre os pequenos municípios paranaenses no ano de 2000, das diferentes mesorregiões em estudo. Para levantar essas diferenças muito contribuiu a tipologia analítica de Veiga na classificação dos municípios rurais, uma vez que o recorte analítico abrangia o espaço local do município como um todo (campo e cidade, rural e urbano), e não na oposição dicotômica, mas a partir da configuração de uma rede de relações recíprocas cuja complexidade, como nos afirma Wanderley, “constitui, precisamente, o objeto dos estudos rurais”¹. À tipologia de Veiga, incluímos uma adaptação metodológica definindo o corte populacional em 20mil habitantes, uma vez que se entende como pertinente tal recorte para o estudo dos pequenos municípios, em particular os paranaenses, considerando a história da formação do Estado.

A tipologia aqui adaptada está alinhada a linhas teóricas da Sociologia Rural, em especial, aos estudos clássicos, uma vez que permite analisar as particularidades dos pequenos municípios, caracterizados por coletividades de tamanho limitado, baixa densidade populacional, e por suas relações particulares com o espaço, que, como visto com Kayser, são características do *espaço rural*. E, ainda, particularidades estas que podem ser observadas, como aqui se faz defesa, a partir de dados censitários. Neste sentido, reitera-se aqui a

¹ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Territorialidade e ruralidade no Nordeste; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto. (Org.). *Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, p.39-52.

pertinência da utilização de *censos populacionais* como fonte de indicadores para se analisar e caracterizar estas particularidades ressaltando a necessidade de abordar outros níveis geográficos além daquele que tem sido mais comumente utilizado que é Estado da Federação. Aqui utilizamos níveis geográficos menores - as mesorregiões geográficas - que nos permitiram um panorama do Estado do Paraná bastante diferenciado do comumente veiculado pelas análises mais generalizantes. E ainda, o Censo Demográfico 2000, permitiu a análise populacional no interior dos municípios com os chamados setores censitários. A Cartografia Temática, sem dúvida, constitui-se aqui num valioso instrumento para acompanhar as análises de dados censitários que, à primeira vista, não são rapidamente identificados nos relatórios tabulares. Com os procedimentos aqui adotados foi possível realizar outra leitura da taxa de urbanização de mais de 80% anunciada a partir dos dados do Censo Demográfico 2000, para o Paraná. (Capítulo 2) A crítica que se faz a esta taxa é que boa parte dos municípios paranaenses não são assim tão homogêneos a ponto de serem aí nesse dado bem representados.

O uso de dados censitários, tomados aqui como base empírica para o presente estudo, promove ainda uma provocação: seria a utilização de dados censitários – tradicionalmente denominados de dados *secundários* - fator determinante para desprivilegiar a importância da pesquisa empírica realizada? Talvez a crítica por trás desse aparente desprezo oculte um problema mais sério da pesquisa nacional: o acesso e a sistematização destes dados. As variáveis aqui utilizadas nos pareceu acertada para a finalidade do estudo: tamanho populacional, densidade, situação do domicílio e a ocupação. Tais indicadores foram utilizados desde os primeiros estudos da Sociologia Rural, dos anos 1929, e estiveram presentes também nos estudos de comunidade no Brasil, nos estudos dos bairros rurais paulistas, e tempos depois, nas monografias regionais, nos estudos dos demógrafos que estudaram os pequenos municípios, e foi reintroduzido a partir de José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Maria de Nazareth Baudel Wanderley nos estudos rurais contemporâneos. (Capítulo 1) Indicadores que também são utilizados nos estudos derivados da geografia clássica francesa de Vidal de La Blache e que mais tarde deram origem aos estudos especializados como os da Geografia Agrária, da Geografia Urbana e em especial, da Geografia Regional.

O presente estudo então enfatiza que a adoção da definição oficial do IBGE de urbano e rural utilizada para orientar os recenseamentos populacionais permitem várias

interpretações, segundo os níveis geográficos adotados seja ele a unidade da federação, as mesorregiões geográficas, e os municípios. Procurou-se demonstrar a partir da análise da definição oficial de urbano, ou seja, sedes de municípios e distritos, que, embora se observe um aumento progressivo na participação da população urbana no cômputo do Estado, e uma queda na participação da população rural, é ainda possível encontrar uma heterogeneidade nas taxas de urbanização dos municípios do Estado – mito das médias - que não é representada pelo grau de urbanização do Estado em 2000. Isto é que dá a *ilusão* de que o Paraná é um estado urbano.

Nesse sentido, verificou-se que em algumas mesorregiões do Estado, predominam municípios em que a participação da população rural em relação à população total é superior a da população urbana. E por volta de 80% (318) dos 399 municípios paranaenses apresentavam tamanho populacional até 20mil habitantes, sendo que nestes municípios vivem 26% da população total do Estado do Paraná ocupando 64% da área total do território paranaense. A dispersão dos pequenos municípios neste território é bastante significativa em relação à concentração dos municípios densamente povoados. Estas singularidades, dentre ainda outras observadas no estudo, é que são mascaradas pelo uso da taxa estadual. E isso significa dizer que, mesmo a partir da definição oficial do IBGE, pode-se chegar a interpretações mais plausíveis da realidade paranaense. (Capítulo 2)

Interessante observar também que nas mesorregiões do Norte do Estado, a população mora predominantemente nas cidades, enquanto que nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste e em alguns municípios da Metropolitana de Curitiba a situação é bem outra. E que, muito possivelmente, e não só quanto a este aspecto, tais configurações sejam também resultantes dos processos de ocupação e colonização que moldaram diferentes tipos de sociedade em diferentes ciclos econômicos no Paraná - justificando aí também o recorte, das metades Norte e Sul do Paraná que se pôde observar em vários momentos no estudo.

Outro ponto importante a destacar é que nos pequenos municípios rurais paranaenses, 46,7% da população *total* estava ocupada em atividades agropecuárias (Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal) – afirmando aí a importância das atividades agropecuárias no meio rural paranaense. Nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste a proporção dos ocupados na agropecuária chega a ser superior a 50%. Considerando a situação do domicílio segundo a classificação oficial do IBGE de rural (campo) e urbano (cidades, vilas), verifica-se que a ocupação da população situada em domicílios rurais na agropecuária era de 78,9 %,

sendo que no período 2000 as as ocupações não-agropecuárias correspondiam a apenas 21,1% da população ocupada desses domicílios. Afirmado ainda mais a tese de que nos pequenos municípios rurais paranaenses a agropecuária é essencial, observou-se que em torno de 21,1% da população domiciliada no meio urbano estava ocupada em atividades agropecuárias. De fato, o rural não se *resume* ao agrícola, mas que se faz necessário aprofundar a discussão relacionada à participação numérica do agrícola na ocupação da população dos *municípios rurais* paranaenses – e não só eles.

O estudo permite compreender que diferentes recortes geográficos e populacionais podem ter resultados distintos em relação aos indicadores analisados, como, por exemplo, a importância numérica das ocupações não agrícolas para a população rural. Retomemos, por exemplo, um estudo sobre o Estado de São Paulo², apontando que os residentes em domicílios rurais daquele Estado têm, em sua maioria, ocupações não-agrícolas: “cerca de 64%³”, destoando dos valores observados para os residentes em domicílios rurais nos Estados do Paraná e Pernambuco (Tabela A.5). Sem dúvida os residentes no rural do Estado de São Paulo apresentam uma interseção cada vez maior entre o rural e o agrícola, com forte tendência para ocupações não-agrícolas. Mas qual seria o comportamento dos pequenos municípios rurais paulistas se utilizado o recorte que aqui foi adotado? O resultado seria bem diferente. Verificamos, com certa surpresa, e a partir da presente tipologia analítica de municípios rurais, que os *pequenos municípios rurais* daquele Estado, não apresentam as mesmas características que aquele estudo aponta quando trabalhou com os dados agregados, deixando de observar as diferenças regionais. Isto é, do total de ocupados domiciliados no rural, quase 58% estão em ocupações agrícolas e por volta de 42% em ocupações não-agrícolas somando as ocupações mal especificadas (Tabela A.6).

Tal observação confirma ainda a hipótese de que existem diferentes tipos de ruralidades inclusive dentro dos diferentes Estados da Federação, e que essas ruralidades devem ser estudadas no âmbito de recortes adequados para os diversos grupos populacionais. Considerar que os pequenos municípios – *rurais* - apresentam a mesma ruralidade que alguns estudos apresentam para os Estados da Federação e/ou mesorregiões geográficas sem separá-los da rede urbana regional, contribui para mascarar as diferenças destes espaços rurais específicos.

² KAGEYAMA, Ângela. Os rurais e os agrícolas de São Paulo no Censo de 2000. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 413-451, set./dez. 2003.

³ O valor se refere à soma do valor de ocupações não-agrícolas (62,3%) e ocupações mal especificadas (1,3%).

Outra questão é que, na análise da população total dos pequenos municípios rurais paranaenses, verifica-se, em algumas mesorregiões, uma interseção cada vez menor entre o rural e o agrícola, mas ainda de significativa representatividade (45,4%) enquanto que nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste a participação deste grupo é superior à 50% no total de ocupados. Em relação à posição na ocupação agrícola percebe-se diferenças significativas entre as mesorregiões estudadas, em especial no comportamento entre as posições na ocupação, de empregados, por um lado, e as posições de conta-própria e não remunerado em ajuda a membro do domicílio, por outro. Nas mesorregiões Noroeste, Centro-Ocidental, Norte Central, Norte Pioneiro, Centro-Oriental e Oeste encontram-se as maiores participações da posição de empregados, o que confirma a predominância de trabalho assalariado nestas regiões; enquanto que nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste e Metropolitana há uma predominância das posições de conta-própria e não remunerado em ajuda a membro do domicílio, o que, por outro lado, corresponde de formas de trabalho mais ligadas às especificidades da agricultura familiar.

Reitera-se aqui a importância da caracterização da diversidade rural existente no Estado do Paraná, em especial, o que concerne aos pequenos municípios. Os dados estaduais, mesmo aqueles mesorregionais que consideram todos os diferentes tipos de cidades (pequenas, médias, metropolitanas) – no presente estudo considerou-se somente os municípios rurais até 20 mil habitantes –, nem sempre permitem observar as particularidades da ruralidade dos pequenos municípios. Daí a defesa da análise da ruralidade de tais municípios com o estabelecimento de novos critérios que não os usuais que homogeneízam a leitura das particularidades regionais. (Capítulo 2)

A pesquisa permitiu encontrar ainda municípios em que o local de moradia se dava predominantemente fora dos limites administrativos da cidade que, segundo a definição oficial, pode ser denominada rural, como observado no município de Verê. (Capítulo 3) Neste município, através de informações provenientes do mapa estatístico do setor censitário rural, observou-se que a distribuição populacional está relacionada com a presença de infraestruturas de base comunitária como escolas, igrejas e cemitério. Esse comportamento espacial, possível de se encontrar em outros municípios da mesorregião Sudoeste não é comum nas mesorregiões do Norte do Paraná, evidenciando-se padrões diferenciados de ocupação do território – a reafirmação da tese das partes Norte e Sul do Paraná. (Capítulo 3)

Conclui-se, a partir de Wanderley e Kayser, que os pequenos municípios aqui

estudados e que denominamos de municípios rurais, apresentam características sociológicas de espaços rurais distintos, espaços estes entendidos em seu sentido mais imediato, o espaço social, definido como um modo particular de utilização do espaço e da vida social, espaços ainda entendidos como “morada da vida” e “terra de trabalho”. Interessante foi observar que enquanto em algumas mesorregiões seus municípios rurais se caracterizam pela predominância de moradores na cidade, moradores estes que também estão ocupados em atividades agropecuárias, em outras, tem-se um predomínio de municípios cuja população mora predominantemente no meio rural, como observado na parte Sul do Paraná. Espaços estes caracterizados pela fraca densidade de seus habitantes, um modo de vida caracterizado por seu pertencimento a coletividades de tamanho limitado, e em algumas mesorregiões, caracterizados ainda por um uso econômico predominantemente agropecuário.

A ruralidade tem sofrido, certamente, muitas transformações, no entanto, essas transformações não ocorrem de forma homogênea dentro das próprias unidades territoriais, como os Estados da Federação e, nem mesmo entre os pequenos municípios, como pode ser observado no caso dos municípios rurais do presente estudo. Nestes municípios, a trama sócio-espacial rural mantém um vínculo estreito com a agropecuária, e esta tese não pode ser desconsiderada nas políticas de desenvolvimento rural destes municípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB' SÁBER, Aziz. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.8, n.22, p.221-232, set./dez. 1994.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial*. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos.htm> Acesso em: 20 nov. 2004

ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

BALHANA, Altiva Pilati; WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná Moderno. [1976] v2. In: WESTPHALEN, Cecília Maria. (Org.). *Um Mazzolino de Fiori*. Curitiba: Imprensa Oficial, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, 2003, p.137-159.

BALHANA, Altiva Pilati; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. 4 vol. Curitiba: Grafipar, 1969.

BIANCHINI, Valter. Estratégias para o desenvolvimento rural. In: NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL, NEAD. *Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento*. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001, p.71-109.

BLUME, Roni. *Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural*. Porto Alegre, 2004. 182f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BRANDENBURG, Alfio. *Agricultura familiar, Ongs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRANDENBURG, Alfio. Colonos: subserviência e autonomia In: FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio (Orgs.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, p.71-102, 1998.

BRANDENBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. *Anais...* 2005. FAFICH/UFMG - Belo Horizonte, MG.

BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; SANTOS, Leonardo José Cordeiro. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba: UFPR, n. 10, p. 119-125, 2004.

CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 18, n. 1, p.271-301, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2001.

CANDIDO, Antonio. L'état actuel et les problèmes les plus importants des études sur les sociétés rurales du Brésil". Congresso Internacional de Americanistas, 31. *Anais...* São Paulo, 1955, p.330 *apud* QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *Bairros Rurais Paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas cidades, 1973.

CARNASCIALI et al.. Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo: Caetes/Hucitec, 1987.

CASTRO, Elisa Gomes de. "Estudos de comunidade": reflexividade e etnografia em Marvin Harris. *Rev. Univ. Rural*, série ciências humanas, v.23, n.2, p.195-210, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato (Coord.). Cidade e região no sudoeste Paranaense. Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 32. n.2, abr./jun. 1970.

FAVARETTO, Arilson da Silva. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Florestan. (Org.). *Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. vol. 34. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1973.

FERNANDES, Florestan. (Org.). *Comunidade e Sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*. vol. 37. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processos e sentidos do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. *Estudos Sociedade e Agricultura*. RJ, CPDA/UFRRJ, 2002.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. *Mundo Rural e Geografia – Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990*. São Paulo: Unesp, 2001.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba: Livraria do Chaim: CONCITEC, IPARDES, 1988.

GARCIA JR, Afrânio Raul. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HISTÓRICO DO MUNICÍPIO, VERÊ. IBGE, Biblioteca Digital (Documentação Territorial do Brasil), 4p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/vere.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2007.

IANNI, Octavio. Estudo de comunidade e conhecimento científico. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol 9, n. 1 e 2, p.109-119, jun. e dez. 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. A importância do Censo 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/censo/importancia.shtm>>. Acesso em 20 jul. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Banco de Dados Agregados*. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 jun. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Censo demográfico 2000: Microdados da amostra - PR*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (CD-ROM)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Censo demográfico 2000: Microdados da amostra - PE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (CD-ROM)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Censo demográfico 2000: Microdados da amostra - SP (Parte 3)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (CD-ROM)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Malha digital do setor censitário rural 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (CD-ROM)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Metodologia do Censo Demográfico 2000*. Série Relatórios Metodológicos. v.25. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Censo Demográfico 2000: Documentação dos microdados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Censo demográfico 2000: Agregados por setores censitários dos resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Censo demográfico 2000: Características da população e dos domicílios - resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Malha municipal digital do Brasil 2001*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. (CD-ROM)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Mapa municipal estatístico - Verê*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. (CD-ROM)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *O Censo Demográfico e as políticas públicas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/censo/censopolitica.shtm>>. Acesso em 20 jul. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. *Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões Geográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. Campinas: IE-Unicamp, 2 vols., 1999.

IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES. *Redes Urbanas Regionais: Sul*. vol.6 Brasília: Ipea/Ipardes, 2000.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes e aplicações*. Campinas: Editora Alínea, 2004.

JACKSON, Luiz Carlos. A tradição esquecida: *Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte/São Paulo, Ed. da UFMG/Fapesp, 2002.

KAGEYAMA, Ângela. Os rurais e os agricultores de São Paulo no Censo de 2000. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 413-451, set./dez. 2003.

KAYSER, Bernard. *La Renaissance Rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: A. Colin, 1990.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LIMA, Eli Napoleão. Novas ruralidades, novas identidades. Onde?. In MOREIRA, José (Org.): *Identidades Sociais: Ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005, p. 41-63.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LYND, Robert S.; LYND, Helen Merrell. *Middletown: a study in american culture*. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1956.

LLOYD, W.; WARNER, Paul S. Lunt. *Yankee City Series*. New Haven: Yale University Press, 1941.

MACIVER, R. M. & PAGE, C. H. (1973). Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan. (org.), *Comunidade e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1973.

MARQUES, Lenita Maria. *Ocupações e rendas da população rural e a pluriatividade nas famílias da mesorregião metropolitana de Curitiba, Paraná*. Curitiba, 2005. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Desenvolvimento Econômico, UFPR.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo: Caetes/Hucitec, 1987.

MARTINE, George; CAMARGO, Lísio. Crescimento e Distribuição da População Brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, vol. 1, n.1/2, p.99-144, jan/dez. 1984.

MARTINS, José de Souza (Org). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MELATTI, Julio Cezar. *A antropologia no Brasil: um roteiro*. Brasília: UnB, 1983. (série Antropologia, 38).

MENDOZA, Edgar S.G. Donald Pierson e a Escola Sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). *Sociologias*, n.14, p.440-470, dez.2005.

MENDRAS, Henri; GURVITCH, Georges; COURTIN, P.; BOSE, S.P. *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1981.

MOREIRA, Maria Sylvia Franco. O Estudo sociológico de comunidades. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 11, ns 1 e 2, p.29-39, jun. e dez. 1963.

NOGUEIRA, Oracy. Os estudos de comunidade no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol 3, n. 2, p.95-103, dez. 1955.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OCDE. *Territorial Indicators of Employment; Focusing on Rural Development*. Paris: OCDE, 1996.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OCDE. *Creating Rural Indicators for Shaping Territorial Policy*. Paris: OCDE, 1994.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. Curitiba: IPARDES, 2006.

PIERSON, Donald. *Cruz das Almas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1966.

PROJETO RURBANO, Disponível em:

<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/rurbanw.html>> Acesso em: 10 nov. 2006.

QUÉBEC (Gouvernement du). *Des communautés rurales innovantes pour une occupation dynamique du territoire québécois: politique nationale de la ruralité*. Québec, Ministère des Régions, 2001. Disponível em: <<http://www.mreg.gouv.qc.ca>> Acesso em: 03 abr. 2005.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *Bairros Rurais Paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas cidades, 1973.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In SZMRECSÁNYI, Tamás e QUEDA, Oriowaldo (Orgs.). *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. Introdução: Por que uma sociologia dos grupos rurais? In: MENDRAS, Henri; GURVITCH, Georges; COURTIN, P.; BOSE, S.P. *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

REDFIELD, Robert. *Civilização e Cultura de Folk*. São Paulo: Livraria Martins, 1949.

SCHNEIDER, Sergio. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v.14, n.2, p.225-256, mai/ago.1997.

SEYFERTH, Giralda. *Herança e estrutura familiar camponesa*. Rio de Janeiro: Boletim do Museu Nacional, n. 52, p.1-27, 1985.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. “O que há de realmente novo no rural brasileiro”. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília: Embrapa, v.19, n.1, pp. 37-67, jan-abr. 2002.

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J.. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (Org). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.. *Principles of Rural-Urban Sociology*. New York: Henry Holt and Company, 1939.

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J. *A Systematic Source Book In Rural Sociology*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1930. vol I. Disponível em <<http://www.archive.org/details/systematicsource014430mbp>> Acesso em 22 abr. 2007

SOTO, William Héctor Gómez. *A produção do conhecimento sobre o ‘mundo rural’ no Brasil: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SOUZA, Marcelino. *Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná*. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola), Programa de Pós Graduação em Engenharia Agrícola, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas.

TAVARES, Luis Almeida. *A dimensão sócio-espacial do rural brasileiro: os camponeses da microrregião de Cerro Azul, na Região Metropolitana de Curitiba – PR*. Curitiba, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná.

TAVARES, Márcio Miguel. *Políticas públicas e pequenos municípios: uma avaliação no Estado do Paraná*. Curitiba, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UNITED NATIONS SECRETARIAT. *Review of United Nations Demographic Yearbook System: collection and dissemination of cities data*. New York, 2003. Disponível em <http://millenniumindicators.un.org/unsd/demographic/meetings/egm/DYB_1103/docs/no_15.pdf>. Acesso em 2 mar. 2007.

VEIGA, José Eli da. Hierarquia Urbano-Rural, 1991 a 2000 (Banco de Dados), São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 2001. *Consórcio de Informações Sociais*, 2006. Disponível em <<http://www.nadd.prp.usp.br/cis/index.aspx>>. Acesso em 18 out. 2006.

VEIGA, José Eli da. Nascimento de outra ruralidade. *Estudos Avançados*, v. 20, p.333-353, 2006.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Territorial do Brasil: do entulho Varguista ao zoneamento ecológico-econômico*. *Bahia Análise & Dados*, v. 10, n 4, p.193-206, mar. 2001.

VEIGA, José Eli da. Ilusão de um País urbano. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 dez. 2000.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos, 1956.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade Amazônica: estudo do homem dos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

WAGLEY, Charles. *Amazon Town: a study of man in the tropics*. New York: The MacMillan Company, 1953.

WAGLEY, Charles. Brazilian Community Studies: a methodological evaluation. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 31. *Anais...* apud QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros Rurais Paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas cidades, 1973.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Territorialidade e ruralidade no Nordeste; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto. (Org.). *Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, p.39-52.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n.2, p.29-37, jul/dez. 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.15, p.53-86, out. 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco*. Recife, 2001. (mimeo)

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O “lugar” dos rurais; o meio rural no Brasil moderno. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 30, 1997, Natal - RN. *Anais...* Natal: SOBER, 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Olhares sobre o rural brasileiro*. Recife, 1999. (mimeo).

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno. *Boletim da UFPR/ DEHIS*, Curitiba, nº 7, p.1-52, 1968.

WILLEMS, Emílio. *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1947.

WILLEMS, Emílio. *Uma vila brasileira: tradição e transição*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

ANEXOS

TABELA A.1 – TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS RESIDENTES EM MUNICÍPIOS RURAIS, E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO AS SEÇÕES DE ATIVIDADE NO TRABALHO PRINCIPAL E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000	96
TABELA A.2 - TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS URBANOS, NOS MUNICÍPIOS RURAIS, E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO AS SEÇÕES DE ATIVIDADE NO TRABALHO PRINCIPAL E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000	97
TABELA A.3 - TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS RURAIS, NOS MUNICÍPIOS RURAIS, E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO AS SEÇÕES DE ATIVIDADE NO TRABALHO PRINCIPAL E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000	98
TABELA A.4 – TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS EM OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS, RESIDENTES EM DOMICÍLIOS RURAIS, NOS MUNICÍPIOS RURAIS, E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000	99
TABELA A.5 - TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS , E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E O GRUPO DA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL - PARANÁ, PERNAMBUCO E SÃO PAULO - 2000	100
TABELA A.6 - TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS RESIDENTES EM MUNICÍPIOS RURAIS, E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E O GRUPO DA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL - PARANÁ, PERNAMBUCO E SÃO PAULO - 2000	101

TABELA A.1 – TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS RESIDENTES EM MUNICÍPIOS RURAIS, E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO AS SEÇÕES DE ATIVIDADE NO TRABALHO PRINCIPAL E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

SEÇÕES DE ATIVIDADE NO TRABALHO PRINCIPAL	PESSOAS OCUPADAS (%)										TOTAL
	Noroeste	Centro-Ocidental	Norte Central	Norte Pioneiro	Centro-Oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-Sul	Sudeste	Metropolitana de Curitiba	
Total de pessoas ocupadas	171.660	83.866	180.838	126.156	24.872	143.328	129.137	90.625	72.816	66.327	1.089.624
Distribuição %											
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	41,5	44,6	42,7	46,5	35,5	42,2	54,2	59,7	60,3	40,2	46,7
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	11,3	11,5	11,6	10,8	8,9	12,3	9,9	7,2	5,8	10,3	10,4
Indústrias de transformação	13,8	9,2	10,2	7,5	19,0	10,3	8,9	8,4	10,9	9,0	10,3
Serviços domésticos	7,2	7,7	7,5	7,1	6,2	6,9	5,7	4,8	4,2	5,9	6,5
Construção	4,6	4,1	4,9	5,7	7,7	5,0	4,5	4,1	4,0	7,2	4,9
Educação	4,5	5,1	4,9	5,4	3,1	4,6	4,2	4,2	3,4	4,5	4,6
Administração pública, defesa e seguridade social	5,4	5,3	4,7	4,4	4,9	4,9	3,2	4,0	3,1	4,4	4,5
Transporte, armazenagem e comunicações	2,4	3,0	3,1	2,5	3,9	3,7	2,6	2,1	2,4	3,6	2,9
Alojamento e alimentação	2,5	2,9	2,6	2,8	3,8	2,8	2,0	1,5	1,5	3,7	2,5
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,2	2,1	2,4	1,7	1,7	2,0	1,4	0,7	0,8	2,5	1,8
Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas	1,7	1,9	2,0	2,0	1,6	1,8	1,2	0,9	1,0	2,3	1,7
Saúde e serviços sociais	1,6	1,3	1,9	2,0	0,8	1,4	1,1	0,9	0,9	1,5	1,4
Atividades mal especificadas	0,4	0,5	0,5	0,2	1,4	1,1	0,4	1,0	1,0	1,5	0,7
Intermediação financeira	0,4	0,5	0,6	0,5	0,4	0,4	0,4	0,1	0,2	0,3	0,4
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,3	0,2	0,2	0,3	0,4	0,3	0,2	0,3	0,3	0,4	0,3
Pesca	0,3	0,1	0,1	0,2	-	0,2	0,1	-	0,1	2,1	0,3
Indústrias extrativas	0,1	-	0,1	0,4	0,7	0,2	0,2	0,1	0,1	0,4	0,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

TABELA A.2 - TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS RESIDENTES EM DOMÍCIOS URBANOS, NOS MUNICÍPIOS RURAIS, E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO AS SEÇÕES DE ATIVIDADE NO TRABALHO PRINCIPAL E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

SEÇÕES DE ATIVIDADE NO TRABALHO PRINCIPAL	PESSOAS OCUPADAS (%)										TOTAL
	Noroeste	Centro-Ocidental	Norte Central	Norte Pioneiro	Centro-Oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-Sul	Sudeste	Metropolitana de Curitiba	
Total de pessoas ocupadas	117.771	52.539	123.844	82.646	15.482	81.806	53.444	28.910	23.641	26.987	607.070
Distribuição %											
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	25,9	23,6	25,3	27,7	14,1	14,1	11,6	17,4	14,1	9,4	21,1
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	14,7	16,7	15,5	15,2	11,9	19,0	20,7	17,9	13,9	16,9	16,3
Indústrias de transformação	17,0	12,7	13,2	9,7	26,4	15,0	16,5	14,3	21,7	11,0	14,6
Serviços domésticos	8,7	10,1	9,2	8,9	7,1	9,3	10,5	9,1	7,8	8,1	9,1
Construção	6,1	5,7	6,5	7,7	9,9	7,4	8,9	8,9	8,7	11,3	7,4
Administração pública, defesa e seguridade social	7,0	7,4	6,4	6,3	6,8	7,5	6,3	8,8	7,5	7,9	7,0
Educação	5,7	7,1	6,2	7,2	4,0	6,7	7,6	7,3	7,1	7,3	6,6
Transporte, armazenagem e comunicações	3,0	3,8	4,1	3,4	5,8	5,8	5,1	4,0	5,4	5,7	4,2
Alojamento e alimentação	3,2	3,9	3,2	3,7	4,7	4,2	3,1	3,1	3,0	6,5	3,6
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,8	2,9	3,1	2,4	2,4	2,9	2,7	1,8	2,2	2,8	2,7
Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas	2,1	2,6	2,7	2,8	2,3	2,8	2,5	2,0	2,5	4,0	2,6
Saúde e serviços sociais	2,1	1,9	2,6	2,8	1,2	2,2	2,3	2,3	2,4	2,7	2,3
Atividades mal especificadas	0,5	0,5	0,7	0,3	1,8	1,7	0,6	2,0	2,3	2,0	0,9
Intermediação financeira	0,6	0,8	0,8	0,8	0,5	0,7	0,8	0,3	0,7	0,7	0,7
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,4	0,3	0,3	0,5	0,5	0,5	0,4	0,7	0,4	0,8	0,4
Pesca	0,2	-	0,1	0,2	-	0,1	-	0,1	0,1	2,6	0,2
Indústrias extrativas	0,1	-	0,1	0,5	0,6	0,2	0,2	0,1	0,3	0,2	0,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

TABELA A.3 - TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS RESIDENTES EM DOMÍCIOS RURAIS, NOS MUNICÍPIOS RURAIS, E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO AS SEÇÕES DE ATIVIDADE NO TRABALHO PRINCIPAL E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

SEÇÕES DE ATIVIDADE NO TRABALHO PRINCIPAL	PESSOAS OCUPADAS (%)										TOTAL
	Noroeste	Centro-Ocidental	Norte Central	Norte Pioneiro	Centro-Oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-Sul	Sudeste	Metropolitana de Curitiba	
Total de pessoas ocupadas	53.888	31.327	56.993	43.510	9.390	61.522	75.693	61.715	49.174	39.340	482.554
Distribuição %											
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	75,7	79,7	80,5	82,2	70,9	79,6	84,3	79,5	82,6	61,3	78,9
Indústrias de transformação	6,8	3,4	3,7	3,4	6,6	4,1	3,6	5,6	5,7	7,7	4,8
Serviços domésticos	3,9	3,6	3,9	3,6	4,8	3,6	2,3	2,8	2,4	4,3	3,3
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	3,9	2,9	3,1	2,6	3,9	3,3	2,3	2,2	1,9	5,8	3,0
Educação	1,7	1,8	2,1	2,1	1,7	1,9	1,7	2,7	1,6	2,6	2,0
Construção	1,3	1,5	1,5	1,7	4,0	1,7	1,4	1,9	1,7	4,5	1,9
Administração pública, defesa e seguridade social	1,7	1,7	1,0	0,8	1,8	1,4	0,9	1,8	1,0	2,1	1,3
Transporte, armazenagem e comunicações	1,3	1,7	1,0	0,6	0,9	1,0	0,8	1,2	0,9	2,1	1,1
Alojamento e alimentação	1,2	1,2	1,1	1,0	2,1	0,9	1,1	0,8	0,9	1,8	1,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,8	0,8	0,7	0,4	0,4	0,6	0,4	0,3	0,2	2,4	0,7
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	0,6	0,9	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,3	0,4	1,1	0,5
Atividades mal especificadas	0,3	0,4	0,3	0,2	0,7	0,4	0,1	0,5	0,4	1,2	0,4
Saúde e serviços sociais	0,5	0,3	0,4	0,5	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,6	0,3
Pesca	0,3	0,1	0,2	0,2	-	0,4	0,1	-	-	1,7	0,3
Indústrias extrativas	-	-	0,1	0,1	0,8	0,1	0,2	0,1	0,1	0,5	0,1
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-	0,1	0,1	-	0,2	0,1	-	0,1	0,2	0,2	0,1
Intermediação financeira	0,1	-	0,1	-	0,1	0,1	0,1	-	-	0,1	0,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

TABELA A.4 – TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS EM OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS ⁽¹⁾, RESIDENTES EM DOMÍLIOS RURAIS, NOS MUNICÍPIOS RURAIS E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2000

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PESSOAS OCUPADAS EM OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS (%)										TOTAL
	Noroeste	Centro-Ocidental	Norte Central	Norte Pioneiro	Centro-Oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-Sul	Sudeste	Metropolitana de Curitiba	
Total de pessoas ocupadas	69.189	34.795	74.645	56.996	8.185	59.824	69.221	51.841	43.170	27.104	494.970
Distribuição %											
Conta-própria	24,2	34,1	28,8	26,7	23,0	44,7	47,0	41,6	44,0	39,0	35,9
Empregados	57,6	44,5	51,6	54,4	48,9	23,9	9,0	19,3	14,5	23,7	34,8
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	14,3	15,2	13,2	13,4	13,7	25,4	38,1	21,4	32,0	20,1	21,3
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	2,3	4,8	4,5	3,9	12,8	4,7	5,0	17,1	7,9	16,7	6,6
Empregador	1,5	1,3	1,8	1,5	1,4	1,1	0,4	0,6	0,5	0,5	1,1
Aprendiz ou estagiário sem remuneração	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,4	0,1	1,1	0,1	0,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Ocupações referentes ao grande grupo principal de ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações para Pesquisas Domiciliares, número 6, denominado de Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca.

TABELA A.5 - TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS, E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E O GRUPO DA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL - PARANÁ, PERNAMBUCO E SÃO PAULO - 2000

GRUPO DA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL	PESSOAS OCUPADAS									
	Paraná			Pernambuco			São Paulo			
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural	
Total de pessoas ocupadas (1.000 pessoas)	4.056	3.271	785	2.648	2.000	648	15.070	14.125	945	
Distribuição %										
Agrícola ⁽¹⁾	19,1	6,5	71,7	24,4	8,0	75,1	5,3	3,2	36,2	
Não-agrícola	79,7	92,4	26,9	74,3	90,7	23,6	93,4	95,5	62,3	
Ocupações mal especificadas	1,1	1,1	1,4	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,6	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Ocupações referentes ao grande grupo principal de ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações para Pesquisas Domiciliares, número 6, denominado de Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca.

TABELA A.6 - TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS RESIDENTES EM MUNICÍPIOS RURAIS⁽¹⁾, E DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E O GRUPO DA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL - PARANÁ, PERNAMBUCO E SÃO PAULO - 2000

	PESSOAS OCUPADAS									
	Paraná			Pernambuco			São Paulo			
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural	
Total de pessoas ocupadas (1.000 pessoas)	1.090	607	483	305	118	187	1.122	856	266	
Distribuição %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Agrícola ⁽²⁾	45,4	20,5	76,8	61,6	31,9	80,4	29,4	20,6	57,7	
Não-agrícola	53,7	78,7	22,2	37,5	67,3	18,8	69,3	78,3	40,6	
Ocupações mal especificadas	0,9	0,8	1,0	0,8	0,9	0,8	1,3	1,2	1,7	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (microdados)

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Para efeitos de comparação foi utilizada a mesma metodologia na classificação dos municípios rurais para os três estados, ou seja, municípios classificados como rurais por Veiga, cujo tamanho população é igual ou inferior à 20.000 habitantes. Cf. VEIGA, José Eli da. Hierarquia Urbano-Rural, 1991 a 2000 (Banco de Dados), São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 2006. Disponível em <http://www.nadd.ptp.usp.br/gis/index.aspx>. Acesso em 18/10/2006.

(2) Ocupações referentes ao grande grupo principal de ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações para Pesquisas Domiciliares, número 6, denominado de Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca.

